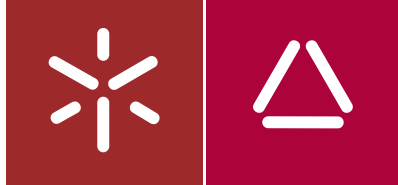




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sónia Carina Barroso Martins

O património e o potencial turístico na União
de Freguesias de Ruivães e Campos do
município de Vieira do Minho



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sónia Carina Barroso Martins

O património e o potencial turístico na União
de Freguesias de Ruivães e Campos do
município de Vieira do Minho

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Geografia - Especialização em Planeamento e
Gestão do Território

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima
Remoaldo

Declaração

Nome: **Sónia Carina Barroso Martins**

Endereço eletrónico: Sonia__karina@hotmail.com

Telemóvel: 968069462

Número de Cartão de Cidadão: 14432169

Título da dissertação: **O património e o potencial turístico na União de Freguesias de Ruivães e Campos do município de Vieira do Minho**

Orientadores: **Professora Doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo**

Ano de Conclusão: 2018

Designação do Mestrado: Mestrado em Geografia – Especialização em Planeamento e Gestão do Território

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30/04/2018

Assinatura: Sónia Carina Barroso Martins

Sónia Carina Barroso Martins

*Obrigada país por me fazerem como sou, obrigada família por me apoiarem como apoiam e
obrigada namorado por me aturar e fazer feliz*

A minha família e namorado

Agradecimentos

A elaboração da presente dissertação de mestrado foi um grande desafio para mim, agradecendo a todas as pessoas que estiveram do meu lado e que contribuíram para a sua finalização.

Começo por agradecer à minha orientadora, professora doutora Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo pela sua disponibilidade, simpatia e pela motivação que me incutiu, dando-me força para a realização desta dissertação de mestrado. Também pela ajuda na escolha deste tema que é do meu interesse, por residir no município de Vieira do Minho. Desde já, lhe agradeço muito professora porque sem si não seria possível finalizar a dissertação.

Agradeço também ao posto do turismo e aos elementos da câmara municipal de Vieira do Minho, que me cederam informações que foram necessárias para a investigação realizada.

Agradeço também ao senhor presidente da câmara municipal, ao vereador do desenvolvimento económico da mesma câmara, aos presidentes das juntas de freguesia e aos das associações que foram entrevistados, pelo tempo disponibilizado e pela clarificação de alguns elementos ligados ao turismo.

Quero agradecer também ao meu namorado, pela sua cumplicidade, confiança no meu trabalho e por ter estado disponível.

Finalmente agradeço à minha mãe, que sempre me ouviu quando eu precisava e me incentivou a acabar a dissertação de mestrado, à minha avó que esteve sempre do meu lado e ao meu pai, que sempre me ajudou e me deu valor. Também agradeço aos meus amigos.

Muito obrigada, a todas as pessoas que estiveram do meu lado e me ajudaram, dando-me ânimo para terminar esta etapa da minha vida.

Resumo

Na atualidade, o turismo é um fenómeno que se relaciona com a economia, com o conhecimento de novas realidades, com a necessidade de descansar e de usufruir do lazer. Daí, nos últimos anos, se ter assistido a um crescimento desta atividade, contribuindo para a otimização de espaços tanto naturais como humanizados (ROQUE, 2001).

Para Portugal o turismo é um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental quer a nível regional ou nacional (Governo de Portugal, 2012). O turismo rural é uma das modalidades da atividade turística que, nas últimas décadas, tem ganho importância, face à procura por parte de turistas, cujas motivações são inúmeras, a fuga ao quotidiano, muitas vezes vivido em espaços urbanos.

Por seu turno, o património cultural tem um sentido público, comunitário e que é identificado pela comunidade. O património é muitas vezes confundido com património cultural, mas o termo património tem um sentido mais restrito, familiar e individual, ou seja, o termo património é utilizado num contexto privado e particular (PEREIRO, 2006).

Tendo por base estes pressupostos, o objetivo principal do presente estudo consiste na identificação do património material e imaterial existente na junção de freguesias de Ruivães e Campos do município de Vieira do Minho tendo por base o levantamento exaustivo do património existente nestas freguesias e no resto do município e a análise de entrevistas aos dirigentes de entidades municipais e locais.

Concluimos que o município de Viera do Minho é constituído na grande maioria por APR (Áreas Predominantemente Rurais), que tem perdido população e que tem uma população envelhecida. A maioria da população tem um nível de instrução que se cinge ao primeiro ciclo do Ensino Básico, apresentando ainda uma percentagem significativa de população analfabeta. Ao nível do setor da atividade que emprega mais população é o terciário que se destaca.

Verifica-se que o município de Viera do Minho comparativamente com outros municípios da sub-região do Ave tem uma significativa capacidade de alojamento, de dormidas e de número de hóspedes, sendo ultrapassado somente pelo município de Guimarães. O município de Vieira do Minho possui um vasto património distribuído por todo o território municipal, o que pode ser uma mais-valia para promover novas estratégias de divulgação turística e desenvolver o município de uma forma mais uniforme e envolvendo todas as freguesias do município.

Palavras-chave: turismo; turismo rural; turismo cultural; património; património cultural.

Abstract

Nowadays, tourism is a phenomenon related to economy, also with getting to know new realities, with the need to rest and enjoy leisure time. That is why, in recent years, there has been an increase in this activity, contributing to the optimisation of both natural and humanised spaces (ROQUE, 2001).

For tourism in Portugal, it is one of the driving forces of social, economic and environmental development at regional or national level (Government of Portugal, 2012). Rural tourism is one of the modalities of tourism that, in recent decades, has gained importance. The demand by tourists, whose motivations are innumerable, for example to escape of the routine from everyday of living in urban spaces.

The cultural heritage has a public, community sense and that is identified by the community. Heritage is often confused with cultural heritage, but the term heritage has a more restricted, familiar and individual meaning, in other words, the term heritage is used in a private and private context (PEREIRO, 2006).

The main objective of this study is to identify the tangible and intangible heritage existing in the junction of Ruivães and Campos of the municipality of Vieira do Minho, based on the exhaustive search of the existing heritage in these parishes and in the rest of the country, and in the analysis of interviews with the leaders of municipal and local entities.

We conclude that the municipality of Viera do Minho is made of in great majority by APR (Predominantly Rural Areas), which has lost the jump and has an ageing population. The majority of the population has a level of education that adheres to the first cycle of Basic Education, having a significant percentage of illiterate population. Most of this population work in the tertiary sector of activity in general.

We can observe that the municipality of Vieira do Minho in comparison with other municipalities of the sub-region of Ave has a significant capacity of accommodation and number of guests, being surpassed only by the municipality of Guimarães. The municipality of Vieira do Minho has a vast heritage distributed throughout the municipal territory, which can be a surplus value to promote new strategies for tourism promotion and develop the municipality in a more uniform way and involving all the parishes of the municipality.

Key words: tourism; Rural tourism; cultural tourism; heritage; cultural heritage.

Índice geral

Introdução	1
PARTE I - O PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL E A SUA ASSOCIAÇÃO AO TURISMO	5
CAPÍTULO 1 - O conceito de património, de cultura e a sua evolução	7
1.1. O que se pode entender por património	7
1.2. Património material e imaterial	10
1.3. O conceito de cultura	12
1.4. O conceito de património cultural	15
1.5. Notas conclusivas	18
CAPÍTULO 2 - O conceito de turismo cultural e a sua evolução	20
2.1. Evolução do conceito de turismo	20
2.3. Características do turista cultural	33
2.4. Notas conclusivas	36
CAPÍTULO 3 - Património cultural e consequências do turismo cultural para os territórios e para as populações locais.....	38
3.1. Evolução do conceito de património cultural	38
3.2. Importância do turismo cultural para o desenvolvimento dos territórios e das populações locais.....	43
3.3. Notas conclusivas	47
PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE VIEIRA DO MINHO E DA JUNÇÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E CAMPOS	49

CAPÍTULO 4 - Pressupostos metodológicos.....	51
4.1. Fontes utilizadas na investigação.....	51
4.2. Breve caracterização dos agentes locais.....	63
4.3. Notas conclusivas.....	64
CAPÍTULO 5 - Caracterização geográfica e demográfica do município de Vieira do Minho.....	65
5.1. Divisão administrativa do município de Vieira do Minho.....	65
5.2. Tipologia de Áreas Urbanas no município de Vieira do Minho.....	67
5.3. Caracterização histórica e patrimonial do município de Vieira do Minho.....	69
5.4. Caracterização demográfica do município de Vieira do Minho.....	73
5.4.1. População residente, densidade populacional e variação populacional.....	73
5.4.2. Estimativas da população residente.....	77
5.4.3. Estrutura etária da população residente.....	79
5.4.4. Índice de envelhecimento.....	81
5.4.5. Índice de dependência da população.....	83
5.4.6. Saldo natural.....	85
5.4.7. Saldo migratório.....	86
5.4.8. Formação e nível de instrução da população.....	87
5.4.9. Setor da atividade que emprega mais pessoas e o comércio.....	89
5.5. Notas conclusivas.....	92
CAPÍTULO 6 - O turismo em Portugal, na região Norte, na NUTS II Ave e no município de Vieira do Minho.....	94
6.1. Evolução de alguns indicadores do turismo.....	94
6.2. O que oferece o Norte de Portugal e quais as características dos turistas do Porto e Norte.....	101
6.3. O turismo no município de Vieira do Minho.....	103
6.4. Notas conclusivas.....	108
CAPÍTULO 7 - Análise de conteúdo das entrevistas.....	109

7.1. Análise de conteúdo.....	109
7.2. Análise das entrevistas aos agentes municipais e locais.....	110
7.2.1. Principais recursos naturais, físicos, patrimoniais, arqueológicos ou financeiros que existem no município de Vieira do Minho	111
7.2.2 Perceção sobre o desenvolvimento do município de Vieira do Minho	113
7.2.3. Identificação da atividade económica mais explorada do município	114
7.2.4. Identificação do património do município com mais potencial turístico	116
7.2.5. Identificação das freguesias mais e menos visitadas	118
7.2.6. Identificação dos territórios que concorrem com Vieira do Minho	121
7.3. Notas conclusivas	125
Capítulo 8 - A importância dos recursos endógenos como potenciadores do turismo no município de Vieira do Minho	127
8.1. Caracterização dos recursos endógenos consoante a freguesia que constitui o município de Vieira do Minho	127
8.2. Levantamento dos recursos endógenos das freguesias que constituem o município de Vieira do Minho.....	129
8.3. Notas conclusivas	142
Capítulo 9 - Conclusões finais	143
9.1. Recomendações para futuros estudos	144
9.2. Propostas a serem implementadas	144
Bibliografia	148
Anexos.....	160
Anexo I – Guião da entrevista aos agentes locais do município de Vieira do Minho	160
Anexo II – Grelhas para classificar os equipamentos do levantados.....	162

Acrónimos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IMC – Instituto dos Museus e Conservação

DRCLVT – Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

OMT – Organização Mundial do Turismo

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

PCI – Património Cultural Imaterial

TR – Turismo Rural

TAR – Turismo em Ambiente Rural

TER – Turismo em Espaço Rural

LEADER – Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural

UE – União Europeia

OIT – Organização Internacional de Trabalho

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

DGT – Direção Geral do Território

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

TIPAU – Tipologia de Áreas Urbanas

APU – Áreas Predominantemente Urbanas

AMU – Áreas Mediamente Urbanas

APR – Áreas Predominantemente Rurais

IE – Índice de Envelhecimento

IDT – Índice de Dependência Total

TN – Taxa de Natalidade

TM – Taxa de Mortalidade

IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

INAG – Instituto da Água

SNIRH – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

Índice de figuras

Figura 1. Recursos levantados no município de Vieira do Minho, conforme a sua tipologia de património e recursos.....	56
Figura 2. Percurso de BTT - Agra	58
Figura 3. Percurso de BTT - Campos (Vieira do Minho).....	59
Figura 4. Percurso de BTT - Casa do Guarda de Vilarchão	59
Figura 5. Percurso de BTT - Parque de Campismo da Cabreira.....	60
Figura 6. Percurso de BTT - Serradela II.....	60
Figura 7. Mapa do município de Viera do Minho, com a localização dos equipamentos desportivos/culturais e os pontos de interesse	62
Figura 8. Localização da NUTS III Ave na região Norte de Portugal Continental	66
Figura 9. Município de Viera do Minho e a sua divisão administrativa.....	67
Figura 10. Tipologia das freguesias do município de Viera do Minho	68
Figura 11. Encosta da Serra da Cabreira e a aldeia de Campos.....	71
Figura 12. Fotografia de um dos garranos que se pode encontrar na serradela.....	71
Figura 13. Parte do teleski da barragem do Ermal	73
Figura 14. Densidade populacional (hab./km ²) nas freguesias do município de Vieira do Minho em 2001 e 2011.....	75
Figura 15. Taxa de variação populacional das freguesias do município de Viera do Minho em 2001 e 2011.....	76
Figura 16. Motivos dos turistas que visitam o Porto e Norte (4º trimestre 2012)	102
Figura 17. Número de turistas que visitaram o posto de turismo nos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 por mês	106
Figura 18. Percentagem de turistas que visitou o posto de turismo, perante o país de origem nos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.....	107
Figura 19. Tipologia turística de Vieira do Minho.....	128
Figura 20. Rede viária do município de Viera do Minho em 2005.....	129
Figura 21. Empreendimento turístico em construção e paisagem, localizados na freguesia de Louredo.....	132
Figura 22. Localização dos equipamentos no município de Vieira do Minho	132
Figura 23. Localização dos equipamentos de arquitetura popular	133

Figura 24. Fotografias de canastros/espigueiros localizados no município de Vieira do Minho	134
Figura 25. Fontanários que se localizam nas aldeias do município de Vieira do Minho, construídos em pedra	135
Figura 26. Fontanários que se localizam nas aldeias do município de Vieira do Minho, construídos em cimento.....	136
Figura 27. Equipamentos de arquitetura popular	137
Figura 28. Localização do património histórico no município de Vieira do Minho	138
Figura 29. Localização dos equipamentos religiosos do município de Vieira do Minho	139
Figura 30. Santuário da Nossa Senhora da Fé e Santuário da Nossa Senhora da Lapa	140

Índice de quadros

Quadro 1. Agentes locais que foram entrevistados, cargo que ocupam e data de realização da entrevista	52
Quadro 2. Fontes primárias e secundárias utilizadas na investigação.....	54
Quadro 3. Agentes municipais e locais, perante a idade, cargo e nível de instrução	63
Quadro 4. População residente, taxa de variação e densidade populacional nas diferentes entidades territoriais entre 2001 e 2011	74
Quadro 5. Estimativas da população para Portugal, Continente, NUTS II Norte, NUTS III Ave e para o município de Vieira do Minho para os anos de 2015, 2017, 2020, 2030, 2040, 2050, 2060, 2070 e 2080	78
Quadro 6. População residente (%) por grupos etários em Portugal, no Continente, na NUTS II Norte, na NUTS III Ave e no município de Vieira do Minho, em 2001 e 2011	79
Quadro 7. População residente (%) por grupos etários nas freguesias de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011	80
Quadro 8. Índice de envelhecimento (%) no ano 2001 e 2011	82
Quadro 9. Índice de envelhecimento (%) das freguesias que constituem o município de Viera do Minho no ano 2011 e 2011	83
Quadro 10. Índice de dependência total, índice de dependência dos jovens e índice de dependência dos idosos (%) em Portugal, Continente, NUTS II Norte, NUTS III Ave, município de Vieira do Minho e suas freguesias no ano 2011	84
Quadro 11. Taxa de natalidade, de mortalidade e taxa de crescimento natural (%) de Portugal, Continente (NUTS I), Norte (NUTS II), Ave (NUTS III) e no município de Viera do Minho no ano 2011.....	85
Quadro 12. Saldo migratório (%) de Portugal, do Continente NUTS I, do Norte NUTSII, do Ave NUTS III e do município de Viera do Minho no ano 2011.....	86
Quadro 13. População residente segundo o nível de instrução (%) em Portugal, no Continente, no Norte NUTS II, no Ave NUTS III, no município de Vieira do Minho e nas suas freguesias 2011 .	88
Quadro 14. População empregada (%) por setor de atividade em Portugal, no Continente, na NUTS II Norte, na NUTS III Ave e no município de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011	90
Quadro 15. População empregada (%) por setores da atividade nas freguesias que constituem o município de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011.....	91

Quadro 16. Estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015	94
Quadro 17. Número de quartos em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, no ano 1999	95
Quadro 18. Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015.....	96
Quadro 19. Dormidas em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015	97
Quadro 20. Hóspedes em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015.....	97
Quadro 21. Estada média (número de noites) em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015.....	98
Quadro 22. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, segundo o país de residência, no ano 1999.....	99
Quadro 23. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, segundo o país de residência no ano 2005.....	99
Quadro 24. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, segundo o país de residência, no ano 2010.....	100
Quadro 25. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, segundo o país de residência, no ano 2015.....	100
Quadro 26. Capacidade de alojamento da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015.....	104
Quadro 27. Dormidas da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015.....	104
Quadro 28. Número de hóspedes da NUTS II Ave e de os municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015	105

Quadro 29. Estadia média (nº de noites) da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013,2014 e 2015.....	105
Quadro 30. Produtos que os agentes consideram que têm mais potencial para um desenvolvimento sustentável turístico no município de Viera do Minho.....	117
Quadro 31. Freguesias que os agentes municipais e locais consideram que são mais visitadas pelos turistas.....	118
Quadro 32. Motivações dos turistas que vêm visitar o município de Vieira do Minho na perspetiva dos agentes.....	120
Quadro 33. Municípios, cidades e aldeias que concorrem diretamente com o município de Vieira do Minho na perspetiva dos agentes	122
Quadro 34. Produtos que oferece o município de Viera do Minho na perspetiva dos agentes municipais e locais	123
Quadro 35. O que pode ser desenvolvido em termos de produto turístico na perspetiva dos agentes municipais e locais	125
Quadro 36. Levantamento dos equipamentos patrimoniais.....	131
Quadro 37. Classificação dos equipamentos	162
Quadro 38. Variáveis para classificar os monumentos	163

Introdução

O turismo é um dos principais setores de atividade económica do século XXI, contribuindo para a globalização da economia a nível mundial (BATISTA, 1999; CACHO e AZEVEDO, 2010). A OMT (2010) define turismo tendo por base atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadias em lugares diferentes dos da sua envolvente habitual, por um período inferior a um ano, mas superior a 24 horas de forma a pernoitar no local de visita, tendo como fim o ócio, negócios e outros motivos, e tendo por base a atividade do consumo.

Em Portugal, o turismo assume-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental quer a nível regional quer nacional (Governo de Portugal, 2012), daí, nos últimos anos, se desejar investir neste sector de atividade, pois é gerador de riqueza, cria postos de trabalho e contribui para o desenvolvimento do lugar onde ocorre e meio envolvente.

Na presente investigação pretendeu-se analisar este sector de atividade na junção de freguesias de Ruivães e Campos, pertencentes ao município de Vieira do Minho. Optámos por desenvolver este tipo de investigação, acreditando que o turismo é um dos sectores estratégicos para o desenvolvimento de uma região, através do rendimento e emprego que pode gerar, pelo seu contributo para o equilíbrio da balança de pagamentos e através dos investimentos diretos e indiretos, que podem constituir a base de um desenvolvimento sustentável.

Como o turismo oferece oportunidades aos territórios onde atua, pode-se afirmar que o turismo pode funcionar como motor do desenvolvimento social e económico dos lugares (FUNDACIÓN CAJA GRANADA, 2004). No entanto, a atividade turística deve adaptar-se às condições próprias de cada território e de cada população, tentando manter as características/atributos e os ideais das pessoas que aí vivem.

Para tal, na presente investigação, investiu-se no património, porque este tem capacidade para representar uma identidade, possibilitando à comunidade recetora estar vinculada ao passado (SOUSA, 2014). Tal significa que o património tem uma dimensão histórica, estando-lhe inerente um sentido de identidade e de pertença e uma representação simbólica. Por estes motivos optou-se por identificar o património tangível e intangível, existente na junção de freguesias de Ruivães e Campos.

Para a realização da investigação que nos propusemos desenvolver foram equacionadas as seguintes questões de partida:

- *Quais são as características principais do património tangível e intangível da junção de freguesias de Ruivães e Campos do município de Vieira do Minho?*
- *Que tipo de recursos endógenos da junção de freguesias de Ruivães e Campos do município de Vieira do Minho podem ser transformados em produtos turísticos?*
- *Que tipo de estratégia se pode desenvolver a médio prazo no sentido de captar mais visitantes para a junção de freguesias de Ruivães e Campos?*

Com base nestas questões de partida construíram-se os seguintes objetivos da nossa investigação:

- caracterizar o património tangível e o património intangível existentes na junção de freguesias de Ruivães e Campos;
- avaliar os recursos endógenos que esta junção de freguesias possui;
- avaliar que recursos podem ser transformados em produtos turísticos;
- propor uma estratégia de divulgação turística a médio prazo para captar mais visitantes para o território em estudo.

Para realizar esta investigação foram utilizadas fontes primárias e secundárias, tendo sido utilizado, nas fontes primárias, um inquérito por entrevista, que foi aplicado aos responsáveis e envolvidos em projetos realizados no município, no âmbito do turismo, assim como a agentes locais. As fontes secundárias corresponderam a artigos internacionais e nacionais relacionados com o tema, a dados estatísticos publicados por organismos oficiais e à pesquisa concretizada em *sites* que se preocupam com o território selecionado.

A presente dissertação está estruturada em duas partes, sendo que a primeira parte tem um cariz mais teórico e a segunda parte uma vertente mais analítica e de caracterização do território escolhido. A primeira parte é constituída por três capítulos, sendo intitulada “O património material e imaterial e a sua associação ao turismo”.

No primeiro capítulo, que se intitula “O conceito de património, de cultura e a sua evolução”, abordam-se os conceitos de património, de património material e imaterial, e de cultura, bem como a sua evolução e, por último, o conceito de património cultural. O segundo capítulo intitulado “O conceito de turismo cultural e a sua evolução” centra-se no conceito de turismo e na sua evolução. Segue-se uma reflexão do que é o turismo rural e a sua evolução e uma definição de turista, enquanto o terceiro capítulo, intitulado “Património cultural e consequências do turismo cultural para os territórios e para as populações locais” se debruça sobre o interesse do património para a atividade turística.

A segunda parte, intitulada “Caracterização do património de Vieira do Minho e da junção de freguesias de Ruivães e Campos” é formada por seis capítulos. No primeiro capítulo apelidado de “Pressupostos metodológicos” descrevem-se as fontes utilizadas na investigação e faz-se uma breve caracterização das perceções dos agentes locais que foram entrevistados nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

No segundo capítulo, designado por “Caracterização geográfica e demográfica do município de Vieira do Minho” centra-se na divisão administrativa do município, na caracterização de tipologia das áreas urbanas, na caracterização histórica e patrimonial do município e na caracterização demográfica.

No terceiro capítulo, designado por “O turismo em Portugal, na região Norte, na NUTS II Ave e no município de Vieira do Minho” centra-se na evolução de alguns indicadores do turismo, no que oferece o Norte de Portugal e quais as características dos turistas do Porto e Norte e na caracterização do turismo no município de Viera do Minho.

O quarto capítulo apelidado de “Análise de conteúdo das entrevistas” debruça-se sobre a análise de conteúdo dos dados obtidos através das entrevistas realizadas aos agentes municipais e locais.

No quinto capítulo da segunda parte, intitulado “A importância dos recursos endógenos como potenciadores do turismo no município de Vieira do Minho” realiza-se a caracterização dos recursos endógenos nas várias freguesias do município de Vieira do Minho e destacando-se a junção de freguesias de Ruivães e Campos, e está dividido em três *itens*. O primeiro foca-se na caracterização das modalidades turísticas que se podem encontrar no município de Vieira do Minho. O segundo começa por caracterizar a rede viária do município em estudo para fazer uma relação com os recursos tangíveis e intangíveis do município e da junção de freguesias em estudo que foram localizados, enquanto o terceiro avalia os produtos endógenos que podem ser transformados em produtos turísticos.

Por fim, o sexto capítulo desta segunda parte é dedicado à apresentação dos resultados finais do estudo (Discussão de resultados) onde se tenta juntar as perceções dos agentes municipais e locais, seguindo-se as conclusões finais onde esboçam estratégias de divulgação turística para o município de Viera do Minho, no sentido de tornar este destino turístico mais competitivo.

Atendendo a que se trata da primeira vez em que se realiza este tipo de investigação para as freguesias seleccionadas, poderá ser do interesse da Câmara Municipal de Vieira do

Minho e da presidência da junta de freguesias, merecendo a divulgação junto dos elementos que gerem estas duas entidades.

**PARTE I - O PATRIMÓNIO MATERIAL E IMATERIAL E A SUA
ASSOCIAÇÃO AO TURISMO**

CAPÍTULO 1 - O conceito de património, de cultura e a sua evolução

Neste primeiro capítulo vamos proceder ao enquadramento dos conceitos-chave deste estudo: património, património material e imaterial, cultura e património cultural.

Num primeiro momento, analisa-se o que se entende por património e qual a sua evolução, sobretudo, a partir do século XX. De seguida são dissecados os dois tipos de património que são relevantes para este estudo, sendo estes o património material e o imaterial, porque só analisando e sabendo em que consistem estes dois tipos de património é que se consegue identificá-los no território de estudo.

A cultura é um conceito que abrange várias áreas do saber, mas é importante salientar a noção do que é a cultura, porque conhecendo a cultura de um certo território, consegue-se entender a história de um grupo humano. E, por último, junta-se o património à cultura para se recordar o conceito de património cultural, que é um legado que passa de geração para geração, de forma a manter vivos os vestígios dos antepassados.

1.1. O que se pode entender por património

O património, segundo a UNESCO, é “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações” (<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>, consultado em 08/01/2017).

O conceito de património é um termo que vem do latim, e “é sinónimo de herança paterna e surge como algo que é deixado a novas gerações pelos antepassados” (SOUZA, 2014, p. 5) correspondendo ao conjunto de bens que pertencem a uma pessoa, sendo que estes bens podem ser naturais e jurídicos. Existem diversos tipos de património, estando entre eles os bens conseguidos por cada indivíduo ou empresa, os bens herdados de antepassados, o património da Humanidade que são sítios de ímpeto histórico, e o património cultural onde se insere o património arquitetónico, urbano, arqueológico, imóvel e imaterial (<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/>, consultado em 08/01/2017).

Como o património é uma herança de antepassados podemos então afirmar que “desta forma, damos continuidade a um passado e para além de criar um sentimento de pertença, criamos também uma relação entre o tempo passado, presente e futuro” (SOUZA, 2014, p. 5).

Consideramos que é uma pertença porque nos foi deixado por antepassados que, para obter esse legado, tiveram que trabalhar para o conseguir.

Também podemos encarar o património como uma coleção de elementos únicos e insubstituíveis, que não podem ser destruídos, porque se forem destruídos podem-se perder tradições e costumes (SOUSA, 2014).

Ainda relativamente ao conceito de património, este foi utilizado pela primeira vez em França no século XIX, sendo que nesse período só existiam alguns princípios, que serviam para identificar o que se pensava ser património (GOMES, 2008). Mas já na época do Renascimento, em Portugal, com André de Resende e Francisco D’Holanda no século XVI, surge a necessidade de preservar o património. No entanto, só no Romantismo, a partir do século XIX, é que se passaram a realizar propostas mais amplas para considerar o património (SOUSA, 2014). Quando Portugal se tornou um país democrático, “foi o Estado que passou a ter a responsabilidade da preservação e da valorização dos bens comuns do povo português, tendo para isso se baseado em ideias da elite pensante para criar políticas nacionais para o património” (SOUSA, 2014, p. 7).

Esta evolução do conceito e da forma de encarar o património deu origem a uma legislação relativa aos bens culturais que deu começo a uma nova política para o património nacional, no fim do Estado Novo, em 1974. Passou-se a valorizar cada vez mais o património nacional e a tentar preservá-lo, e para isso teve que se evoluir na legislação, a qual, a partir do século XX, passou a integrar também a legislação internacional.

Desta evolução podemos destacar a atual Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/8 de setembro de 2001), aprovada em Assembleia da República, e que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural de bens que, pelo seu valor histórico, científico, social e técnico, integra o património cultural arquitetónico e arqueológico classificado do país, referindo-se, assim, a uma grande diversidade de conceitos patrimoniais.

E atualmente, com a entrada em vigor, no dia 1 de junho de 2012, do Decreto-Lei n.º 115/2012, relativo à orgânica da nova Direção-Geral do Património Cultural, iniciou-se uma fase transitória de fusão do IGESPAR IP (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico), do IMC IP (Instituto dos Museus e Conservação) e da DRCLVT (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo) que levaram à recém-criada Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Este organismo tem por missão a gestão, salvaguarda, conservação e restauro

dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do país, bem como o desenvolvimento e execução da política museológica nacional (SOUSA, 2014).

No mundo ocidental, o termo património, foi durante muito tempo, associado a elementos físicos. Concedia-se valor a grandes construções como palácios, castelos, igrejas, fortalezas, pontes, construções arquitetónicas, que eram destacados devido à sua imponência histórica e artística. Com a Revolução Francesa, também se empregou o termo aos edifícios com um passado medieval, que eram testemunhos do saber humano. E só depois da Segunda Guerra Mundial, é que se assumiram os processos e práticas culturais, como bens patrimoniais (GOMES, 2008).

Importa recordar que o conceito de património e de nação estão fortemente interligados, porque ambos representam os símbolos dos acontecimentos históricos de um povo.

Os elementos só são definidos como património quando lhes é atribuído um valor social e histórico, dependendo de circunstâncias históricas e de referências sociais e culturais dominantes. O que faz um elemento ser considerado património, é a capacidade em representar uma identidade, possibilitando à comunidade estar vinculada ao passado (SOUSA, 2014), ou seja, o património tem de ter história ao longo dos anos com sentido de identidade e de pertença, para assim ter uma representação simbólica.

Mas a alguns elementos só se lhes é atribuído valor depois de se terem perdido, daí REYES (2009) mencionar que nos últimos anos têm desaparecido edifícios, monumentos e obras de arte devido ao abandono e à negligência dos seus proprietários e por falta de apoio, sendo que depois de perdidos nunca se podem recuperar. Mesmo que se reconstrua, nunca irá ser igual ao que existiu.

O património é um conceito amplo e complexo, presente de forma contínua no nosso quotidiano. No que diz respeito ao Património Cultural este está diretamente relacionado com o cenário socioeconómico necessitando de proteção e valorização (Direção Geral de Património Cultural, 2007).

Trata-se de um conceito que está relacionado com inúmeros recursos, tais como, os que se herdaram, os bens mobiliários e imobiliários e os capitais (PEREIRO, 2006). Por isso, também “é possível pensar o património não apenas como algo situado num tempo ou num espaço distante e inalcançável, mas também como um processo presente, incessante, conflituoso e interminável de reconstrução” (GONÇALVES, 2015, p. 220), já que o património vem dos antepassados mas mantém-se presente no nosso dia-a-dia.

Após esta discussão do que pode ser considerado como património fazemos a seguinte pergunta: Porque devemos cuidar dele? Podemos responder porque este é vulnerável ao passar do tempo, ao clima, ao tratamento agressivo, ou até mesmo ao esquecimento. E, por isso, para garantir a sua salvaguarda é preciso levar a cabo a sua identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização e a sua transmissão. Também porque o património:

- gera riqueza a partir da perspetiva cultural, mas também melhora a qualidade de vida das comunidades recetoras do turismo, que, se for bem gerido pode contribuir para o desenvolvimento local;
- constrói a identidade, porque nos ajuda a conhecer, valorizar e fortalecer os nossos valores e raízes culturais;
- promove o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana, porque expressa a ampla variedade de manifestações culturais;
- porque se transmite de geração em geração - ao ser uma memória da cultura, a sua manifestação acumula-se e enriquece-se com o legado dos nossos antepassados e é uma herança para as gerações futuras (CONSEJO NACIONAL PARA LA CULTURA Y LAS ARTES, 2013).

O património pode ser encarado como um legado, que pode ser acumulado, perdido ou transformado de uma geração para a seguinte (PEREIRO, 2006), sendo que nem o património nem o património cultural podem incluir tudo o que as culturas têm criado como afirmam RODRIGUES (1997) e PEREIRO (2006).

Na presente investigação, vamos estudar o património tangível e intangível, também denominados por material e imaterial, sendo que o tangível ou material é algo que se pode tocar ou comprovar. É algo que podemos perceber com os nossos sentidos. Por seu turno, o património intangível ou imaterial não se pode perceber através do tato, podendo afirmar-se que são conhecimentos que vão passando de geração em geração, e é em algo que nenhum dos sentidos do ser humano pode intuir (AMARO, 2014).

1.2. Património material e imaterial

De acordo com a UNESCO, o património material é o “conjunto de bens culturais classificados, segundo a sua natureza, nos quatro livros de Tombo: arqueológico; paisagístico e

etnográfico; histórico; belas artes e artes aplicadas. Estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográfico” e o património imaterial são “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural” (http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7952, consultado em 22/08/2016).

Os povos e civilizações geram numerosos bens culturais, como objetos e edifícios, que adquirem significado e relevância com o passar do tempo e conforme se desenvolvem os processos históricos das nações. Esta herança física reflete momentos históricos, como as manifestações de arte, constituindo o património cultural imaterial. Neste tipo de património podem-se encontrar todos os vestígios e objetos arqueológicos pré-históricos, inclusive os restos de fósseis, edifícios coloniais como catedrais, conventos, castelos do governo, ou até arquitetura civil relevante pelo seu estilo ou por atos históricos. O património cultural material também se manifesta através de manuscritos históricos, obras de arte, instalações industriais significativas para processos históricos ou arquitetura tradicional representativa dos povos e comunidades (CONSEJO NACIONAL PARA LA CULTURA Y LAS ARTES, 2013).

A UNESCO, no ano 2000, definia património imaterial como: os usos, as representações, as expressões, conhecimentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, os grupos e nalguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu património cultural. Também elaborou uma listagem de vetores, onde se pode identificar o que é conhecido como património imaterial, sendo as tradições e expressões orais, incluindo o idioma, as artes de espetáculos, os usos sociais, os rituais e atos festivos, o conhecimento e as suas relações com a natureza e o universo, e também se incluem as técnicas tradicionais e de artesanato (PEREIRO, 2006).

Já o património cultural imaterial junta as diferentes expressões e manifestações da vida do povo. Vai-se transmitindo de geração em geração, dependendo das pessoas para sobreviver e afigura-se como fundamental para manter a coesão social entre os membros de um mesmo grupo. Este compreende os seguintes elementos (CONSEJO NACIONAL PARA LA CULTURA Y LAS ARTES, 2013):

- tradição oral e narrativa;
- conhecimentos tradicionais sobre cozinha, ciclos agrícolas, herbolária e medicina tradicional;
- mitos e concepções do universo e da natureza;
- espaços e o entorno geográfico dotados de valor simbólico;
- expressões de dança e música;
- as festas religiosas;
- desenhos de todas as artes populares e ofícios artesanais;
- competências de todos os criadores em todas as artes, incluindo as técnicas e tecnologias tradicionais.

O património, tanto o material como o imaterial, representam a identidade de grupos e segmentos sociais, daí ser importante preservá-lo (GONÇALVES, 2015).

Na atualidade deparamo-nos com o facto de que qualquer objeto material, ou qualquer espaço, ou qualquer prática social e mesmo qualquer conhecimento, pode ser identificado, celebrado ou mesmo denominado como património, tanto por um ou por mais grupos sociais.

Considerando que o património é a identidade de um povo, também pode ser a “perda”, que ocorre quando o património é danificado ou destruído devido à ação implacável do tempo. E, por isso, o património que outrora teve valor, na atualidade pode estar destruído e ter caído no esquecimento (GONÇALVES, 2015).

O ser humano tem o curioso empenho de preservar ou reconstruir objetos, lugares, prédios e formas de vida associadas ao passado, o que mostra um esforço coletivo de mostrar a identidade. Trata-se de uma “esperança utópica, porque o passado é preservado ou reconstruído na vã expectativa de parar o tempo” (GONÇALVES, 2015, p. 218). Quer-se preservar objetos da Antiguidade, para preservar a história mantendo-se vestígios de modo a poder-se recorrer “ao passado como uma fonte de inspiração para o presente” (GONÇALVES, 2015, p. 219).

1.3. O conceito de cultura

Definir o conceito de cultura não é fácil, já que a cultura “evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia entre outras” (CANEDO, 2009, p. 1).

A cultura “diz respeito à Humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos” (SANTOS, 2009, p. 2). Este conceito surge como uma preocupação contemporânea e tem várias definições.

Sendo assim, a cultura é o conjunto de valores, costumes, crenças, modos de trabalhar, gestos, hábitos e práticas que fazem parte da vida de um grupo de pessoas. Já os romanos falavam de cultura *animi*, que queria dizer o cultivo da alma (BARRAGÁN e GONZÁLES, 2008). Também vários autores defendem que a cultura, só se converte em civilização, quando são várias as pessoas que têm os mesmos interesses e crenças (*e.g.*, EAGLETON, 2000; UNESCO 2002; SANTOS, 2009).

A cultura foi estudada ao longo do tempo, porque devido às transições que ocorreram ao longo dos séculos, no que diz respeito à maneira de viver, à maneira de trabalhar, e também devido à passagem de um meio rural de sobrevivência para o mundo urbano capitalista, entre outros acontecimentos, fez com que se estudasse o conceito de cultura (EAGLETON, 2000).

O conceito de cultura foi sendo alterado a partir dos anos de 1960, significando, na atualidade, a afirmação de identidades, tanto específicas como nacionais, sexuais, étnicas e regionais. E também varia segundo o nível social das pessoas (EAGLETON, 2000).

Mas foi no ano de 1982, aquando da Declaração do México sobre políticas culturais, que ocorreu uma ampliação do seu significado. Tentaram-se harmonizar os antagonismos internacionais, valorizando as culturas locais e de grupos minoritários, tendo presente a sua diversidade (SILVA, 2012).

Existem diferentes tipos de realidade cultural, daí cada uma ter a sua lógica interna, a qual deve ser dada a conhecer para que assim façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam. A cultura adquire significado para os grupos de pessoas que vivem num determinado lugar, porque a cultura é intrínseca a cada grupo humano (SANTOS, 2009).

A cultura é transmitida de geração em geração, daí o conceito de herança cultural, que serve para que as pessoas possam compreender as percepções e avaliações de outras pessoas que se inserem na mesma sociedade. Como existem inúmeras culturas à escala internacional, também ocorrem diferentes maneiras de pensar e de agir, podendo desenvolver-se impactes culturais, como o racismo e a xenofobia (SILVA e SILVA, 2006). Isto acontece, por exemplo, entre as comunidades indígenas e as comunidades que estão desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento.

Como afirmam SILVA e SILVA (2006), o significado mais simples para definir o conceito de cultura é o que abrange todas as realizações materiais e os aspetos espirituais de um certo povo. Deste modo, cultura é tudo aquilo que é produzido pela Humanidade, como artefactos e objetos e até mesmo ideais e crenças. Também corresponde a todos os conhecimentos e habilidades humanas que foram empregadas socialmente. Por isso, EAGLETON (2000) apresenta uma variedade de definições, tendo o termo cultura múltiplos sentidos.

Na década de 1970, a cultura era considerada como o conjunto dos diferentes traços, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizavam uma sociedade ou grupo social e que englobava, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças, como afirmam EAGLETON (2000); SILVA e SILVA (2006) e SILVA (2012).

Na década de 1980 e de 1990, mais precisamente em 1998, quando ocorreu a Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, foi dada importância à diversidade cultural, de modo a reforçar as identidades dos povos, tendo em conta as tradições que reforçam a coesão social. O princípio da política cultural teve por base a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Em 2005, a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais teve como preocupação promover e proteger a diversidade das expressões culturais e integrar a cultura como elemento estratégico nas políticas nacionais e internacionais de desenvolvimento. Foi reafirmado o direito soberano dos Estados de implementar as políticas e medidas que fossem consideradas apropriadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais existentes em cada território (SILVA, 2012).

Como afirma GOMES (2008), cada cultura não se basta por si só, sendo cada cultura multicultural, influenciada pelo contacto com pessoas de outras culturas. Assume-se como o resultado de uma mistura que ocorre, a ritmos diferentes, desde os princípios da Humanidade.

Em suma, a cultura é a ideologia dos diferentes grupos sociais, étnicos, entre outros, e que está em constante mudança acompanhando a sociedade. E como há uma interação entre as culturas existentes no mundo, estas também se vão influenciando umas às outras. EAGLETON (2000, p. 15) afirmou que as culturas “não são nem totalmente fortuitas nem rigidamente estabelecidas”.

Por vezes fala-se em cultura para se falar unicamente das manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura e a escultura. Outras vezes fala-se em cultura como sendo os meios de comunicação de massa, tais como a rádio, o cinema e a televisão. Ou também as festas, as cerimónias tradicionais, as lendas e crenças de um povo, e a sua gastronomia e a sua

língua (SANTOS, 2009). Com esta definição tão abrangente podemos afirmar que cultura podem ser muitos elementos, desde que esteja relacionada com uma sociedade, porque a cultura vai evoluindo, à medida que as pessoas vão modificando a sua forma de pensar.

Após esta discussão do que é a cultura, podemos afirmar que CANEDO (2009), fala de todos os tipos de cultura que mencionámos anteriormente quando afirma que na atualidade é possível compreender a cultura através de três concepções fundamentais: a primeira refere-se à perspectiva de um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, e que esta corresponde ao conjunto de significados e valores dos grupos humanos; a segunda concepção refere-se às atividades artísticas e intelectuais centradas na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema de produção cultural; a última concepção reporta-se à cultura como instrumento para o desenvolvimento político e social.

1.4. O conceito de património cultural

Existe uma ligação entre património e cultura, daí surgir o conceito de património cultural, que nasceu em França nos inícios da década de 1980 (CALVO, 1995). Em Espanha é também denominado por património etnológico, e de acordo com CALVO (1995), o património etnológico de um país revela-se nas especificidades de materiais existentes, e na organização social dos grupos que o compõem, como os saberes, a representação do mundo perante eles e, de forma geral, os elementos que fundamentam a identidade de cada grupo social e a diferença dos outros. Surge sempre da criação social.

A cultura e o património cultural estão intimamente ligados e precisam um do outro, mas os conceitos diferem no que diz respeito à continuidade no tempo, já que o património cultural tende a afixar uma permanência no tempo, e a cultura está em contante mudança.

O património cultural é também denominado como património natural e surge da vida e da inspiração das pessoas, sendo, por isso, insubstituível como referência identitária de um povo (<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>, consultado em 08/01/2017).

Também se pode definir património cultural como uma expressão de cultura dos grupos humanos que tenta recuperar várias memórias, ritualizando sociabilidades, estando relacionado com bens culturais e que transmite legados para o futuro, sendo capaz de definir a sua “identidade” (PEREIRO, 2006; GONÇALVES, 2015).

O património cultural não se deve entender só como um bem material, que é classificado como arqueológico, artístico ou histórico, mas também como um referendo da identidade da sociedade para o seu próprio bem-estar (CASTILLO, 2002).

Surge então a pergunta relacionada com o porquê de termos de preservar o património cultural, à qual CALVO (1995, p. 884) responde da seguinte maneira: “é a necessidade de explicitar, confrontar, salvaguardar de forma a manter os recursos culturais próprios de um povo, para promover a cultura, para promover o conhecimento da diversidade cultural que existe num país, para conseguir induzir atitudes de respeito e de convivência, entre os diferentes povos”.

No que se refere à cultura, nem tudo pode ser denominado património nem conservado. Por isso, o património cultural é só uma representação simbólica da cultura, daí ser necessário fazer-se uma seleção criteriosa dos produtos ou tradições que se querem conservar.

Existe uma diferença entre património cultural e património, pois o património cultural tem um sentido público, comunitário e de identificação coletiva. Já o termo património tem um sentido mais restrito, familiar e individual, sendo que se refere a um bem privado e particular (PEREIRO, 2006). Também existe uma diferença entre património cultural e cultura, devido a que o património cultural tende a fixar alguma permanência, e a cultura está em constante mudança. Contudo o património, a cultura e o património cultural, estão fortemente interligados, ou seja, uns não existiriam sem os outros.

Podemos afirmar que nem tudo o que tem a ver com a cultura se pode tornar património nem conservar. Por isso, o património cultural é só uma representação simbólica da cultura, sendo o resultado de processos de seleção e de negociação dos significados, porque só depois de uma grande discussão e seleção, é que se escolhem os bens mais adequados para representar a cultura.

Existem diferentes visões que incidem nos processos de recuperação e conservação do património cultural, como a tradicionalista ou folclorista, a construtivista, e a produtivista ou mercantilista, o que conduz a que quase tudo seja considerado como sendo património (PEREIRO, 2006).

Na atualidade, o património cultural é um debate sobre os valores sociais e a patrimonialização. É um processo de atribuição de novos valores, sentidos, usos e significados concedidos a objetos, a formas, a modos de vida, a sabores e a conhecimentos sociais (PEREIRO, 2006).

O património cultural é muito importante, tendo um papel de primeira ordem no que diz respeito aos planos e programas de desenvolvimento de aldeias rurais deprimidas e nos planos e programas de recuperação de espaços urbanos.

O património cultural de um povo compreende as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos escritores e intelectuais, como também as obras anónimas, que surgiram da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida, ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade de um povo; a linguagem, os rituais, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a literatura, as obras de arte, os arquivos e as bibliotecas. Podemos concluir então que o património cultural tem duas vias de manifestação: a material, como edifícios e objetos, e a imaterial, como tradições, línguas e técnicas (CONSEJO NACIONAL PARA LA CULTURA Y LAS ARTES, 2013).

A UNESCO, organismo integrante da ONU, surgiu para preservar o património em 16 de novembro de 1945, tendo como principal objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo, nos domínios da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. No seu início as ações e convenções eram orientadas para a educação, mas em 1959, para proteger dois templos egípcios, foi definido um acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, de modo a proteger o Património Mundial da Humanidade (VALENTIM, 2012).

Anos depois, no dia 16 de novembro de 1972, com o intuito de combinar a conservação da cultura com a conservação da natureza, subscreveram a “Convenção a Respeito da Proteção do Património Cultural e Natural do Mundo” contando com diversos países, sendo o último país a aderir a Palestina em 8 de dezembro de 2011 (VALENTIM, 2012).

Atualmente para entrar na lista de Património Mundial da UNESCO, o local que se candidata tem de “integrar uma das categorias e satisfazer um dos critérios de seleção (apêndice A) definidos na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial” (VALENTIM, 2012, p. 22 e 23).

De acordo com a UNESCO, as categorias consideradas no património cultural são (art.º 1 da Convenção de 1972):

- Os monumentos – obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- Os conjuntos – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os locais de interesse – obras do ser humano, ou obras conjugadas do ser humano e da natureza, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

As categorias consideradas como património natural segundo o art.º 2 da Convenção de 1972 são:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

Compete a cada Estado como refere a Convenção identificar e delimitar os diferentes bens situados no seu território de acordo com os artigos suprarreferidos.

1.5. Notas conclusivas

No decorrer deste capítulo foi realizada uma breve discussão sobre o que se entende por património. Pode-se assegurar que é uma herança que foi deixada pelos antepassados e que é transmitida às gerações futuras. Chegou-se à conclusão que o património é constituído por diversos tipos de bens e que este termo foi utilizado pela primeira vez em França no século XIX. Em Portugal, no século XVI, já se tinha o intuito de preservar o património.

Foi recordada a história do surgimento do termo património em Portugal e de quem é o responsável por o preservar e valorizar, tendo-se referido que o termo património está interligado com o de nação.

Abordou-se o conceito de património material e imaterial, de forma a distingui-los, porque estes dois tipos de património são cruciais para a elaboração da presente investigação.

Referiu-se o conceito de cultura, porque é a partir deste que surge o de património, ainda que tenha sido difícil definir este conceito, pois existem diferentes tipos de cultura que, por

si, têm subjacentes diferentes formas de pensar e como tal, cada uma tem-lhe associada, uma definição. Este conceito é estudado há muito tempo, devido às mudanças de vida das pessoas, ainda que o conceito se tenha alterando a partir dos anos de 1960. A ampliação do seu significado ocorreu no ano de 1982, aquando da Declaração de México.

Após se ter analisado os conceitos de património e de cultura, definiu-se um conceito que surge da união de património e cultura, que é o património cultural. No entanto, enquanto que o património estabelece uma permanência no tempo, a cultura está em constante mudança.

Pode-se salientar que nem tudo o que está relacionado com cultura pode ser denominado como património cultural, já que este é só uma representação simbólica da cultura. Daí se ter criado a UNESCO, com o intuito de preservar o património e de se criar uma lista de Património Mundial da UNESCO, onde se escolhem monumentos que têm de ter certas características para serem considerados como património. Os monumentos que recebem este rótulo tendem a ser muito procurados pelos turistas, devido a serem classificados.

No segmento do turismo cultural o património cultural adquire elevado significado necessitando de recordar o que é o turismo cultural, que é o que nos propomos fazer no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 - O conceito de turismo cultural e a sua evolução

Neste segundo capítulo, que se subdivide em três *itens*, abordamos os conceitos chave para o desenvolvimento da nossa investigação.

O primeiro *item* dedica-se à evolução do turismo, desde o seu início até à atualidade em geral e no caso específico de Portugal, referindo-se aos segmentos que envolve e à forma como é encarado pelos indivíduos.

No segundo *item* é referido o turismo rural e a sua evolução, porque com este estudo pretende-se aumentar o turismo no local de estudo, que é um espaço rural. Também se identificam os diferentes tipos de turismo que se podem realizar no espaço rural e os programas que existem para promover o turismo rural.

No terceiro e último *item*, deste segundo capítulo, são identificadas as características do turista cultural, podendo vir a servir de base à nossa proposta de turismo cultural para o espaço que selecionámos.

2.1. Evolução do conceito de turismo

Ao longo das últimas décadas e perante as projeções realizadas por diferentes entidades considera-se que o turismo é um dos principais sectores de atividade do século XXI, o qual contribui para a globalização da economia, a nível mundial (BATISTA, 1999).

Em 1982, MATHISON e WALL (citados por COSTA, 2005, p. 282) definiram o turismo como sendo “(...) o movimento de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência por períodos não inferiores a vinte e quatro horas”, o que vem de encontro à definição da Organização Mundial do Turismo que define turismo como “o conjunto de atividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros” (PAKMAN, 2014, p. 18).

Como refere COSTA (2005, p. 280), “o turismo encontra-se associado à própria história da humanidade”, existindo a atividade turística desde as mais remotas civilizações da Grécia antiga, onde já se construíam equipamentos de lazer, recreio e desporto, como os famosos circos, teatros e anfiteatros. Os romanos inventaram as saunas, as corridas em carros puxados a

cavalo, as arenas e espetáculos, havendo vestígios de atividade turística nos lugares mais remotos do mundo.

A preocupação em definir o conceito de turismo surge em finais do século XIX, e foi nos primeiros anos do século XX que se iniciaram as primeiras reflexões sobre este fenómeno. No início, a realização de viagens que deu origem ao termo “turismo” ocorria por puro prazer, para as pessoas se distraírem, para aumentarem os seus conhecimentos, enquadrando-se nos tempos livres e de ócio (CUNHA, 2013).

O turismo é um fenómeno sociocultural e multidisciplinar (PÉREZ, 2009; CUNHA, 2013), sendo que CUNHA só fala na vertente da Sociologia e PÉREZ aborda o tema do turismo tanto no âmbito da Geografia, como da Economia, da Antropologia, do Direito, da Sociologia e da Ecologia.

Na perspectiva da Economia o turismo é uma atividade económica que se pode estudar através da análise dos custos. Na perspectiva da Geografia, o turismo tem a ver com a deslocação de pessoas, constituindo objeto de estudo da geografia do turismo o movimento dos turistas no espaço. A disciplina do Direito vê o turismo como o exercício do direito da liberdade de circulação, ou seja, estuda a legislação das atividades turísticas. A Sociologia estuda o turismo como a prática social que é realizada no tempo de lazer das pessoas. A ciência Antropológica vê o turismo como um fenómeno sociocultural, encarando o turismo como uma indústria de interações entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos. E, por último, a Ecologia, encara o turismo como uma atividade humana que se realiza num meio que é afetado pelas ações do ser humano (PÉREZ, 2009). Sendo o turismo estudado por diversas ciências, é difícil ter uma definição única do conceito de turismo.

No caso do *grand tour*, o motivo da deslocação estava relacionado com o desenvolvimento de contactos com outros povos, civilizações e culturas, tendo como objetivo a autorrecreação e a formação educacional e intelectual (COSTA, 2005), mostrando que há bem pouco tempo atrás só os que possuíam poder e dinheiro é que conseguiam viajar, com o fim de obterem conhecimentos, havendo fases distintas da evolução do turismo.

O turismo contemporâneo surgiu aquando da construção do “Estado de bem-estar”, no século XIX, para o qual contribuiu o aumento de salários e a criação de um sistema de Segurança Social, com o fim de resolver as tensões ente patrões e operários, operando-se uma mudança no mercado turístico. As medidas mencionadas inseriram-se num contexto de luta de classes reivindicando menos tempo de trabalho, direitos laborais e mais tempo de lazer. Em

1919 foi criada a OIT (Organização Internacional do Trabalho), que aprovou a jornada de 8 horas por dia ou 48 horas por semana. Depois da Segunda Guerra Mundial, as férias começaram a ser pagas, fazendo com que até os indivíduos das classes do proletariado, quisessem pôr em prática viagens turísticas (PÉREZ, 2009).

Um elemento fulcral para a criação do turismo foi a praia, a qual era, no século XVIII, vista pela sociedade como um lugar pouco limpo e em meados do mesmo século era vista como uma paisagem que provocava emoção aos que a observavam. Ao longo do século XIX, a praia começou a ser vista como um espaço de saúde, cura, recreação e lazer, e, já nos anos quarenta do século XX começou-se a ver a praia como um lugar para mostrar o corpo, utilizando o chamado biquíni, criado pelo francês Louis Réard (PÉREZ, 2009).

O mercado turístico europeu amadureceu nas décadas de 1970 e de 1980, segmentando-se em diferentes nichos de mercado (RICHARDS, 2005), começando a diversificar-se para responder à procura de turistas, que cada vez era mais específica e diversificada, conforme o indivíduo, a idade e até o sexo.

A ONU, em 1988, referia que o turismo derivava da noção de tempo livre, ou seja, tempo que não é consagrado ao trabalho e que é um fenómeno socioeconómico historicamente diferenciado, diretamente relacionado com o lazer (CUNHA, 2013).

Atualmente, em Portugal, o turismo “constitui-se como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional” (GOVERNO DE PORTUGAL, 2012, p. 7). É um dos setores estratégicos para o desenvolvimento de uma região, através do rendimento e emprego que gera, pela sua contribuição para o equilíbrio da balança de pagamentos e através dos investimentos diretos e indiretos que podem constituir a base de um desenvolvimento sustentável.

Representa 11% do PIB português, tratando-se de um sector chave para impulsionar a economia nacional, primordial para o desenvolvimento do país, gerador de múltiplos empregos (VALENTIM, 2012).

O turismo é também encarado como um dos motores principais de progresso socioeconómico no desenvolvimento de regiões. Nos últimos anos, a evolução do turismo tem sido irregular, devido à concorrência que existe entre os vários países do mundo, respondendo às exigências do mercado (REMOALDO *et al.*, 2014).

O turismo faz parte do modo de vida das sociedades contemporâneas, mas nem todas as pessoas utilizam esta palavra com o mesmo significado, já que “para uns o turismo é uma

coisa muito séria porque lhes proporciona emprego e rendimento e dele dependem as suas vidas; para outros, é sinónimo de diversão para ricos e ociosos. Para quem viaja é uma forma de alcançar satisfação e realização pessoal, mas para quem tem responsabilidades políticas é um meio para alcançar bem-estar social. Para alguns é um meio de invasão das suas vidas e de destruição de valores que fazem parte da sua identidade mas, para muitos, é uma forma de libertação” (CUNHA, 2013, p. 1). Ou seja, depende da relação que as pessoas têm com esta atividade económica, da forma como a percebem e a vivem.

Também podemos afirmar que o turismo engloba vários serviços como: alojamentos, restauração, transportes, serviços de agências de viagens e operadores turísticos, *rent-a-car*, serviços culturais, serviços recreativos e de lazer (COSTA, 2005, p. 284 e VALENTIM, 2012), trazendo todos eles benefícios para o território que investe no sector turístico, principalmente ao nível económico e social, criando novos postos de trabalho.

O turismo envolve vários segmentos. Entre eles temos o turismo de consumo, que é quando se realizam passeios com o objetivo de realizar compras; o turismo religioso onde a motivação pode ser a fé; o turismo de massas que muitas das vezes se identifica com o turismo de sol e praia; o turismo cultural, quando o objetivo são encontros artísticos, ciclos, sínodos, concílios, feiras, festivais e encontros culturais (TURISMO UCPEL, 2010). Também se deve considerar o turismo de estudos, quando os estudantes praticam o Programa Erasmus e na sua viagem englobam diversos tipos de turismo. Temos também o agroturismo, que é uma modalidade de turismo que se pratica no meio rural e onde a atração são as atividades agrícolas e as tradições locais. Por último, pode-se considerar o turismo náutico, onde o interesse é realizar atividades no meio aquático, seja em cruzeiros ou mesmo em embarcações mais pequenas, com o fim de passear, assim como o turismo ecológico, onde se destaca o ecoturismo, cuja finalidade é observar ecossistemas no seu estado natural. Como segmento ligado a este último temos o turismo de aventura, onde se procura a prática de atividades de aventura de carácter recreativo (TURISMO UCPEL, 2010).

Depois de mencionadas algumas das principais tipologias de turismo, podemos afirmar que geralmente quem pratica turismo usufrui de tempo de lazer, que é aquele tempo que implica atividades de livre escolha por parte dos indivíduos.

Em Portugal este sector está a viver, desde há alguns anos, um bom momento, devido aos investimentos nas infraestruturas e nos recursos humanos, contribuindo para o aumento das

receitas e ainda estão a surgir novos destinos com uma grande capacidade de atração (TURISMO DE PORTUGAL, 2007).

Podemos também ressaltar que o turismo é uma atividade económica sujeita à concorrência mundial e atravessada por fortes tendências de mudança (NUNES, 2015). O que se quer conseguir com o plano de Turismo 2020, é posicionar Portugal como um dos dez destinos turísticos mais competitivos a nível internacional.

Após a apresentação de várias definições do que é o turismo importa sobressair a natureza essencial do turismo (BECKER e FRAIN, 2013):

- o turismo surge com a deslocação de pessoas para vários destinos e lugares;
- o turismo envolve dois elementos, que são a viagem e a estadia no local de destino;
- a viagem e a estadia, acontecem fora do ambiente habitual ou do local normal de residência;
- a deslocação para os diversos destinos é temporária e de curta duração, sendo que a intenção é voltar dentro de alguns dias, semanas ou meses;
- os destinos são visitados com outros fins que não o de ser residência permanente ou de procura de emprego.

Com o Turismo 2020, acredita-se que o turismo vai continuar a crescer à escala global e que a concorrência entre destinos alternativos será cada vez mais intensa (NUNES, 2015). Pretende-se também “Tornar Portugal no destino turístico mais dinâmico e ágil da Europa” (NUNES, 2015, p. 41). Em 2014, Portugal registou um aumento de 12%, nas receitas turísticas e aumentou a oferta de serviços (NUNES, 2015), o que mostra que se podem atingir os objetivos pretendidos.

Como já frisámos antes, considera-se turista a pessoa que sai do seu país ou região para uma viagem de visita a outro país, Estado ou região por um período não superior a doze meses, nem inferior a uma noite, e o turista não tem a intenção de desenvolver uma atividade remunerada, segundo a Organização Mundial do Turismo (BRITO, 2000, p. 2).

Para definir turista, utiliza-se a expressão “ambiente habitual”, que substitui o termo de residência, de forma a excluir as deslocações realizadas entre a casa e o local de trabalho e estudo (CUNHA, 2013).

Já o excursionista é a pessoa que permanece menos de 24 horas fora do local de residência habitual, sendo que não pernoita no lugar que foi visitar ou conhecer (PÉREZ, 2009; CUNHA, 2013).

Portugal teve um Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), iniciativa do Governo, que foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº53/2007, de 15 de fevereiro, desenvolvido para o horizonte temporal 2006-2015 (GOVERNO DE PORTUGAL, 2012), o qual serviu para concretizar as ações definidas para o crescimento sustentável do turismo nacional. Este plano foi revogado e pôs-se em prática o Horizonte 2020, porque não fazia sentido elaborar um plano prescritivo, fechado, definido pelo Estado, para conformar um setor que vive em permanente mudança. O Horizonte 2020 defende a qualificação (crescer mais do que a concorrência) e a competitividade (ambicionando figurar no top-10 dos destinos mais competitivos a nível mundial) (NUNES, 2015).

Os princípios que o Horizonte 2020 defende são os seguintes:

“1. Um destino sustentável e de qualidade, onde crescimento turístico seja compatível com a produção de benefícios para o território e as comunidades e onde o Estado, na preservação do território, cumpra o seu papel;

2. Um destino de empresas competitivas, com um ambiente saudável para a iniciativa privada promovendo a concorrência e inovação na atividade turística;

3. Um destino empreendedor, facultado de todas as competências e conhecimentos que lhe permitam ser o país campeão do empreendedorismo turístico;

4. Um destino ligado ao Mundo, no qual a conectividade e a mobilidade dos turistas sejam ferramentas importantes na ativação da procura;

5. Um destino gerido de forma eficaz, onde a definição clara das competências de cada agente não seja um entrave à iniciativa privada, à exploração de sinergias e intensificação da transversalidade do turismo;

6. Um destino que marca, cujas estratégias de promoção e comercialização devem resultar de visões técnicas e não políticas no sentido de almejar a eficiência” (NUNES, 2015, p. 5).

O turismo oferece oportunidades aos territórios onde atua tendo uma grande capacidade para condicionar o desenvolvimento social e económico dos territórios (FUNDACIÓN CAJA GRANADA, 2004). Além disso, a atividade turística deve adaptar-se às condições próprias de cada território e de cada população.

Esta atividade pode ser um importante instrumento gerador de riqueza, já que cria empresas e postos de trabalho (FUNDACIÓN CAJA GRANADA, 2004). Também pode produzir efeitos muito positivos como “contribuir a reforçar os valores próprios de um lugar, reafirmar a

cultura local, abrir a sociedade local às influências do exterior, munir um território de valores agregados, etc” (FUNDACIÓN CAJA GRANADA, 2004, p. 8). Trata-se de uma mais-valia para os territórios rurais, porque podem sobreviver apostando no sector turístico, mas mantendo a sua identidade e cultura.

Para que um território invista no turismo, as administrações públicas devem “realizar um trabalho prévio com visão de futuro, para ajudar o município, os empresários locais e a sua população a prepararem-se para iniciar o caminho da atividade turística, tendo por base a perspectiva de uma atividade profissionalizada e economicamente rentável” (FUNDACIÓN CAJA GRANADA, 2004, p. 12), já que são os empresários da região os que investem em infraestruturas como alojamentos e restaurantes.

Atualmente podemos assumir que o turismo é uma atividade popular e massificada (VALENTIM, 2012). Segundo GUNN (2002) citado por VALENTIM (2012), os elementos chave que representam o turismo, são os seguintes: o turismo é um campo multidisciplinar e não uma disciplina, que este é gerado por duas causas principais que são a procura e a oferta, sendo que dentro da procura há uma diversidade de interesses e capacidades dos viajantes e que a oferta inclui todos os desenvolvimentos físicos e programados necessários para satisfazer as necessidades dos turistas. O turismo envolve múltiplas dimensões: a geográfica, a económica, a ambiental, a social e a política.

Em Portugal, o turismo é composto quase integralmente pela iniciativa privada (NUNES, 2015) e é um sector que não tem por base o investimento em produtos estratégicos escolhidos pelo Estado, já que estamos num país dividido em regiões e o poder está centralizado. Também o alojamento é dinamizado pelos investidores, já que são eles que conhecem as necessidades que poderão vir a ter os turistas. Tem-se em conta o local onde se vão implementar as infraestruturas, daí se ter criado o Turismo 2020, onde a evolução vai ocorrendo conforme o que se precisa num dado momento e se vai promovendo o turismo conforme as necessidades e a evolução do turismo.

Quando um lugar desenvolve a atividade turística, tem de ser fornecido um produto que seja autêntico, mas também diversificado e personalizado, de forma a utilizar o turismo como estímulo para restaurar e conservar o património histórico (REMOALDO e RIBEIRO, 2011).

Tendo o turismo vários benefícios, este também pode ser um fator de marginalização da população local, que acontece quando não consegue gerar benefícios económicos e financeiros

(CUNHA, 1997 e ANDRADE 2008, citados por REMOALDO e RIBEIRO, 2011; MARQUES, REMOALDO, VAREIRO e RIBEIRO, 2011).

Na atualidade o turismo sofreu uma transformação, tornando-se num fenómeno de massa, que tem outro tipo de características, que cria novos comportamentos e estabelece novas relações, tanto individuais como coletivas, fazendo com que surjam novas atividades e se aproveitem as já existentes, mudando os seus fins (AZEVEDO e CACHO, 2010; CUNHA, 2013). Este cenário faz com que o turismo perca originalidade e perca o símbolo e as características específicas do local a promover este tipo de turismo, porque altera o ambiente, a cultura e o património.

A atividade turística foi conduzindo a um desgaste dos produtos tradicionais turísticos, levando os empreendedores a procurar novos locais e regiões, para implementar o turismo, dando se maior atenção ao aspeto ambiental, voltado para um desenvolvimento sustentável, pondo em prática atividades turísticas que protejam o ambiente, sendo que estes novos locais, têm muito a ver com o turismo natural e rural (ROQUE, 2001).

O turismo é uma forma de compensação da insatisfação da sociedade massificada (PÉREZ, 2009) e no caso do turismo cultural o visitante tenta, cada vez mais, oferecer autenticidade.

Na atualidade a informação é fundamental para a evolução turística contínua, para o seu funcionamento e para a sua expansão. Quem viaja necessita de um mínimo de informações acerca do local a ser visitado no sentido de planejar as suas viagens sendo cada vez mais notória a opção pelas viagens decididas de forma individualizada (AZEVEDO e CACHO, 2010). As tecnologias passaram a representar um fator dinâmico e poderoso, induzindo a própria distribuição dos serviços turísticos (AZEVEDO e CACHO, 2010).

Por isso, os turistas procuram diferentes tendências, devido à fácil acessibilidade às redes sociais, como à internet, que é o primeiro sítio onde as pessoas vão obter informação, desde a reserva de viagem, à estadia e mesmo às atividades que lá podem desenvolver.

O desenvolvimento tecnológico fez com que as exigências dos turistas fossem alteradas, devido a terem acesso a mais informação e também porque as pessoas têm acesso de uma maneira mais rápida e eficiente a todos os serviços relacionados com o turismo. Os turistas, atualmente, até podem fazer uma viagem virtual para ver como é o destino. Por isso, pode-se afirmar que o turismo é um dos setores que está a sofrer bastantes impactes com o uso da internet, embora esta não seja o único elemento característico da sociedade informacional, mas

é uma das principais. O setor das viagens aéreas sofreu, nas últimas duas décadas, mudanças significativas no que diz respeito aos canais de distribuição dos seus produtos (AZEVEDO e CACHO, 2010).

Ao longo da história do turismo podemos ressaltar que a tecnologia foi responsável pelo seu crescimento e também pelo impulso económico, ou seja, o turismo tem sido moldado pelos avanços tecnológicos. Este avanço não é igual em todo o mundo, já que a informação não chega de igual modo a todos os locais e cidadãos, pois existem barreiras tanto económicas, sociais e até mesmo educacionais. Contudo, o turismo em rede funciona melhor nos grandes centros económicos mundiais, porque são estes os pontos emissores e recetores de turistas (AZEVEDO e CACHO, 2010).

Daí a OMT ter criado novas tendências turísticas, que estão expressas pelo Turismo de Portugal IP. (2011), como:

- cliente no lugar do condutor - é quando o cliente é cada vez mais informado e exigente, o que se deve a uma maior liberdade de escolha e transparência da oferta; os turistas passaram a dar uma maior importância à qualidade e ao serviço personalizado;
- *Value for Money* - onde os turistas pretendem rentabilizar os seus gastos na viagem, traduzindo-se em férias de menor duração para obterem mais oportunidades;
- diversificação e especialização - existe uma maior diversificação das motivações e pela procura de outros segmentos de mercado;
- enfoque nas experiências procurando experiências mais autênticas e atividades criativas no destino;
- turismo sustentável - com uma maior consciência ambiental e cultural dos viajantes, fazendo com que os viajantes queiram interagir com culturas locais.

O turismo pode ser afetado pelas mudanças climáticas, já que os turistas quando viajam geralmente procuram lugares com boas temperaturas e com bom tempo (BECKER e FRAIN, 2013).

2.2. O turismo rural e a sua evolução

O turismo ligado ao espaço rural representa as atividades turísticas no ambiente rural, tendo ganho nos últimos anos grande dimensão económica e social (ROQUE, 2001).

Tal como o turismo e todas as formas de praticar turismo, o turismo de campo ou rural, remonta à Antiguidade. Os imperadores e guerreiros refugiavam-se nos campos, para fugir ao quotidiano da grande cidade romana. Na Idade Média, os nobres voltavam para o campo, para descansar e usufruir do lazer. Em Espanha, no início do século XI, começaram a surgir as primeiras pensões rurais, devido ao Caminho de Santiago de Compostela. Mais recentemente, após a Revolução Industrial, a influência do êxodo rural, fez com que as pessoas saíssem do campo para ir para as cidades mais próximas, para assim puderem visitar familiares e amigos que tinham ficado no campo (ROQUE, 2001).

Na história moderna a ideologia de progresso está ligada à cidade, porque tanto os habitantes urbanos como os rurais viam a cidade como símbolo de liberdade, desenvolvimento, civilização, lugar facilitador do pluralismo e de vários estilos de vida, enquanto que o meio rural, era visto como tradicional, conservador e ignorante (FROEHLICH, 2000).

Existem várias formas de definir o turismo rural, porque existem diferentes atividades que se podem realizar no espaço rural e todas elas mostram diferentes modalidades de turismo. Daí vários autores interpretarem o turismo rural, como um todo, abarcando todas as atividades e formas de turismo que se localizam no espaço rural.

De acordo com o Decreto-Lei nº 54 de 2002, o turismo rural, tem de se realizar em áreas rurais, as quais são áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ao ambiente e possuem paisagem de carácter vincadamente rural (Decreto-Lei nº54, 2002, Capítulo I, artigo 3º).

O Turismo Rural (TR) é muitas vezes confundido com o Turismo em Ambiente Rural (TAR), mas a diferença é que o TR desenvolve-se somente no universo rural e, por sua vez, o TAR não segue as exigências da cultura rural. Daí a oferta deste tipo de turismo, o TR, ter como oferta as atividades agropecuárias, a cultura no campo mantendo as tradições, e o alojamento é nas propriedades rurais típicas (ROQUE, 2001).

Também temos a expressão Turismo em Espaço Rural (TER) que envolve o conjunto de modalidades de hospedagem nas áreas rurais, que são orientadas de forma a explorar os recursos naturais e culturais do espaço rural. Este tipo de turismo surgiu como medida para inverter a crise gerada pelo êxodo rural, que se iniciou nos anos de 1960 (SILVA, 2007).

Em termos jurídicos o TER foi definido como o “conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais” (Decreto-Lei nº 54 de 2002, p. 2068).

Após a revisão do Decreto-Lei nº 54 de 2002, definiram-se como empreendimentos de turismo rural “os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural” (Decreto-Lei nº 39 de 2008, p. 5757).

Em Portugal tem-se assistido à formulação e implementação de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento rural, as quais contribuíram favoravelmente para o sector turístico. As políticas têm como objetivo induzir o desenvolvimento sustentável das áreas rurais e estimular a diversificação das actividades económicas de quem reside nestes locais. Centram-se no aproveitamento dos recursos endógenos como o potencial agrícola dos campos, e a patrimonialização dos seus recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos (SILVA, 2007).

Também tem vindo a assumir uma posição de relevo nas políticas tanto do Estado português como da União Europeia, de modo a combater a crise económica e demográfica, em que mergulharam muitas áreas do país a partir de 1960 devido ao abandono do espaço rural (SILVA, 2007).

A criação deste tipo de turismo contribuiu para a manutenção do campo, como suporte da identidade nacional, pois o campo, durante muitos anos, foi o meio de subsistência da grande maioria da população portuguesa (SILVA, 2006).

Existem diferentes modalidades de empreendimentos em espaço rural, que segundo o Decreto-Lei nº 54, Capítulo I, Artigo 2, alínea 3, são o turismo de habitação, o turismo rural, o agroturismo, o turismo de aldeia, as casas de campo, os hotéis rurais e os parques de campismo rurais. Estas modalidades estão caracterizadas nos artigos 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, do Capítulo I, Artigo 2, do Decreto-Lei nº 54 de 2002. O Decreto-Lei nº 39/2008, Secção II, fala das disposições gerais que têm que ter os empreendimentos em espaço rural.

O TER em Portugal “inclui serviços de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas onde se desenvolvem actividades agrícolas, em casas rústicas, tomadas como exemplares da arquitetura popular de matriz rural, e ainda em hotéis rurais e parques de campismo rurais” (SILVA, 2007, pp. 297 e 298) que vem ao encontro do que se referiu no parágrafo anterior, ao abrigo do Decreto-Lei nº 54 de 2002.

A consagração legal do TER em Portugal ocorreu em 1986, com o Decreto-Lei nº 256/86, e a oferta deste tipo de turismo ao longo dos anos revelou, até finais da década de

1990, um crescimento médio anual de 12,3% (SILVA, 2007), distribuindo-se de uma forma irregular no território português, já que a maioria se concentra na região Norte, mais especificamente no Minho. Na atualidade mantem-se uma maior procura para a região Norte, por ser o território que possui mais estabelecimentos e camas para alojar os turistas, seguida do Centro e do Alentejo, e verifica-se que os hóspedes são na grande maioria nacionais, tanto em 2014 como em 2015 (TRAVELBI, 2016).

O TER é procurado fundamentalmente por indivíduos jovens, entre a faixa dos 31 e os 45 anos, que se deslocam dos grandes centros urbanos de Portugal e mesmo de outros países tendendo, no caso dos portugueses, a pernoitar dois a três dias, enquanto os estrangeiros permanecem mais tempo (SILVA, 2007).

Das diferentes formas de realizar turismo no espaço rural, sobressai o turismo rural, o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo cultural, o turismo religioso e o turismo desportivo, podendo interagir entre eles ou ocorrer isoladamente.

Os princípios do TR são o “atendimento familiar, a preservação das raízes, a harmonia e sustentabilidade ambiental, a autenticidade de identidade, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local” (ROQUE, 2001, p. 19).

Todos os países membros da atual União Europeia (UE) tiveram um desenvolvimento da atividade turística rural, fomentado pelo Programa LEADER, o qual representou uma iniciativa comunitária que surgiu na década de 1990, coordenada pela Direção Geral da Agricultura (ROQUE, 2001). Na atualidade denomina-se de Programa de Desenvolvimento Rural 2020, abrangendo o período de 2014-2020.

O Programa LEADER deu prioridade a algumas ações relacionadas com o turismo rural, valorizando o património cultural e natural, apoiando investimentos turísticos privados e públicos, organizando a oferta turística local, comunicações e informações turísticas, e criando itinerários turísticos regionais (LEADER, 1993).

Com a ajuda do LEADER, houve uma revalorização do meio rural, devido a práticas como excursões no campo, atividades de lazer, as quais contribuíram para que se tomasse em conta o ambientalismo (FROEHLICH, 2000). Passou a haver uma preocupação com o ambiente e mesmo com as pessoas, pois quem se desloca para o meio rural vai à procura da natureza e do ar com maior qualidade.

O alojamento turístico era na sua maioria proveniente de capitais públicos, procedentes na sua maioria de fundos comunitários. Estes foram dirigidos a casas que pertencem

maioritariamente a três grupos de proprietários, um deles encontra-se ligado à antiga nobreza da região, que entram na atividade fundamentalmente para recuperar e manter na família o património herdado dos seus antecedentes, como solares e casas apalaçadas; o dos agricultores e criadores de animais de modo a rentabilizarem antigas instalações agrícolas, como celeiros, casas de caseiros e arrumos; e, por último, o dos indivíduos que reabilitam antigas habitações, que se localizam nas aldeias para obter lucros provenientes da exploração turística (SILVA, 2007). Com a atualização do Decreto-Lei nº63/2015, alterou-se este processo, “com o intuito de melhor adaptar à realidade a ainda recente experiência da figura do alojamento local no panorama da oferta de serviços de alojamento temporário, o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, deu a este tipo de estabelecimento um tratamento novo e autonomizado. Aquele diploma veio prever normas alusivas a novas realidades no que respeita à oferta de serviços de alojamento local, tendo, no caso dos «hostels», remetido para a portaria a densificação da respetiva figura. No entanto, para evitar a dispersão de instrumentos normativos sobre uma mesma realidade e tendo em conta a lógica de simplificação e de maior facilidade no acesso à atividade de alojamento temporário, justifica-se que a densificação do regime dos «hostels» conste também do Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto”. Desta forma tornaram-se mais rigorosos alguns aspetos do regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local.

O TER contribui para a divulgação da região ou país, para o desenvolvimento do comércio e dos serviços, para a criação de postos de trabalho, para o desenvolvimento económico, para a preservação do património natural, edificado e cultural, para a dinamização do artesanato, para a atração de visitantes, para combater o despovoamento, para promover o intercâmbio cultural e para viabilizar a economia (SILVA, 2007). Todavia, nem todos estes contributos se verificam, já que algumas casas de turismo só contratam uma ou duas pessoas e nem sempre a tempo inteiro, e o desenvolvimento da economia pode restringir-se ao lugar de habitação, porque os turistas encontram nas casas todos os serviços, não existindo uma articulação com os restantes serviços (SILVA, 2007).

2.3. Características do turista cultural

A palavra turista é relativamente recente, ainda que hoje em dia se utilize na linguagem corrente. Começou a ser usada no início do século XIX para se referir aos indivíduos que viajavam por prazer, tendo, na atualidade, um sentido muito mais amplo (CUNHA, 2013).

O turista é o indivíduo que realiza a atividade turística, porque o turismo é uma experiência humana, apreciada e lembrada como alguns dos momentos mais importantes da sua vida (BECKER e FRAIN, 2013).

“Ser turista é uma categoria socialmente construída, mutável e condicionada por variáveis como a riqueza, a nacionalidade, o gênero, a idade, a posição social ou a distância social e cultural. Portanto, ser definido como turista significa a aplicação de uma marca, de uma etiqueta por meio da qual se classifica socialmente” (PÉREZ, 2009, p. 39).

A palavra turista surgiu do francês (*touriste*), que se utilizava quando as pessoas viajavam para repouso, distração ou para satisfazer a curiosidade, conhecendo e aprendendo outras culturas. O turista desloca-se para fora da sua residência habitual, sendo que pode deslocar-se para outro local do país onde mora ou para outro país, usufruindo de meios de transporte, de estabelecimentos hoteleiros e restauração (CUNHA, 2013).

Na sua pluralidade os turistas não são portadores dos mesmos valores e visões do mundo, daí as experiências turísticas não serem iguais para todas as pessoas, mesmo que sejam vividas no mesmo local e no mesmo momento (PÉREZ, 2009).

Os turistas nem sempre procuram as mesmas experiências no local que vão visitar, porque uns procuram apenas recreação e outros querem realizar atividades diversas; uns apenas desejam experiências superficiais e outros experiências com mais significado com os locais e com a sua cultura (PÉREZ, 2009).

Existem diversas tipologias de turista, que dependem da expectativa que o turista procura no local que visita daí termos as seguintes tipologias (PÉREZ, 2009):

- exploradores - são os que querem interagir com os anfitriões, aceitando as normas locais e não modificam o lugar;
- elite - são os que viajam para locais pouco usuais, realizando atividades exóticas (*e.g.*, canoagem);
- excêntricos - estes procuram emoções e risco controlado;

- inusitados - são os turistas que viajam para lugares pouco explorados ou áreas isoladas;
- “massa incipiente” - viajam individualmente ou em grupo, procurando comodidade e autenticidade, tendo como fim a procura de bens e serviços;
- de massa - vão para locais que recebem grandes fluxos de visitantes, estabelecendo uma relação meramente comercial com as pessoas do local de destino;
- de vôo chárter - locais muito procurados pelos turistas, que procuram um bom clima, bom ambiente familiar, não muito caro, estando tudo organizado pelo local que visitam.

O turista cultural apresenta características diferentes dos outros tipos de turistas, existindo diferenças no próprio turismo, o qual depende do produto cultural, mas, perante estudos realizados no Canadá e nos Estados Unidos, a informação geralmente indica um padrão comum (SILBERBERG, 1995; REMOALDO *et al.*, 2014):

- tem um maior poder de compra e gasta mais dinheiro no período de férias;
- fica mais tempo num lugar durante as férias;
- é mais provável permanecer em hotéis e motéis;
- é mais provável que faça compras;
- é mais instruído do que a maioria dos turistas;
- normalmente são mais mulheres do que homens a realizar este tipo de turismo;
- são pessoas com idades superiores a 50 anos (geração do *baby-boom*).

Entre a década de 1980 e a de 1990, ocorreu uma mudança no perfil dos visitantes que procuram a cultura e a história, devido às mudanças económicas que surgiram nos anos de 1990. Na atualidade este tipo de turismo já está a ser procurado por jovens e por pessoas com mais baixo nível de instrução, o que se pode verificar depois do estudo feito para a cidade de Guimarães (MARQUES *et al.*, 2011).

O turista cultural pode ser classificado em três grupos, dependendo das diferentes atitudes e comportamentos, os quais são:

- turista de inspiração cultural - que é o que escolhe destinos famosos pelo seu património cultural para o visitar uma só vez na vida, tendo poucas intenções de repetir. Este costuma viajar em grupos organizados com visitas guiadas em várias cidades, sem ter uma estadia prolongada em nenhum dos locais.

- turista atraído pela cultura - é o que passa as suas férias num destino não cultural, como a praia ou montanha; não procura visitar lugares históricos nem aproveita as oportunidades culturais disponíveis como cidades, festas locais, museus, sítios arqueológicos, etc.
- turista de motivação cultural - que escolhe os lugares que visita em função da oferta cultural que oferecem. Sendo pessoas motivadas para aprender e preparar a sua viagem com antecedência, informando-se do que quer ver. Este passa vários dias na cidade ou região escolhida e faz deslocações curtas para os arredores.

Contudo, os três grupos de turistas aproveitam a viagem para aprender e apreciar coisas que fazem parte da cultura do local a ser visitado (FERNÁNDEZ e RAMOS, 2010).

Como afirmam MARQUES *et al.* (2011) e REMOALDO *et al.* (2014), cada vez mais, as pessoas viajam para visitar locais históricos e arqueológicos, sendo um segmento do turismo em expansão na atualidade.

O turista cultural pode escolher o seu destino dependendo da cultura, educação e tipo de profissão, com desejo de aprender sobre diferentes sociedades, assistir a eventos especiais ou aprender línguas, ou por razões sociológicas, por razões de peregrinação ou até mesmo pelo património cultural (REMOALDO *et al.*, 2014).

O turista cultural também pode ser distinguido segundo o género, já que o género feminino atribui maior importância aos festivais, museus, visita a locais históricos, passeios e compras. Por sua vez, o género masculino, avalia de uma forma mais positiva a canoagem, caminhadas, esqui, passeios a cavalo, caça e pesca (REMOALDO *et al.*, 2014).

Perante o estado civil e tendo por base o estudo de Guimarães realizado por REMOALDO *et al.* (2014), pode-se dizer que os turistas divorciados e viúvos preferem a baixa temporada, os solteiros a temporada média e os casados a alta temporada, o que também está relacionado com os períodos de férias das crianças.

Muitos locais aumentam a sua procura turística com a criação de megaeventos, como foi o caso da cidade de Guimarães, quando em 2001 foi vista pela UNESCO como uma cidade de Herança Mundial e em 2012 como Capital Europeia da Cultura, contribuindo para que o interesse dos turistas aumentasse e por consequência visitassem esta cidade, como refere REMOALDO *et al.* (2014).

Em suma, o turismo cultural era procurado na grande maioria por mulheres com nível de instrução elevado e que pertenciam a classes etárias dos 45 aos 65, verificando-se

atualmente um aumento de procura desta modalidade turística por classes etárias jovens e com mais baixo nível de instrução (REMOALDO *et al.*, 2014; REMOALDO *et al.*, 2017).

2.4. Notas conclusivas

No século XXI o turismo tem-se assumido como um dos principais setores de atividade económica contribuindo para a globalização da economia.

O turismo é uma prática do ser humano, na qual as pessoas se deslocam para fora do seu habitat habitual, e desenvolvem diversas atividades no local de destino. Esta prática remonta à Grécia antiga e subsiste na atualidade, no entanto, só no fim do século XIX se procurou definir o conceito de turismo.

O turismo é estudado por diversas disciplinas e procurado para diversos fins, começando pela procura de conhecimento e acabando simplesmente na procura de lazer.

Para Portugal, o turismo é uma fonte de riqueza, porque contribui para o desenvolvimento social, económico e ambiental tanto a nível regional como nacional. Na grande maioria dos casos é um investimento realizado pela iniciativa privada. O turismo também pode ser um fator de marginalização da população local, que surge quando não se consegue gerar benefícios económicos e financeiros e distribuídos de forma equitativa pela população.

Foi recordado o conceito de turismo rural e a sua evolução, sendo uma modalidade de turismo que se realiza em espaço rural. Pensa-se que este tipo de turismo é recente, mas, na realidade já remonta à Antiguidade, tendo vindo progressivamente a adquirir grande importância na atualidade. Não obstante, tem sido envolto nalguma dificuldade na sua definição.

Em Portugal criaram-se vários Decretos-Lei com o intuito de se definirem diversas modalidades de empreendimentos em espaço rural, sendo o mesmo procurado sobretudo por indivíduos dos 31 aos 45 anos de idade.

Na década de 1990 o turismo rural desenvolveu-se devido ao Programa LEADER, possibilitando uma gestão e apoio aos investimentos turísticos privados e públicos. Na atualidade o LEADER passou a denominar-se de Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

Pode afirmar-se que o TER contribuiu para que muitos destinos e regiões do país se desenvolvessem, tanto económica, como socialmente.

O turista cultural possui características específicas, sendo portadores de diferentes valores e visões do mundo. Por isso é importante frisar as características do turista cultural.

Concluiu-se que o turista cultural tem um maior poder de compra, permanece por períodos mais longos no destino, e mais em hotéis e motéis, e é provável que realize mais compras. Também é mais instruído e constituído, sobretudo, por mulheres e com idade superior a 50 anos.

CAPÍTULO 3 - Património cultural e consequências do turismo cultural para os territórios e para as populações locais

Neste terceiro capítulo, que se subdivide em dois *itens*, continua-se a falar dos conceitos-chave fundamentais, para a presente investigação.

No primeiro *item*, realiza-se uma junção de dois conceitos abordados nos capítulos anteriores, ou seja, a atividade turística e o património, de forma a conseguir perceber-se como se pode desenvolver o turismo cultural.

No segundo *item* aborda-se a importância do turismo cultural para o desenvolvimento dos territórios, ou seja, como o turismo contribui para a evolução dos lugares e como o turismo cultural contribui para a qualidade de vida dos residentes.

3.1. Evolução do conceito de património cultural

Podemos afirmar que o património cultural é um dos recursos da atividade turística, daí “o património cultural jogar um papel de primeira ordem nos planos e programas de desenvolvimento de comarcas rurais deprimidas e nos planos e programas de recuperação de espaços urbanos” (PEREIRO, 2006, p. 35).

O turismo é uma atividade empresarial e de coordenação, que é compatível com a promoção dos valores culturais e patrimoniais das regiões que recebem fluxos de visitantes (COSTA, 2005), pois há uma relação intrínseca entre quem visita e a área que está a ser visitada. Em Portugal nem sempre os elementos culturais e patrimoniais são devidamente considerados pelo setor do turismo e não são explorados de forma correta (COSTA, 2005).

O turismo deve ter o intuito de conservar o património cultural, investindo na restauração e conservação de edifícios históricos, e estimulando as comunidades locais a valorizar as suas tradições, tanto a nível comercial como a nível religioso, de forma a manter as tradições (MARQUES *et al.*, 2011).

É importante salientar que as pessoas que possuem as mesmas crenças e modos de vida, têm a cultura em comum, e são estas as pessoas que criaram o património que temos hoje em dia, daí o turismo ter vindo a incorporar a cultura, tanto nas abordagens políticas como práticas (COSTA, 2005).

Surge então o turismo cultural, que é uma atividade turística que tem como fundamento a ligação entre o passado, o presente e o futuro, assim como o contacto e a convivência com o legado cultural (REMOALDO e RIBEIRO, 2008).

O turismo cultural oferece experiências pessoais que têm a ver com o passado, com a atualidade e com outras sociedades. É cada vez mais um setor que pode contribuir para a conservação da natureza e da cultura. Também permite refletir sobre os aspetos económicos do património e aproveitá-los para a sua conservação, gerando fundos e educando a comunidade (CASTILLO, 2002).

O turismo cultural atua em termos sociais e culturais, como um estímulo para restaurar e conservar o património histórico, tanto material como imaterial, que de outra maneira desapareceria (MARQUES *et al.*, 2011). Daí a relação entre património cultural e turismo, que se deve fundamentar em dois pilares: o primeiro é a existência de pessoas motivadas para conhecer culturas diversas, e o segundo, é fazer com que o turismo sirva como instrumento de valorização da identidade cultural, através da preservação e conservação do património (GOMES, 2008).

O turismo cultural foi designado pela Comissão Europeia como uma área chave do desenvolvimento do turismo, na Europa e no ano de 1990. Por isso é importante para a atividade turística a existência do património cultural, porque só com a articulação dos dois é que se podem promover os valores culturais e patrimoniais das regiões recetoras de fluxos de viajantes, porque o “sucesso individual depende da relação de uma com a outra” (COSTA, 2005, p. 287). Este tipo de turismo promove o património, de lugares esquecidos, e pode propiciar a regeneração de centros históricos e de aldeias esquecidas ou envelhecidas.

Como defendem BONIFACE e FOWLER (1993) e PEREIRO (2006), o património cultural é um dos investimentos do turismo, já que tanto a cultura como o património cultural se têm apresentado como factos importantes para o turismo. Sendo assim, cada elemento/lugar que é oficialmente reconhecido como património, pode tornar-se numa atração turística (GONÇALVES, 2015).

E como a cultura é um alicerce da atividade turística, no fim da década de 1990 em Portugal foi assinado um protocolo de cooperação entre as Secretarias de Estado do Turismo e da Cultura, de modo a haver uma maior articulação de projetos desenvolvidos entre os dois departamentos governamentais (COSTA, 2005). Mas mesmo com a união dos dois

departamentos, os elementos culturais e patrimoniais não têm sido preservados da melhor forma pelo sector turístico em Portugal.

Também a atividade turística é importante para a preservação do património, já que a atividade turística ajuda a preservar e a proteger espaços e saberes, para as gerações futuras (PEREIRO, 2006).

O turismo, ao incorporar os bens culturais, faz com que estes façam parte da oferta turística. Ao se obter uma relação direta entre turismo e património, temos, por um lado, a conservação da riqueza cultural e histórica de um território e, por outro lado, a atividade que adita valor a um determinado património, incentivando o seu resgate e conservando as diferentes manifestações culturais, tanto tangíveis como intangíveis, de forma a promover e difundir tal património (REYES, 2009).

Para HENRIQUES (2000), as atividades culturais constituem um setor com peso na economia, já que é um sector que não se pode desperdiçar porque é uma atividade que promove riqueza e gera emprego.

Um estudo da Comissão Europeia, denominado Europa em Movimento, que foi publicado em 2004 (citado por REMOALDO *et al.*, 2014), revelou que, em 2003, 60% dos turistas europeus se interessam pela descoberta cultural e aproximadamente 30% dos locais turísticos são escolhidos devido à presença de sítios com história e vestígios culturais.

Também vários autores defendem que o turista que procura o turismo cultural se interessa por conhecer outras culturas, modos de vida, tradições, e estes são turistas com vontade de aprender e ter novas experiências, em lugares únicos (REMOALDO *et al.*, 2014).

As motivações culturais dos turistas revelam-se no conhecimento de novos destinos, para assim terem acesso à música, arte, folclore, danças e religião destes destinos e ter uma noção desta variedade cultural (REMOALDO e RIBEIRO, 2008; VALENTIM, 2012). Mas também para conhecer os lugares que têm património histórico, ou seja, centros urbanos, muralhas, ruelas, praças, castelos, igrejas ou museus (FERNÁNDEZ e RAMOS, 2010).

O património etnográfico como o artesanato, a gastronomia, os rituais, as festas, as cerimónias, as festas religiosas, a arquitetura tradicional, entre outros produtos ou bens que tinham desaparecido, com o investimento da atividade turística, puderam ser reabilitados, com o intuito de proporcionar aos turistas vivenciar essas tradições que um dia existiram. O problema é que estas são vistas como atividades económicas que têm muita procura, e por causa disso são

alteradas, perdendo a sua originalidade de forma a gerar procura (FERNÁNDEZ e RAMOS, 2010).

Uma das formas para preservar o património e evitar o turismo de massa para os locais onde existe património protegido pela UNESCO, é aumentar a diversidade geográfica da oferta turística cultural (TORRALBA e VINUESA, 2006; REYES, 2009). Parece-nos ser uma boa aposta, porque se se aumenta o património classificado pela UNESCO, os turistas distribuem-se pelos vários locais onde se encontra património classificado, diminuindo a pressão na visita de apenas alguns elementos/locais.

Pode-se afirmar que este tipo de turismo surgiu entre os séculos XVIII e XIX, com a criação de museus na Europa, que atraíam a atenção da antiga burguesia, mas não acaba aqui o mercado de progresso, no século XIX, com a evolução das fábricas, também se desenvolveu o turismo, com o fim de visitar as fábricas que tinham implementado o sistema de esgotos. Contudo, a evolução da implementação de museus por toda a Europa e a exposição de inúmeros objetos foi o auge do turismo cultural. Este tipo de turismo foi importante no turismo europeu até inícios da primeira guerra mundial, começando-se depois a procurar o turismo de praia, principalmente por parte dos habitantes do norte da Europa que se deslocavam para o sul da Europa à procura das praias mediterrâneas. Recentemente voltou-se a investir no turismo cultural, mas agora não direcionado apenas para as elites (RICHARDS, 2005).

Antes do fim do século XVIII, coleções de arte e outros produtos culturais pertenciam a príncipes e nobres, mas com as revoluções liberais, coleções de arte pertencentes à família real e à igreja foram confiscadas. Mais tarde, com as conquistas de Napoleão, conseguiu-se que coleções reais de toda a Europa, se juntassem às obras francesas, que já estavam reunidas no Louvre, que foi o primeiro museu nacional na Europa. A criação do Louvre fez com que outros museus nacionais, como o Prado em Madrid e o Altes em Berlim, se criassem à sua semelhança. Considerando que as coleções privadas em grande parte eram elaboradas segundo o gosto pessoal do proprietário, esses novos museus públicos foram projetados para fornecer coleções abrangentes, considerando todas as épocas e culturas (RICHARDS, 2005).

Foi a partir da década de 1960, que foi criada uma segunda onda de expansão da produção cultural, na qual houve uma reciclagem e uma recombinação de formas culturais, começando uma nova recolha de artefactos de trabalho e utensílios dos populares, surgindo um novo “boom de museus”, dando assim destaque quer à classe alta como baixa (RICHARDS,

2005). Deste modo, foram criados mais museus e galerias, de forma a expandir e aumentar a oferta do turismo cultural.

Por outro lado, existe uma discussão em torno das diferenças de género no âmbito do turismo cultural (REMOALDO *et al.*, 2014). Conclui-se que é importante que o turismo invista na cultura, porque segundo vários autores, este turismo no caso de Guimarães, como pode acontecer em outros locais turísticos que invistam nesta modalidade de turismo, captam a atenção de pessoas, na grande maioria do sexo feminino, com idades maduras, com um nível de educação superior e médio e que permanecem no lugar de destino vários dias. Mas segundo RICHARDS (2004, citado por REMOALDO *et al.*, 2014) este tipo de turismo também começa a ser procurado por segmentos mais jovens. No caso dos homens, estes preferem atividades mais relacionadas com a natureza e o desporto, ou seja, caminhadas, golf, ténis, andar a cavalo, canoagem, entre outras atividades.

De acordo com RICHARDS (2005), a indústria do turismo cultural avança em todas as nações e regiões, ocupando aqueles espaços que outrora eram muito industrializados, devido a serem financiados por órgãos locais, nacionais e internacionais. E é um mercado que é cada vez mais competitivo na Europa e não só, já que outros mercados que noutros tempos estavam à margem da produção global como a Ásia e as Caraíbas, agora estão a receber turistas que procuram novas tendências, deixando de lado as praias mediterrâneas que noutros tempos eram muito procuradas.

Um produto cultural para atrair turistas, tem que ser avaliado de acordo com os seguintes oito *itens* (SILBERBERG, 1995):

- se tem qualidade;
- se tem consciência;
- se tem uma atitude centrada no cliente;
- se é sustentável;
- se o produto é considerado único e especial;
- por interesse;
- quando apoia o desenvolvimento da comunidade;
- quando tem capacidade de ser gerido.

Para fazer com que o mercado turístico cultural aumente, podem-se realizar três tipos de parcerias, de forma a cativar mais pessoas e a envolver diferentes serviços com o turismo cultural (SILBERBERG, 1995). A primeira são parcerias entre produtos culturais do mesmo tipo,

sendo que são mais comuns, como teatros com teatros e museus com museus. Por exemplo, fazem-se acordos e as pessoas pagam um determinado montante e têm direito a visitar um certo número de museus ou teatros localizados numa certa área.

A segunda são parcerias que envolvem diferentes tipos de produtos culturais concretizando-se parcerias com organizações de festivais num ambiente de maior dimensão e com a visita de monumentos noutra local, sendo abrangido mais espaço e podendo oferecer mais condições ao turista. Esta solução abarca uma maior procura e torna-se vantajosa para a economia.

A terceira solução prende-se com a parceria entre produtos turísticos não culturais, como hotéis, *resorts*, desporto, recreação ao ar livre, parques de atrações, e a visita de produtos turísticos culturais. Pode-se afigurar como a mais importante, porque responde a todas as expectativas do turista, já que envolve diversas experiências, e faz com que seja mais procurada pelos turistas.

Em suma, para haver sucesso no âmbito do turismo cultural, tem de haver envolvimento de diferentes tipos de organizações, de forma a conseguir responder de uma forma mais eficaz às exigências dos turistas. Somente com a cooperação de todos os serviços turísticos é que se consegue captar mais turistas, fazer com que estes se sintam bem e fiquem mais tempo e então invistam mais nos serviços e fazendo com que queiram repetir a experiência.

3.2. Importância do turismo cultural para o desenvolvimento dos territórios e das populações locais

Uma exploração adequada do setor turístico contribui para o desenvolvimento económico, sociocultural e ambiental dos destinos turísticos (LIMA, 2012; STEIN e VIANNA, 2015).

Podemos afirmar que um destino turístico tem sucesso quando a gestão dos seus agentes é positiva e ativa (STEIN e VIANNA, 2015).

O desenvolvimento do turismo num determinado lugar, pode contribuir para uma melhor qualidade de vida em determinados indicadores, tais como o acesso a postos de trabalho e melhoria das condições de saneamento básico (STEIN e VIANNA, 2015). Daí terem de ser avaliados os impactes económicos do seu desenvolvimento, pois muitas regiões desenvolvem

esta atividade como complemento da sua base económica tradicional, no sentido de diversificar e consolidar o processo de desenvolvimento do ponto de vista económico (LIMA, 2012).

O turismo possui um maior significado nos países em desenvolvimento, pois nestes países os gastos feitos pelos turistas influenciam o crescimento das pequenas e médias empresas, as quais pertencem aos residentes locais. Pode contribuir para a criação de mais postos de trabalho, podendo contribuir para a melhoria da economia do território (LIMA, 2012). Mas quando estamos a falar do turismo cultural, podemos concluir que tem os mesmos benefícios para as médias e as pequenas empresas que estão relacionadas com este tipo de turismo e, conseqüentemente pode contribuir para a diminuição do número de pessoas em busca de trabalho.

Um dos aspetos positivos que o turismo tem associado é a criação de megaeventos nas cidades que investem no turismo porque promovem a imagem da “cidade anfitriã” (REMOALDO *et al.*, 2015), fazendo com que a cidade se torne mais conhecida e atrativa.

O turismo pode contribuir para a criação de empregos e rendimentos, podendo aumentar os casos de empreendedorismo. Mas também tem aspetos negativos, como a forte dependência do setor turístico, o aumento da importação e uma baixa taxa de retorno do investimento, criando outros custos externos (LIMA, 2012; STEIN e VIANNA, 2015).

O turismo não só beneficia os serviços relacionados com a atividade, mas também beneficia outros setores da economia local, como por exemplo a agricultura, a construção, a manufatura, os quais fornecem bens e serviços para os setores que fazem parte da indústria turística (SILVA, 2004; LIMA, 2012). Porque também se investe em novas infraestruturas e eleva os padrões de vida dos residentes (REMOALDO *et al.*, 2015).

O turismo também apresenta problemas, como o aumento dos preços dos produtos, devido a uma elevada procura dos mesmos, em certos momentos do ano, mas que depois se mantêm ao longo do ano, fazendo com que os residentes tenham que comprar os produtos mais caros. E também provoca dependência económica, sendo as economias destas regiões influenciadas pela sazonalidade desta indústria sofrendo oscilações ao nível de emprego e preços de bens e serviços (LIMA, 2012).

O turismo “nas últimas décadas tem sido cada vez mais considerado uma aposta adequada para o desenvolvimento das economias nos países com poucos recursos económicos” (LIMA, 2012, p. 12), por ter uma grande capacidade de afetar a qualidade de vida dos residentes dos destinos.

Muitas vezes os autores falam em qualidade de vida relacionado com a busca de um turismo sustentável, porque o desenvolvimento sustentável é composto pelo ser humano e meio ambiente em simultâneo, possuindo a questão ambiental a mesma importância que a questão social e económica, daí oferecer uma melhor qualidade de vida aos residentes que moram num destino turístico (STEIN e VIANNA, 2015).

O turismo também é importante para os residentes, porque proporciona intercâmbio cultural, garantindo aos residentes e também aos visitantes, contacto com outras culturas e línguas, e uma maior compreensão, aceitação e respeito por outras culturas. Mas também traz outro tipo de consequências, já que os modos de vida, as crenças e a alteração das atividades tradicionais, podem ser pontos negativos para os residentes de um determinado local (LIMA, 2012).

Com o turismo surge a melhoria das condições sanitárias da região onde se desenvolve o turismo assim como outros serviços, tais como a recolha de lixo, os serviços financeiros, a iluminação pública e as comunicações, o que proporciona à comunidade uma melhor qualidade de vida (SILVA, 2004; LIMA, 2012).

O turismo também pode ajudar a estimular os interesses dos moradores pela própria cultura, tradições, costumes e património histórico, devido a serem procurados pelos visitantes, e este facto faz com que os mesmos se preocupem com o que possuem, contribuindo para a reabilitação de monumentos, edifícios e locais históricos e também reabilitando os costumes locais (LIMA, 2012).

Mas também se alteram atividades tradicionais, a mercantilização da cultura como um comércio, o aumento das doenças infecciosas, a perda de diversidade cultural e das principais crenças religiosas, a alteração da autenticidade e do significado cultural dos objetos e dos eventos, a destruição e descaracterização do património histórico e cultural e o aumento do tráfego, nos locais que desenvolvem o turismo, o que é negativo para os lugares que investem no turismo (LIMA, 2012).

Com o desenvolvimento da atividade turística promove-se o investimento na acessibilidade e nos meios de transporte, o que prejudica algumas áreas de turismo rural, porque com os transportes vem a contaminação, a poluição sonora, entre outros fatores, que são prejudiciais tanto para o meio ambiente como para as pessoas que habitam nestes locais (ANDRADE e VIEIRA, 2005).

Em termos de síntese dos impactes positivos e negativos que são provocados pelo turismo, tanto a nível económico, como sociocultural e ambiental, adiantamos os seguintes.

- A nível económico os pontos positivos são o aumento das oportunidades de emprego; o aumento dos rendimentos; oportunidade de haver mais publicidade de produtos e serviços da cidade e do país; atração de investimentos em novas instalações e infraestruturas e a elevação do padrão de vida.
- A nível económico os pontos negativos são o aumento dos preços de bens, serviços e propriedades e aumento do custo de vida.
- A nível sociocultural os pontos positivos são o aumento da autoestima da comunidade; a elevação do padrão de vida; o fortalecimento e preservação da cultura local, valores e tradições; contribui para a construção de uma identidade; oportunidade para conhecer novas pessoas.
- A nível sociocultural os pontos negativos são o aumento da delinquência; o aumento da taxa de criminalidade; a superlotação e os conflitos entre visitantes e residentes.
- A nível ambiental os pontos positivos são a preservação do património construído e uma maior segurança pública.
- A nível ambiental os pontos negativos são a degradação do ambiente físico e natural; o aumento da poluição sonora; a diminuição da qualidade do ar; a diminuição da qualidade da água; o congestionamento de trânsito e problemas de estacionamento e o aumento do tráfego ferroviário e aéreo.

Podemos concluir que existem mais impactes positivos tanto para a economia como em termos socioculturais, ainda que em termos ambientais sejam reconhecidos vários impactes negativos.

Existe outra perspetiva do que é que procura um turista, sendo que ANDRADE e VIEIRA (2005) defendem que o turista, na maior parte das vezes, se preocupa com os recursos paisagísticos, e não com a qualidade de vida da população local. Deste modo, muitos locais de países menos desenvolvidos não se poderem desenvolver, porque os turistas não investem nem consomem nestas áreas, deslocando-se só por umas horas para usufruir das paisagens e logo de seguida voltarem para as áreas urbanas mais próximas para pernoitar.

3.3. Notas conclusivas

A atividade turística tem vários recursos, estando entre eles o património cultural, que promove os valores patrimoniais e culturais, que são procurados por muitos turistas (COSTA, 2005).

O património cultural pode ser um estímulo para o turismo, porque esta atividade pode conduzir ao restauro e conservação do património histórico. O turismo cultural promove o património de lugares esquecidos, o que pode propiciar a regeneração de aldeias e centros históricos esquecidos e degradados.

Só com o investimento turístico é que se pode restaurar e conservar as estruturas ou monumentos culturais, que estejam degradados e em mau estado.

Este tipo de turismo, o turismo cultural, remonta aos séculos XVIII e XIX, já que se criou então a figura do museu na Europa. Para que este tipo de turismo tenha sucesso tem de haver um envolvimento de diferentes tipos de organizações, porque só desta maneira se pode responder, de uma forma positiva, às necessidades dos turistas.

O turismo cultural é importante para o desenvolvimento tanto dos territórios como das populações, já que com esta atividade económica os lugares têm benefícios económicos, socioculturais e ambientais, mas os ambientais são menos tidos em consideração nas investigações que são realizadas, assim como pelos próprios políticos.

Os residentes que habitam em espaços que desenvolvem a atividade turística acreditam que com esta atividade económica há um aumento do número de postos de trabalho, uma maior publicidade tanto para os produtos como para as cidades, há uma maior atração para a criação de novas infraestruturas e há uma elevação do padrão de vida, isto no que diz respeito ao setor económico. Na perspetiva sociocultural, a autoestima da comunidade tende a aumentar, é proporcionada uma maior preservação da cultura, dos valores e tradições locais e existe a oportunidade de conhecer novas pessoas. Já no que se refere ao ambiente, a preservação do património construído e uma maior segurança pública são os mais relevantes impactes.

Existem mais impactes negativos no que diz respeito ao ambiente, já que com o aumento de turistas, também há um maior fluxo de carros, contaminando tanto o ar e contribuindo para uma maior poluição sonora. E estes fatores vão contaminar a água, o ar e a paisagem.

**PARTE II – CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE VIEIRA DO MINHO E
DA JUNÇÃO DE FREGUESIAS DE RUIVÃES E CAMPOS**

CAPÍTULO 4 - Pressupostos metodológicos

No presente capítulo e num primeiro momento vamos debruçar-nos sobre as técnicas usadas no decorrer da investigação realizada. Vamos especificar quais as fontes utilizadas no decorrer deste estudo centrando-nos nas fontes primárias e secundárias, como veremos ao longo do capítulo.

Num segundo *item* tentamos fazer uma caracterização da idade, das habilitações literárias e do cargo desempenhado por parte de cada um dos agentes locais que foram entrevistados. Temos agentes municipais como é o caso do presidente e o vereador da economia da câmara municipal de Vieira do Minho e agentes locais, que são os membros das sete associações e os três presidentes de junta de freguesia. Foram feitas entrevistas para aferirmos a sua perceção sobre o património tangível e o património intangível existente nas freguesias do município de Vieira do Minho e a possibilidade da sua transformação em produtos turísticos.

4.1. Fontes utilizadas na investigação

Na presente dissertação foram utilizadas fontes primárias e secundárias no sentido de se atingirem os objetivos definidos.

Como fontes primárias, realizaram-se entrevistas a diferentes agentes municipais e locais, os quais estão identificados no Quadro 1. A entrevista teve como objetivo aferir a perspetiva dos elementos contactados sobre o património tangível e o património intangível existente nas freguesias do município de Vieira do Minho e como estes recursos podem ser transformados em produtos turísticos.

Escolheu-se a entrevista semiestruturada porque pode conduzir a uma maior profundidade dos elementos de análise recolhidos e porque é mais flexível do que o inquérito por questionário, já que os entrevistados podem falar de uma forma mais livre e enumerar mais elementos do que no inquérito por questionário.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio e cada uma teve a duração média de 15 minutos e foram realizadas no mês de janeiro de 2018. No guião da entrevista (Consultar Anexo I), temos questões relacionadas com o conhecimento dos agentes locais no que diz respeito aos recursos endógenos existentes no município de Vieira do Minho; quais são os produtos que têm

mais potencial para um desenvolvimento sustentável do turismo; quais são as freguesias que têm mais procura turística e em que altura do ano e o porquê; se os turistas são portugueses ou estrangeiros, e qual o meio de transporte que utilizam; quais são os municípios/aldeias/freguesias, que concorrem com o município de Vieira do Minho e o que consideram ser importante desenvolver nos próximos cinco anos em termos de produto turístico.

Quadro 1. Agentes locais que foram entrevistados, cargo que ocupam e data de realização da entrevista

Agentes locais	Posto que ocupa	Data da entrevista
Sr. António Cardoso Barbosa	Presidente da camara municipal de Vieira do Minho	05/01/2018
Sr. António Afonso Ribeiro Barroso	Vereador da gestão económica e Financeira, da camara municipal de Vieira do Minho	08/01/2018
Sr. Armando Sérgio Vaz Alves	Presidente da junta de freguesia de Rossas	08/01/2018
Sr. Jaime Ferreira de Carvalho	Presidente da ADLL (Associação para Desenvolvimento Local de Lamalonga)	08/01/2018
Sr. António Lima Barbosa	Presidente da junta de freguesia de Louredo	09/01/2018
Dr. Susana Lopes	Veterinária da ACERG (Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana)	12/01/2018
Sr. Amadeu Lemos da Silva	Presidente da ADIR (Associação Defensores dos Interesses de Rossas)	12/01/2018
Sr. Nelson de Jesus Gonçalves Rocha	Vice-presidente da associação Pedalar Vieira	12/02/2018
Sr. Manuel Pereira	Presidente da junta de freguesias de Ruivães e Campos	14/01/2018
Sr. José Maria Barbosa	Presidente da Associação Cultural e Recreativa de Parada de Bouro	14/01/2018
Sr. Jorge Gago	Presidente da APIFC (Associação de Preservação da Identidade da Freguesia de Campos)	14/01/2018
Sr. Gil Ricardo Rocha	Sócio da associação CAVA (Clube Amigos de Vieira)	16/01/2018

Fonte: Elaboração própria.

Os agentes municipais e locais mostraram disponibilidade para a realização da entrevista. Só houve dificuldades em algumas das entrevistas, porque os entrevistados não se sentiam à vontade em falar de todo o território do município, devido a não terem conhecimento de todo o território. Quando tinham dúvidas focaram-se na sua freguesia.

Só tivemos dificuldades na realização da entrevista ao presidente da junção de freguesias de Ruivães e Campos, porque pretendia que a entrevista se focasse só no território da sua jurisdição.

O levantamento dos monumentos existentes no município de Vieira do Minho, também constitui uma fonte primária, e o levantamento foi feito por nós nas 16 freguesias que constituem o município de Vieira do Minho. Foi usada a seguinte categorização relativamente ao património: material, imaterial e classificado. O património material divide-se em dois tipos de património: o património cultural que se subdivide em dois o imóvel e o móvel, e o património natural que se subdivide na Serra da Cabreira ou rios. O levantamento foi em parte facilitado, porque temos duas fontes secundárias que serão mencionadas a seguir, que ajudaram no levantamento dos monumentos. Mas mesmo assim foi um processo demorado, porque as freguesias são distantes e têm aldeias de pequena dimensão e afastadas, às quais também nos deslocámos para realizar o levantamento.

Como fontes secundárias foi realizada uma revisão bibliográfica para a definição dos vários conceitos, tais como o que é o património, qual a diferença entre património material e imaterial, o que é a cultura, o que é o património cultural, o que se entende por turismo e turismo cultural, o que é o turismo rural e quais as suas características, e por último, identificar as consequências que o turismo cultural traz para o território e para as populações locais. As fontes utilizadas foram livros, teses, artigos de revistas, *sites* e repositórios académicos. Foi utilizada a CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal) versão 2014, para elaborar os mapas de enquadramento geográfico e os mapas sobre os indicadores populacionais do município de Vieira do Minho.

As publicações do Instituto Nacional de Estatística (INE), como é o caso do Anuário Estatístico da Região Norte referente aos anos 2000, 2006, 2011 e 2015; o Anuário Estatístico de Portugal publicado nos anos 2001, 2005 e 2010; os Censos de 2001 e de 2011; as projeções de população residente 2012-2060, publicadas em 2014; as Estatísticas Demográficas referentes ao ano de 2014 (publicadas em 2015); o Anuário Estatístico Regional, publicado em 2016 e o Retrato Territorial de Portugal, publicado em 2017, forneceram-nos dados sociodemográficos e económicos para a caracterização da estrutura populacional e económica de Portugal e do município de Vieira do Minho.

No Quadro 2, temos as fontes utilizadas ao longo do estudo de uma forma mais estruturada.

Quadro 2. Fontes primárias e secundárias utilizadas na investigação

Fontes		Objetivo e procedimento
Fontes primárias	Entrevista aos agentes municipais e locais	Perceber a perceção dos agentes municipais e locais sobre o património existente no município. A entrevista foi realizada a dois agentes municipais, o presidente da camara e o vereador da economia; a três presidentes de junta e a sete membros de diferentes associações do município de Vieira do Minho, sendo estes agentes locais.
	Levantamento do património	Fazer o levantamento do património existente, para depois se elaborarem mapas com a sua localização, no sentido de ajudar na criação de novas rotas turísticas. Com o levantamento também se tentou classificar e caracterizar o monumento.
Fontes secundárias	Livros, artigos e <i>sites</i>	Recolha de bibliografia, sobre os conceitos abordados ao longo dos capítulos. Consultaram-se várias fontes.
	Censos da população, Anuário Estatístico da Região Norte e Plano estratégico Nacional do Turismo	Recolha de dados da estrutura populacional do município em estudo. Recolha de dados estatísticos do Anuário Estatístico da Região Norte em termos de turismo e o Plano Nacional de Turismo para aferir as linhas de desenvolvimento estratégico a adotar por Portugal.
	PDM de Vieira do Minho	Ver as características do território do município de Vieira do Minho, da paisagem, caracterizar o clima e identificar que monumentos foram classificados.
	CAOP 2014	Elaboração dos mapas com os diferentes indicadores populacionais e com a localização dos monumentos, no programa ArcGis 10.3.
	Posto de turismo	Procura de dados sobre o número de turistas e de país de origem dos mesmos.
	Legislação	Utilizada para ver a política económica e da inovação da agricultura e para ver a diferença dos diferentes tipos de turismo rural que existem.

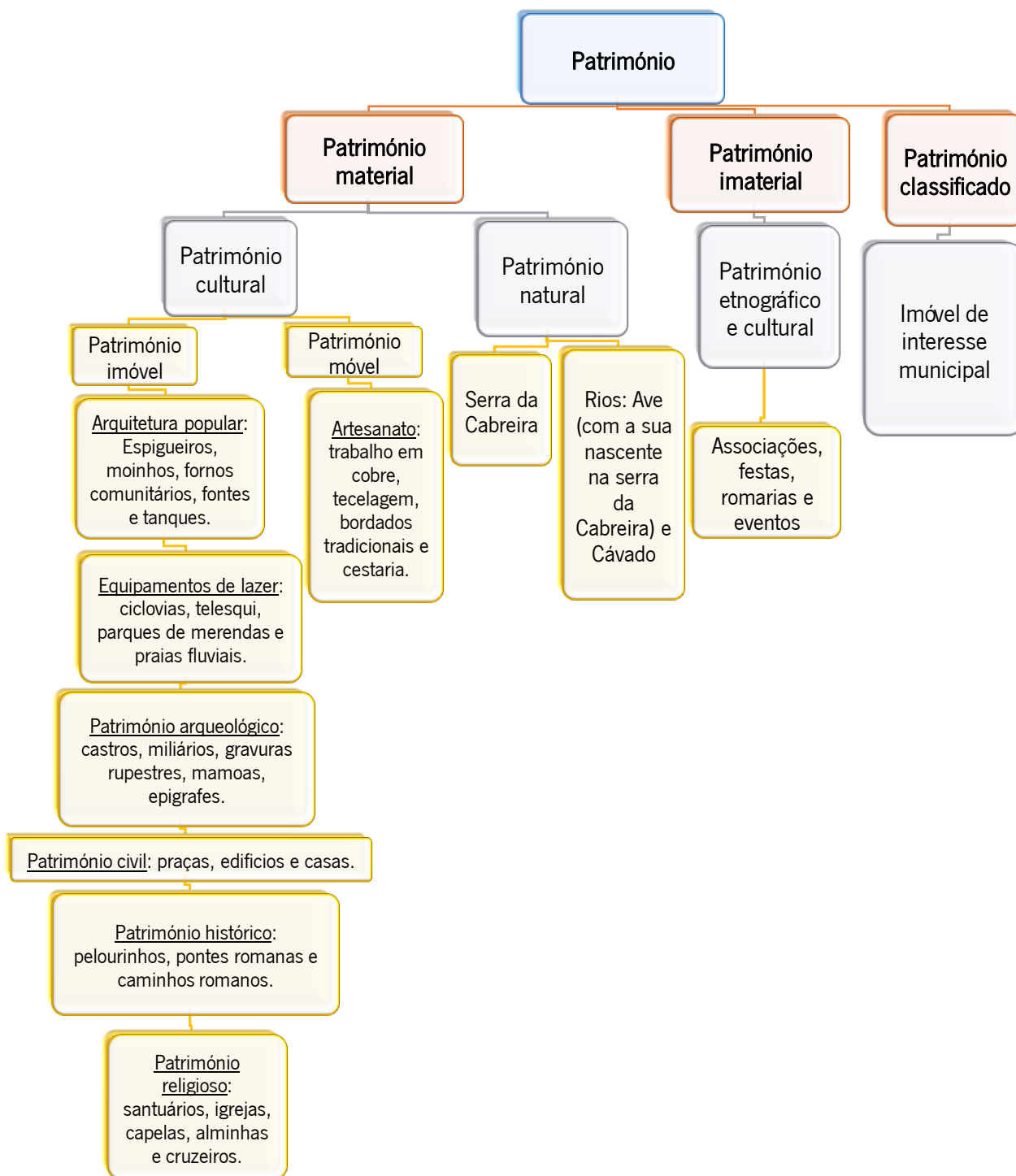
Fonte: Elaboração própria.

Foram recolhidos dados no posto de turismo de Vieira do Minho, referentes ao número de turistas e país de origem dos mesmos, que se deslocam ao posto de turismo de Vieira do Minho. Também se utilizou bibliografia vieirense e roteiros pedestres. No âmbito da caracterização dos turistas que se deslocam ao posto de turismo, foi difícil obter as informações, pois só registam o número de turistas que contactam o posto de turismo e o país de residência. Não registam se os turistas vêm em grupos, em família ou sozinhos, a idade que têm e os dias de permanência no município ou país.

No caso do levantamento do património existente, no município de Vieira do Minho, como referimos anteriormente não tivemos dificuldades, pois baseámo-nos em dois livros, um deles, com o título “Património Arqueológico e Arquitetónico de Vieira do Minho” de FONTES e RORIZ (2007) que se centra nas freguesias e enumera e localiza o património existente em cada freguesia e o outro com o título “Património de Vieira do Minho” de ASSIS e FERREIRA (2007) que fala do património edificado do concelho, caracterizando os recursos e salientando a função que tinha o património em si e a sua história. Mas mesmo assim foi difícil percorrer as atuais 16 freguesias, das quais 5 são junções de freguesias, para localizar, classificar (Figura 1) e caracterizar o património já identificado e o que se encontra por identificar. Tivemos também dificuldade em localizar o património identificado pelos autores dos livros consultados, porque não existem na maior parte dos casos sinalética dos mesmos. A sua sinalização e a rotulação deverá ser uma área de investimento importante por parte da autarquia.

A Figura 1 corresponde à síntese do levantamento do património existente no município de Vieira do Minho e a partir do qual se classificou o dito património.

Figura 1. Recursos levantados no município de Vieira do Minho, conforme a sua tipologia de património e recursos



Fonte: Elaboração com base em CARVALHO *et al.* (2017).

No município também existem dez roteiros turísticos, que foram realizados por FONTES e RORIZ (2007), dando origem a *flyers*, que são os seguintes:

- Povoamento Pré-histórico: abrigos e necrópoles “megalíticas”, com uma extensão de 5 km;
- Povoamento “castrejo”, com uma extensão de 30 km;
- Via Romana, com uma extensão de 5 km;
- Vieira Medieval: castelos, igrejas e pontes, com uma extensão de 50 km;
- Gravuras Rupestres, com uma extensão de 45 km;
- Aldeias, com uma extensão de 60 km;
- Fojos e Cabanas, com uma extensão de 60 km;
- Moinhos, com uma extensão de 60 km;
- Santuários, com uma extensão de 52 km;
- Solares, com uma extensão de 70 km.

Estes roteiros contemplam, em média 43,7 quilómetros, sendo de dificuldade fácil e, nalguns casos, muito fácil. A maior parte dos roteiros deve ser realizada em automóvel e, noutros casos, faz-se parte do percurso de automóvel e pequenos troços a pé. A grande maioria do património não tem sinalização, mas nos roteiros é especificado que se devem tirar dúvidas perguntando aos habitantes locais (FONTES e RORIZ, 2007).

O município tem sinalizados os percursos pedestres e de BTT com placas de madeira, que informam os quilómetros e a durabilidade.

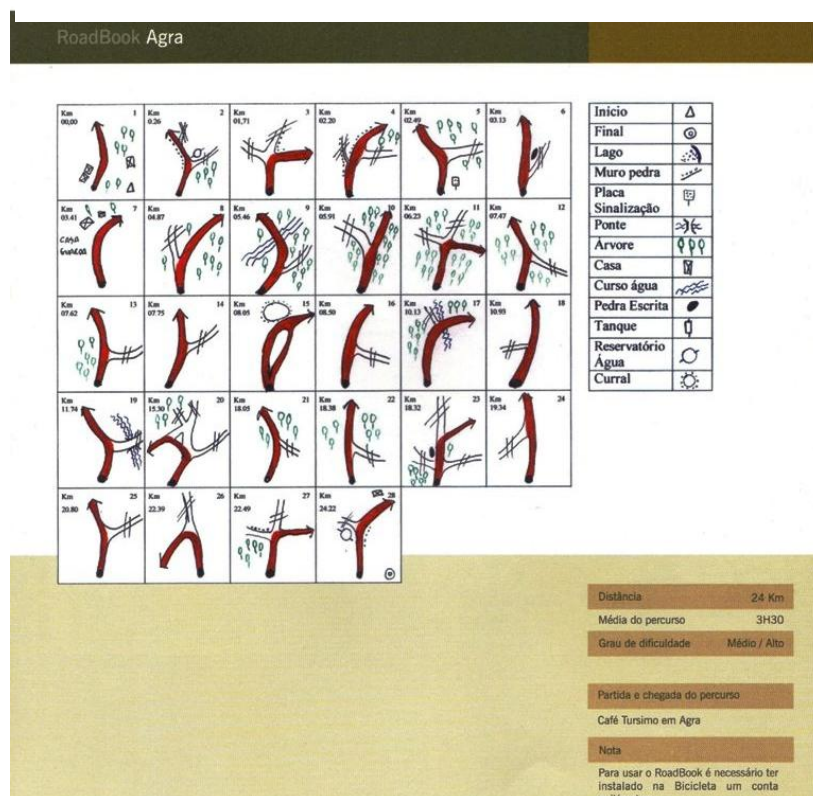
Tem 5 percursos pedestres, sendo eles:

- PR1 VRM – Percurso da Costa dos Castanheiros, com uma extensão aproximada de 6,25 km, facilmente realizável;
- PR2 VRM – Percurso de Campos, com uma extensão aproximada de 13,8 km, com um grau de dificuldade médio;
- PR3 VRM – Percurso do Cabeço da Vaca, com uma extensão aproximada de 10,35 km, facilmente realizável;
- PR4 VRM – Percurso do Turio, com uma extensão aproximada de 10,5 km, facilmente realizável;
- GR5 VRM – Grande rota – Fojos, com uma extensão aproximada de 35 km, de difícil realização.

Os 6 percursos de BTT são os seguintes:

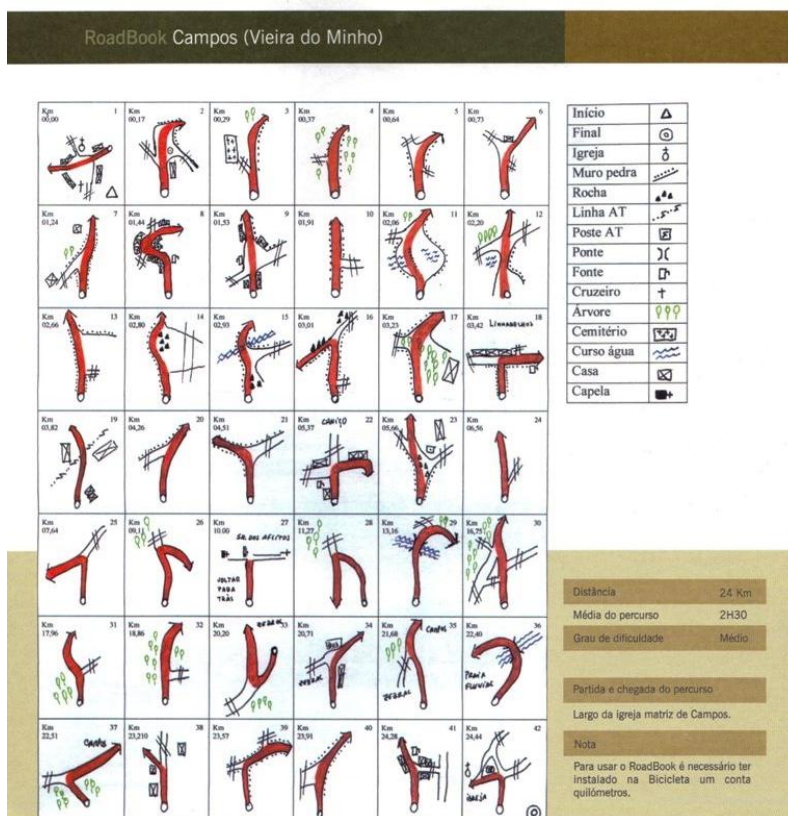
- Percursos BTT – Agra, com uma distância de 24 km e um grau de dificuldade médio/alto (Figura 2);
- Percursos BTT – Campos, com uma distância de 24 km e um grau de dificuldade médio (Figura 3);
- Percursos BTT – Casa do Guarda de Vilarchão, com uma distância de 27 km e um grau de dificuldade médio (Figura 4);
- Percurso BTT – Parque de Campismo da Cabreira, com uma distância de 7 km e um grau de dificuldade fácil/médio (Figura 5);
- Percursos BTT – Cabreira, com uma distância de 37 km e um grau de dificuldade médio/alto;
- Percursos BTT – Serradela II, com uma distância de 17 km e um grau de dificuldade médio/alto (Figura 6).

Figura 2. Percurso de BTT - Agra



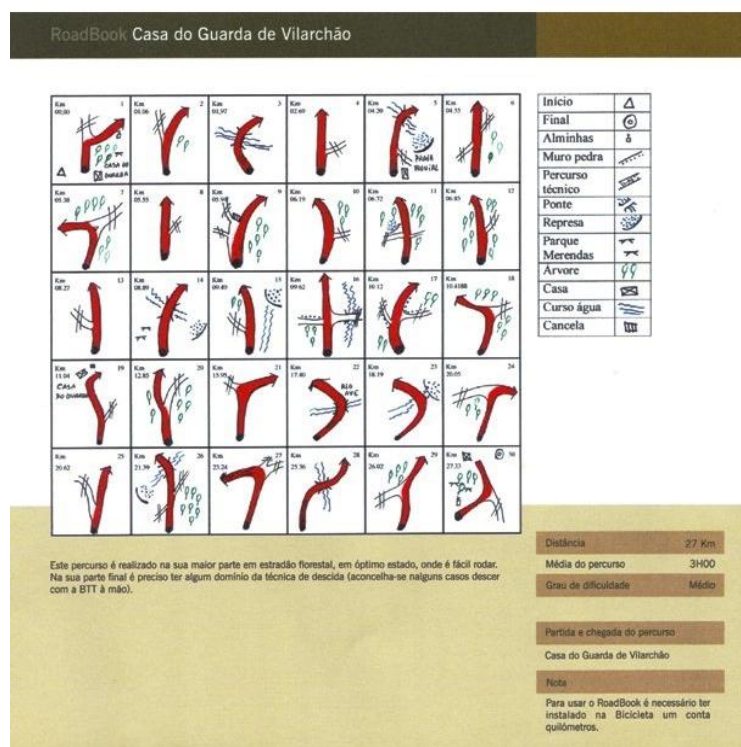
Fonte: Extraído do *site* www.vieiraminturismo.com

Figura 3. Percurso de BTT - Campos (Vieira do Minho)



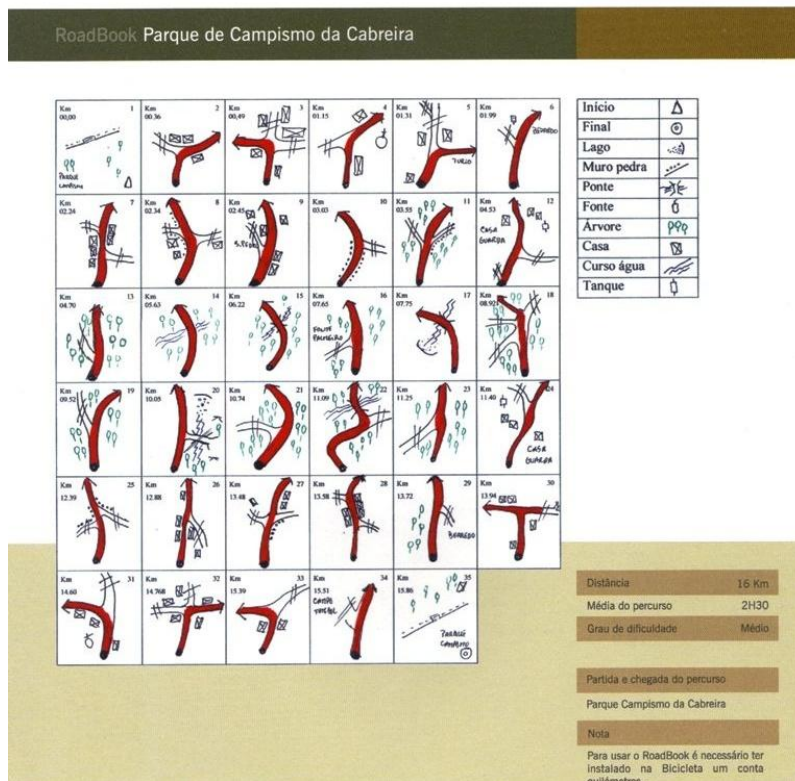
Fonte: Extraído do site www.vieiraminhoturismo.com

Figura 4. Percurso de BTT - Casa do Guarda de Vilarchão



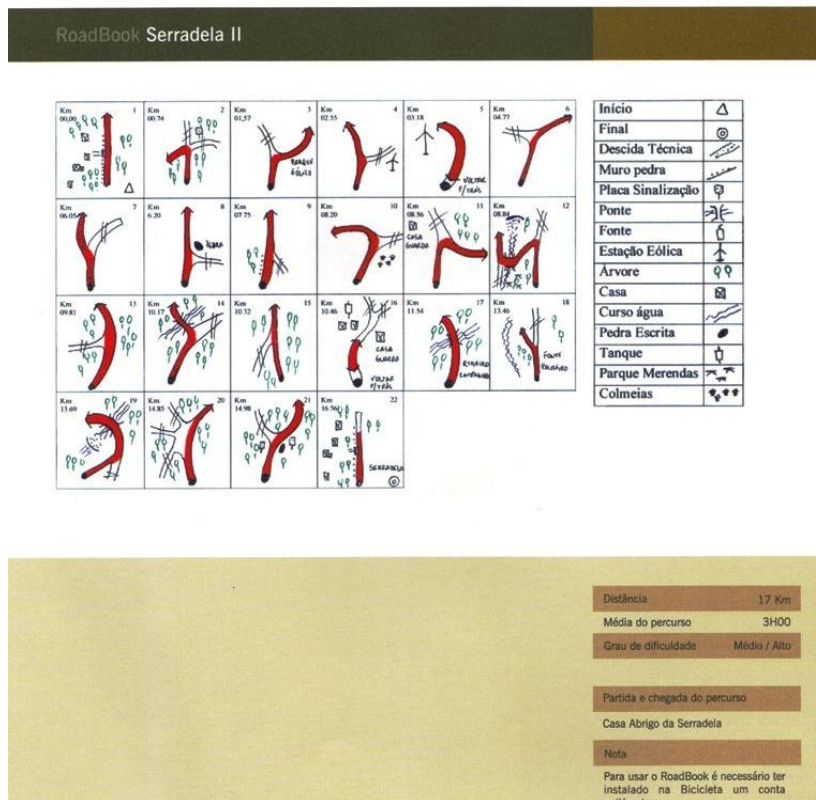
Fonte: Extraído do site www.vieiraminhoturismo.com

Figura 5. Percurso de BTT - Parque de Campismo da Cabreira



Fonte: Extraído do site www.vieiraminhoturismo.com

Figura 6. Percurso de BTT - Serradela II



Estes estão sinalizados, e têm identificado o grau de dificuldade, os quilómetros a percorrer e a durabilidade. Para os percursos em BTT têm uma publicação denominada de *roadbook*, que é um papel enrolado que se coloca num aparelho por cima do guiador para os pilotos de bicicleta acederem facilmente, sendo que contem coordenadas de GPS e instruções escritas para auxiliar na navegação (<http://vieiraminhoturismo.com/category/percursosroteiros/>, consultado a 2/01/2018).

O município deveria oferecer mais variedade de percursos à escala de freguesia, percursos pedestres, com visitas a vários tipos de património e deveriam apostar na sinalização dos monumentos e na sua identificação.

Na minha opinião o município de Vieira do Minho e o posto de turismo não estão a fazer o suficiente para cativar turistas a visitarem o município. A divulgação não se tem afigurado como suficiente e o mapa que, por exemplo, tem o posto de turismo para fornecer aos turistas com os pontos mais importantes está pouco apelativo, quer em termos gráficos, quer em termos de elementos considerados (Figura 7), ainda que tenha sido elaborado em Março de 2017.

O posto de turismo está a descurar muito património que possui o município de Viera do Minho, e que muitos turistas gostariam de ver ou visitar. É o caso da rota dos Moinhos do Ave, que não aparece sinalizada na Figura 7, como também falta mencionar que em todas as aldeias do município se podem encontrar canastros/espigueiros construídos com diferentes técnicas como se pôde comprovar aquando do levantamento realizado no território.

Figura 7. Mapa do município de Viera do Minho, com a localização dos equipamentos desportivos/culturais e os pontos de interesse



Fonte: Posto de turismo de Viera do Minho, consultado em 14/09/2017.

4.2. Breve caracterização dos agentes locais

Neste sub-*item* caracterizamos os agentes locais que foram entrevistados, sobressaindo o grupo etário, o nível de instrução e a função que desempenham tanto como entidade municipal como local.

Quadro 3. Agentes municipais e locais, perante a idade, cargo e nível de instrução

Idade	Sexo	Agentes	Cargo que ocupa	Nível de instrução
34	Homem	CAVA (Club de Amigos de Vieira)	Sócio	Mestrado
37	Homem	APIFC (Associação de Preservação da Identidade da Freguesia de Campos)	Presidente	Licenciatura
38	Homem	Junta de Rossas	Presidente	Mestrado
39	Homem	Associação Pedalar Vieira	Vice-presidente	12º ano
40	Mulher	ACERG (Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana)	Veterinária	Licenciatura
48	Homem	Camara Municipal	Vereador da economia	Mestrado
59	Homem	Camara Municipal	Presidente	Mestrado
60	Homem	ACRPB (Associação Cultural e Recreativa de Parada de Bouro)	Presidente	Licenciatura
61	Homem	ADIR (Associação Defensores dos Interesses de Rossas)	Presidente	Licenciatura
62	Homem	ADLL (Associação para Desenvolvimento Local de Lamalonga)	Presidente	2º ciclo
62	Homem	Junta de Louredo	Presidente	3º ciclo
65	Homem	Junta de Ruivães e Campos	Presidente	12º ano

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas realizadas aos agentes municipais e locais, do município de Vieira do Minho entre 5 e 16 de Janeiro de 2018.

A maioria dos agentes entrevistados eram do sexo masculino, ou seja, 11 homens e 1 mulher, exercendo, esta última, as funções de Médica Veterinária na ACERG (Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana) - Quadro 3.

Os agentes municipais e locais detinham idades entre os 34 e os 65 anos (destacando-se 5 com idades entre os 60 e os 65 anos), ocupando, vários cargos, desde presidente de junta e de associações, até presidente da câmara municipal.

Dos agentes municipais e locais entrevistados 4 possuíam o grau de mestre e outros 4 uma licenciatura, o que indica que a maioria dos entrevistados tem um elevado grau de instrução.

4.3. Notas conclusivas

Neste capítulo descrevemos as fontes primárias e secundárias utilizadas na investigação, sendo as fontes primárias as doze entrevistas realizadas e o levantamento dos monumentos existentes no município de Vieira do Minho. Relativamente às fontes secundárias destacam-se os Recenseamentos Gerais da População, o Anuário Estatístico da Região Norte e o PDM de Vieira do Minho.

Consideramos que a realização da entrevista aos agentes municipais e locais foi a melhor solução para aferir vários elementos e porque são eles que detêm um melhor conhecimento dos monumentos existentes no município.

A partir da análise das características dos agentes locais conclui-se que as instituições são representadas por pessoas com uma idade superior aos 50 anos e que têm, na maior parte dos casos, um nível de instrução elevado.

Em suma, as fontes utilizadas pareceram-nos ser as mais adequadas para nos ajudarem na elaboração de propostas de desenvolvimento do turismo no município de Vieira do Minho, tendo em conta a importância do turismo em espaço rural e procurando uma sustentabilidade da atividade turística, apostando no património endógeno, tanto material como imaterial.

CAPÍTULO 5 - Caracterização geográfica e demográfica do município de Vieira do Minho

Neste quinto capítulo é realizada uma breve caracterização sociodemográfica e económica do município de Vieira do Minho, tendo por base publicações do Instituto Nacional de Estatística. Ao longo do capítulo estudamos vários indicadores demográficos para ter uma perceção do perfil da população, tentando comparar, sempre que possível, o município com outras entidades territoriais: Portugal, Portugal Continental, região Norte e sub-região do Ave.

Também nos debruçamos sobre indicadores à escala de freguesia considerando a nova divisão administrativa, que surgiu com a Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro e utilizando a TIPAU (Tipologia de Áreas Urbanas) para a categorização das freguesias.

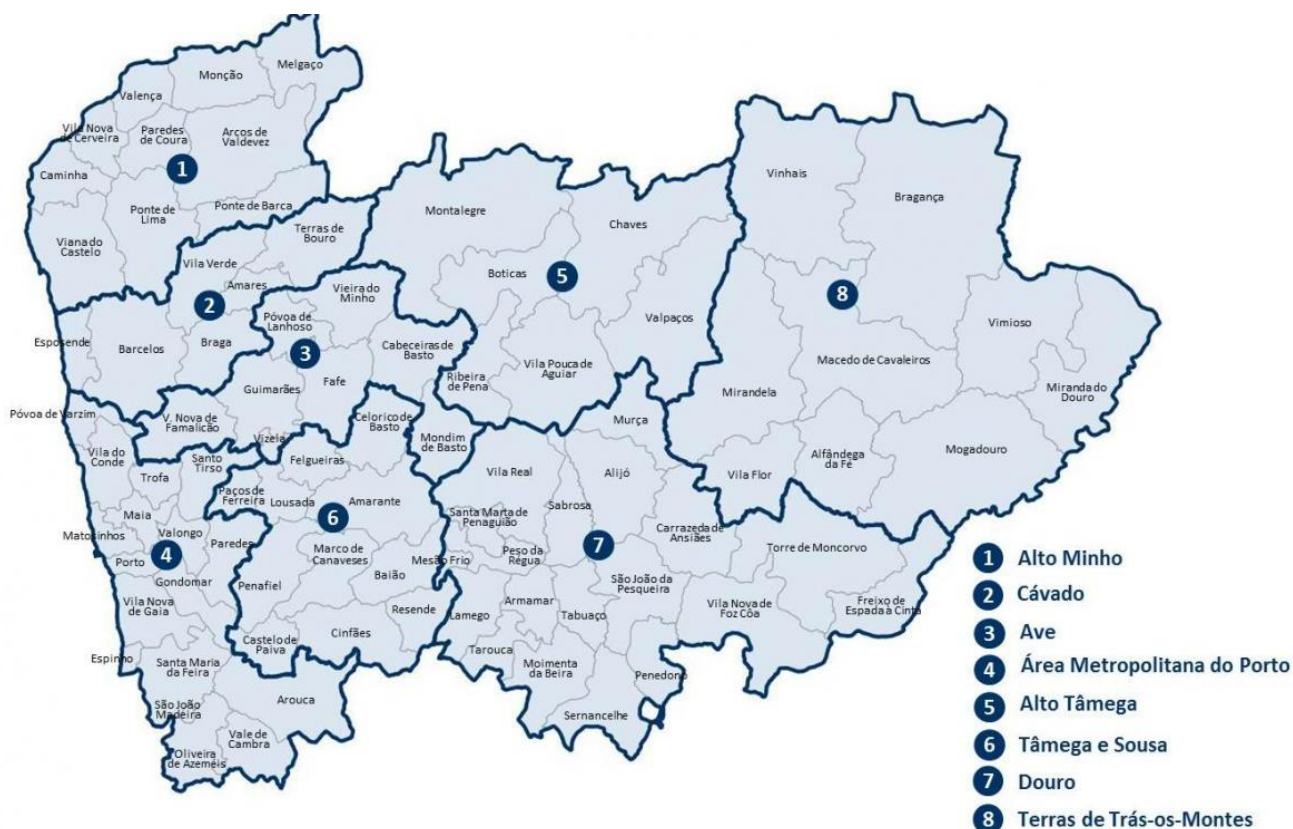
5.1. Divisão administrativa do município de Vieira do Minho

O município de Vieira do Minho situa-se no noroeste de Portugal Continental e pertence à NUTS II Norte e à NUTS III Ave. A região Norte, onde se situa o nosso município de estudo (Figura 8) Tinha em 2011, 3,6 milhões de habitantes (INE, 2012) e concentra “quase 35% da população residente em Portugal, assegurando perto de 39% das exportações nacionais e representa cerca de 29% do PIB da economia nacional” (<http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/apresentacao>, consultado em 03/07/2017).

O município de Viera do Minho, que se localiza na sub-região do Ave tem uma área de 218,05 Km² e 12.997 habitantes (segundo o censo de 2011 – INE, 2012), era composto por 21 freguesias até janeiro de 2013, aquando da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro), que fez com que passassem a ser 16 freguesias, devido à união de algumas delas.

As freguesias que constituem o município de Vieira do Minho são: Anjos e Vilar do Chão; Caniçada e Soengas; Ruivães e Campos; Ventosa e Cova; Anissó e Soutelo; Cantelães; Eira Vedra; Guilhofrei; Louredo; Mosteiro; Parada do Bouro; Pinheiro; Rossas; Salamonde; Tabuaças e Vieira do Minho (Figura 9).

Figura 8. Localização da NUTS III Ave na região Norte de Portugal Continental



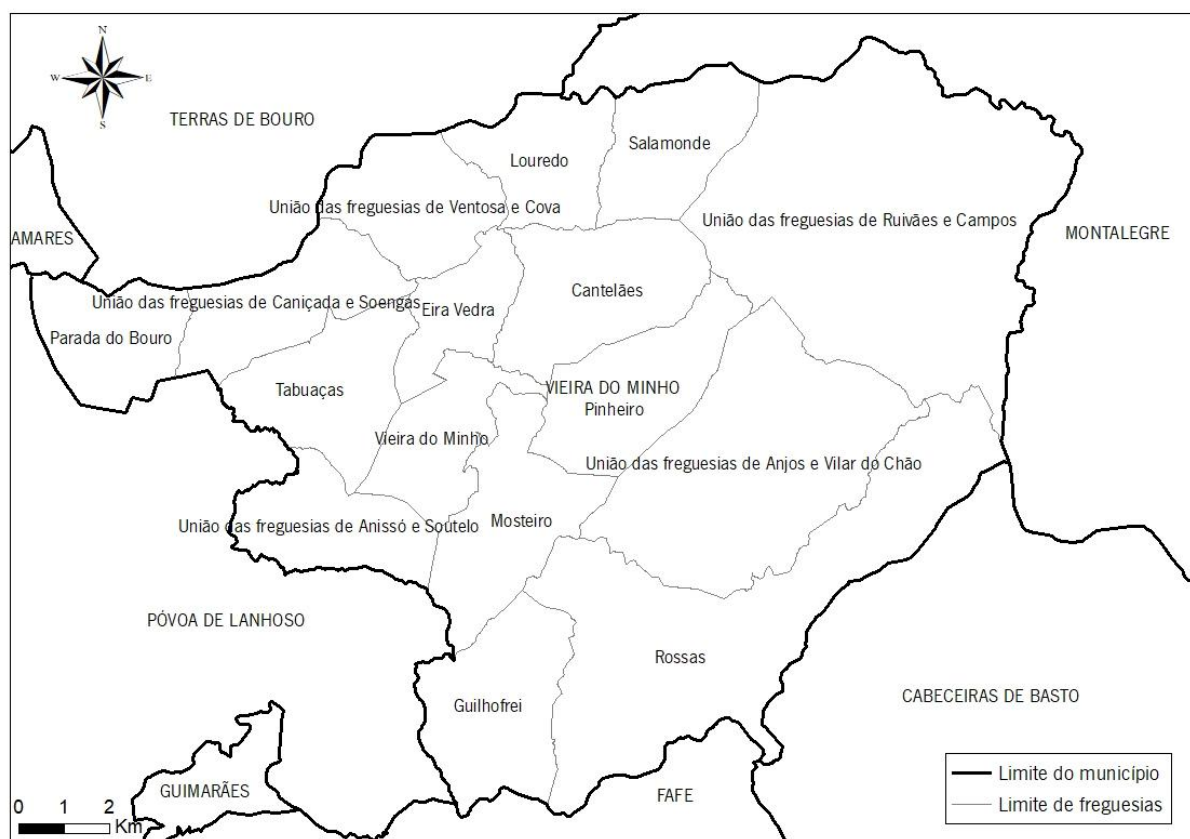
Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Regulamento (UE) n°868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, consultado no dia 03/07/2017 em <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/apresentacao>.

O município de Vieira do Minho é limitado a norte pelo município de Terras de Bouro, a norte e leste por Montalegre, a sueste por Cabeceiras de Basto, a sul por Fafe, a sudoeste por Póvoa do Lanhoso e a noroeste por Amares.

O ponto mais alto do município localiza-se na Serra da Cabreira, mais precisamente no alto do Talefe, com uma altitude de 1.262 metros (CAMPOS e FONTES, 1998).

A Serra da Cabreira situa-se entre a Serra do Gerês e a Serra do Marão, e é limitada a Norte pelo vale do rio Cávado e a Sudeste pelo vale do rio Tâmega, já que a serra da Cabreira é constituída pelo maciço granítico que se desenvolve no sentido NO-SE (CAMPOS e FONTES, 1998).

Figura 9. Município de Vieira do Minho e a sua divisão administrativa



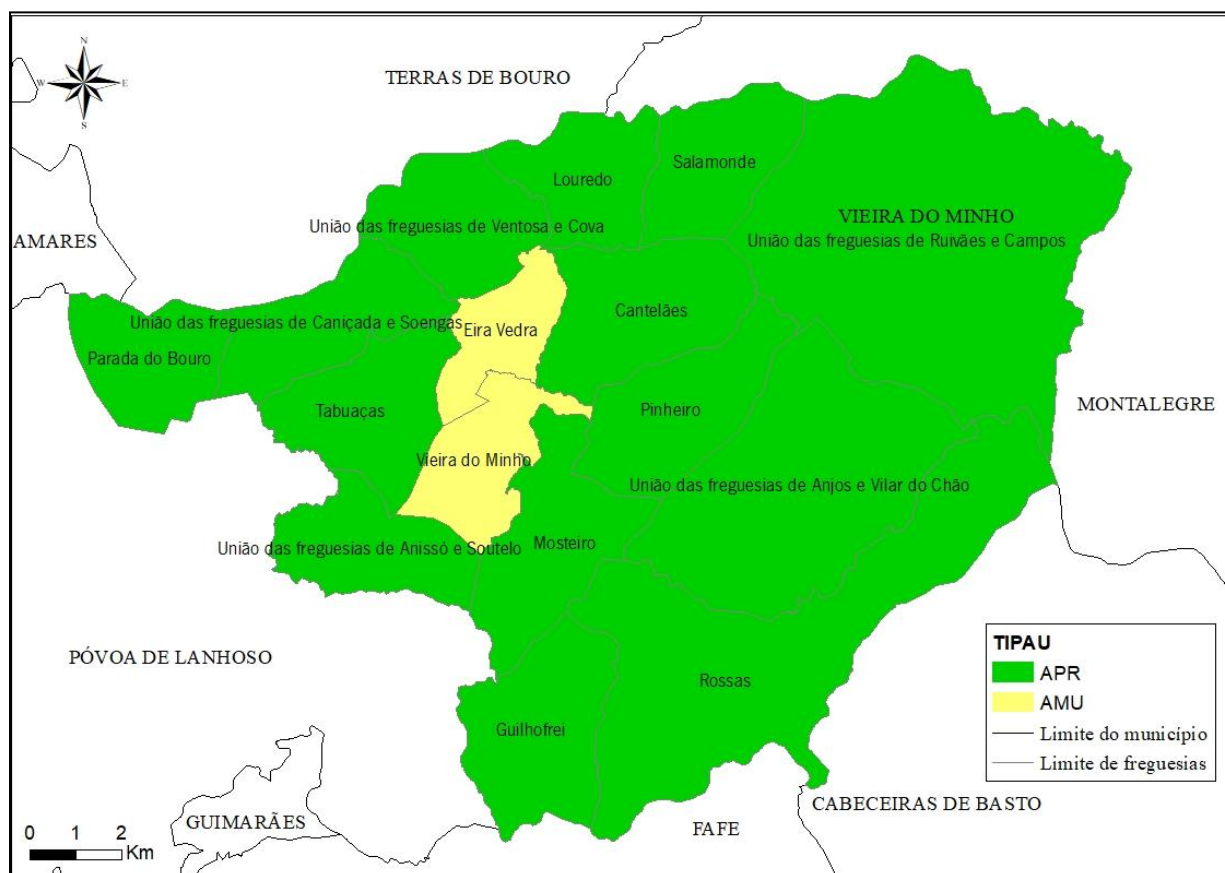
Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014, Direção Geral do Território (DGT).

5.2. Tipologia de Áreas Urbanas no município de Vieira do Minho

A Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU), é uma nomenclatura territorial que “classifica o grau de urbanização de Portugal mediante a classificação tripartida das freguesias do território nacional em Áreas Predominantemente Urbanas (APU), em Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e em Áreas Predominantemente Rurais (APR), de acordo com a mais atual divisão administrativa – versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP 2014)” (INE, 2014, p. 3).

A TIPAU é fundamental para analisar as dinâmicas do território e é um instrumento de suporte à monitorização e avaliação de políticas públicas, sendo relevante em termos de ordenamento do território e urbanismo.

Figura 10. Tipologia das freguesias do município de Viera do Minho



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e o Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014 e em <http://smi.ine.pt/Categoria>.

Uma subsecção estatística é classificada como área urbana sempre que cumpre um dos seguintes registos:

- “Subsecções contidas em secções estatísticas cuja densidade populacional seja superior a 500 habitantes por km²;
- Subsecções integradas em lugares com população residente igual ou superior a 5000 habitantes;” (INE, 2014, p. 8).

É classificada como área semiurbana sempre que cumpre um dos seguintes registos:

- “Estar contida numa secção estatística com densidade populacional superior a 100 habitantes por km² e inferior a 500 habitantes por km², desde que não incluída previamente na categoria de espaço urbano pela aplicação de outros critérios;
- Integrar um lugar com população residente igual ou superior a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes e não incluída na categoria espaço urbano;” (INE, 2014, pp. 8 e 9).

Por último, é classificada como área rural sempre que respeita o conjunto das seguintes condições:

- “Estar contida numa secção estatística com densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por km²;
- Não integrar nenhum lugar com população residente igual ou superior a 2000 habitantes” (INE, 2014, p. 9).

O concelho de Vieira do Minho “reparte-se pelas duas classes básicas de solo legalmente estabelecidas: solo urbano e solo rural” (PDM, 2013, p. 9), ou seja, é constituído principalmente por freguesias APR, exceto as freguesias de Vieira do Minho e de Eira Vedra, que são AMU (Figura 10). Chega-se a esta conclusão tendo por base os critérios definidos no Relatório Técnico do INE (2014) e PDM (2013). As freguesias de Vieira do Minho e de Eira Vedra tinham em 2011, respetivamente, uma densidade populacional de 311,4 hab./km² e de 125,6 hab./km² (Quadro 4).

Com base no PDM de Vieira do Minho (2013) podemos afirmar que o solo rural é qualificado no seu conjunto pelas seguintes categorias: espaços agrícolas; espaço de uso múltiplo agrícola e florestal; espaços florestais; espaços naturais; espaços afetos à exploração de recursos geológicos; áreas de edificação dispersa e aglomerados rurais. E o solo urbano é qualificado pelas seguintes categorias e subcategorias: espaços centrais e residenciais, que se subdividem em aglomerado de tipo 1 e de tipo 2; espaços urbanos de baixa densidade; espaços de uso especial de equipamentos; espaços de atividades económicas e espaços verdes. E ainda temos o solo que se qualifica operativamente, em função da sua situação urbanística efetiva, em solo urbanizado e solo urbanizável, de acordo com a delimitação da planta de ordenamento.

5.3. Caracterização histórica e patrimonial do município de Vieira do Minho

O município de Vieira do Minho é de origem antiga, possuindo inúmeros elementos arqueológicos, sendo que as freguesias que atualmente integram este município pertenceram a vários concelhos, termos, coutos e vilas, que hoje em dia foram extintos (<https://www.cm-minho.pt/2380>, consultado a 03/07/2017).

Os testemunhos arqueológicos encontram-se na serra da Cabreira, território que é ocupado desde a pré-história, e também nas freguesias de Salamonde e Ruivães, onde a

presença militar de diferentes povos, com destaque para os romanos, mostram o valor estratégico desta área no controlo das principais vias de penetração na província. Existem ainda vestígios de alguns troços de vias romanas (<https://www.cm-vminho.pt/2380>, consultado a 14/07/2017).

Devido à importância em termos estratégicos militares, o município de Vieira do Minho sofreu os efeitos da penetração dos diversos povos que invadiram a Península Ibérica, desde os Suevos aos Romanos, e mais recentemente os exércitos Napoleónicos. Na primavera de 1809, o concelho foi duas vezes atravessado pelas tropas do marechal Soult (<https://www.cm-vminho.pt/2380>, consultado a 14/07/2017).

O município também se envolveu nas guerras liberais, sendo que Ruivães presenciou duros combates entre liberais e absolutistas, e, em Abril de 1846, Vieira entusiasmou-se com o movimento da “Maria da Fonte”, tendo aqui a sua origem, local de residência do seu mentor, o padre Casimiro José Vieira (<https://www.cm-vminho.pt/2380>, consultado a 14/07/2017).

A constituição da sede de Concelho foi definida pelo Decreto-Lei nº 22593 de 29-05-1933, no lugar de Brancelhe. Foram então desanexados 11 lugares da freguesia do Mosteiro e 1 de Cantelães, constituindo-se assim a freguesia de Vieira do Minho.

O município de Vieira do Minho apresenta inúmeros sítios arqueológicos e construções com valor arquitetónico (FONTES e RORIZ, 2007).

No município temos diferentes construções denominadas como património material, entre elas temos os santuários, igrejas, capelas, cruzeiros, alminhas, moinhos, canastros / espigueiros, fornos comunitários, pontes, cabanas de pastor, fojos, brandas, lagares, gravuras rupestres, abrigos, solares, pelourinhos, vias romanas e miliário (FONTES e RORIZ, 2007). O património imaterial são as romarias, como a Feira da Ladra que é muito conhecida à escala regional, bem como as tradições.

O município permite a descoberta de um valioso património natural, paisagístico e monumental. “Usufruindo da encosta da Serra da Cabreira e beneficiando da presença dos rios Cávado e Ave, desdobra-se em maravilhosas albufeiras e belos vales verdejantes, regados pelas águas cristalinas que brotam ostensivamente da sua paisagem” (FERREIRA, 2004, p. 202) (Figura 11).

Figura 11. Encosta da Serra da Cabreira e a aldeia de Campos



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em 10/05/2017.

A serra da Cabreira é uma área de transição entre o Minho e Trás-os-Montes que nos oferece o património existente e as tradições das suas gentes, que são uma “série de atrativos difíceis de igualar” (FERREIRA, 2004, p. 203). É na serra da Cabreira onde se pode encontrar uma fauna e flora únicas, destacando-se o garrano (Figura 12), espécie equídea portuguesa que ainda hoje se pode encontrar com frequência.

Figura 12. Fotografia de um dos garranos que se pode encontrar na serradela



Fonte: Fotografia tirada pela autora em 12/01/2018.

As pessoas que ainda moram nas aldeias mantêm costumes de outros tempos, como a agricultura de subsistência, o pastoreio e a produção de vinho, em pequena escala (FERREIRA,

2004, p. 203). Em 2018, a agricultura continua a ser encarada “como atividade familiar, complementar e de subsistência, que em muito se deve ao solo pouco fértil e à mecanização difícil pela ausência de grandes explorações (características montanhosas dos terrenos), tem vindo a assumir expressividade pelo aumento de projetos agrícolas como alternativa ao desemprego” (Camara Municipal de Viera do Minho, 2017).

O município de Vieira do Minho faz parte dos oito municípios que integram a rota do Património Industrial do Vale do Ave. No percurso da rota é notório o que o ser humano foi criando ao longo dos séculos e como utilizou os vários engenhos e equipamentos que foi construindo. Sobressaem alguns elementos de visita: a Barragem de Guilhofrei, “construção de 1939 que é a mais importante obra de engenharia hidráulica da bacia hidrográfica do Ave” (FERREIRA, 2004, p. 205); o Conjunto de Rossas, que se situa num espaço comunitário, e é constituído por um lagar de azeite, serra hidráulica, moinho de pão e engenho de linho. Esta coleção “é um exemplo vivo das antigas e tradicionais estruturas existentes na região, antes da revolução industrial” (FERREIRA, 2004, p. 205); e por último o Lagar de Azeite de Vilarchão, construção anterior ao século XX e ser marcado por características comunitárias.

As Barragens existentes no município constituem uma grande fonte de riqueza para o país, pela produção de energia hidroelétrica (<http://vieiraminhoturismo.com/historial/>, consultado a 20/09/2017). Uma das barragens, a Albufeira da Barragem do Ermal, destaca-se também pela beleza natural e pela prática de atividades aquáticas, como o ski aquático, o *wakeboard*, o mono-ski e o *kneeboard* (FERREIRA, 2004). Na Figura 13 é visível a estrutura principal do teleski da barragem do Ermal.

O município também é conhecido pelas festas ou Feira da Ladra como são popularmente conhecidas, durante as quais as ruas locais se enchem de pessoas e feirantes, no primeiro fim-de-semana de outubro. A denominação de Feira da Ladra remonta aos tempos em que os habitantes das aldeias se deslocavam a pé até à feira, com recurso a um pau em forma de forquilha que aproveitavam para, ao longo do trajeto, ir “roubando” as uvas das latadas. O pau foi batizado de “ladra”, o que depois deu origem ao nome da feira.

Figura 13. Parte do teleski da barragem do Ermal



Fonte: Fotografia tirada pela autora em 9/01/2018.

5.4. Caracterização demográfica do município de Vieira do Minho

Neste sub-*item* vamos caracterizar em termos populacionais o município de Vieira do Minho e as freguesias que constituem o município, e comparar os resultados com outras entidades territoriais: Portugal, Portugal Continental (NUTS I), região Norte (NUTS II) e sub-região do Ave (NUTS III).

Os indicadores que vão ser analisados são a população residente e a densidade populacional; a população residente por grupos etários; o índice de envelhecimento; o índice de dependência total, de jovens e de idosos; o saldo natural; o saldo migratório; a formação e nível de instrução da população e o setor da atividade económica que emprega mais população.

5.4.1. População residente, densidade populacional e variação populacional

“Em Portugal, os anos mais recentes revelam um país com uma capacidade endógena de renovação geracional comprometida, no essencial devido a níveis baixos de fecundidade, assim como uma menor capacidade de atração de recursos populacionais do exterior suficiente para colmatar os movimentos de saída” (INE, 2017).

Em Portugal ocorreu uma ligeira diminuição da população residente. Tendo por base o PDM (2013) de Vieira do Minho, já entre 1991 e 2001, se registaram apenas três freguesias que

contrariavam a tendência concelhia de diminuição da população residente (Pinheiro, Eira Vedra e a sede de concelho - mais 0,7%, 10,0% e 30,7%, respetivamente)” (PDM, 2013, p. 86).

Entre 2001 e 2011, o município de Vieira do Minho registou uma variação negativa da sua população residente (-13,3%), contrariamente ao que ocorreu em Portugal (2,0%), com o Continente (1,8%), com a NUTS II Norte (0,1%) e com a NUTS III Ave (0,3% - Quadro 4).

Quadro 4. População residente, taxa de variação e densidade populacional nas diferentes entidades territoriais entre 2001 e 2011

Entidade territorial	População residente			Densidade populacional			
	Nº		Taxa de Variação (%)	Hab./Km²		Variação	Área (Km²)
	2001	2011	01/11	2001	2011	01/11	2011
Portugal	10.356.117	10.562.178	2,0	112,3	114,5	-2,2	92.212
Continente	9.869.343	10.047.621	1,8	110,8	112,8	-2,0	89.102
Norte	3.687.293	3.689.682	0,1	173,2	173,3	-0,1	21.285,8
Ave	509.968	511.737	0,3	351,5	352,7	-1,2	1451
Vieira do Minho	14.724	12.997	-13,3	68,0	60,0	-8,0	216,45
Anissó e Soutelo	478	388	-23,2	58,7	47,6	11,1	8,15
Anjos e Vilar do Chão	706	589	-19,9	28,3	23,6	4,7	24,99
Ruivães e Campos	1.171	923	-26,9	26,6	21,0	5,6	44,04
Caniçada e Soengas	607	603	-0,7	67,5	67,1	0,4	8,99
Cantelães	933	828	-12,7	80,8	71,8	9,0	11,54
Ventosa e Cova	741	659	-12,4	85,2	75,7	9,5	8,7
Eira Vedra	706	702	-0,6	126,3	125,6	0,7	5,59
Guilhofrei	1.154	961	-20,1	102,8	85,6	17,2	11,23
Louredo	479	436	-9,9	62,9	57,3	5,6	7,61
Mosteiro	931	774	-20,3	86,0	71,5	14,5	10,82
Parada do Bouro	529	469	-12,8	68,6	60,8	7,8	7,71
Pinheiro	544	447	-21,7	53,0	43,5	9,5	10,27
Rossas	2.071	1.673	-23,8	65,6	53,0	12,6	31,57
Salamonde	484	387	-25,1	57,8	46,2	11,6	8,37
Tabuaças	901	919	2,0	93,0	94,8	-1,8	9,69
Vieira do Minho	2.289	2.239	-2,2	318,4	311,4	7,0	7,19

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2012.

O município registou uma variação negativa, ao contrário da sub-região Ave, devido às assimetrias das áreas predominantemente urbanas e as áreas rurais, já que a expressão de

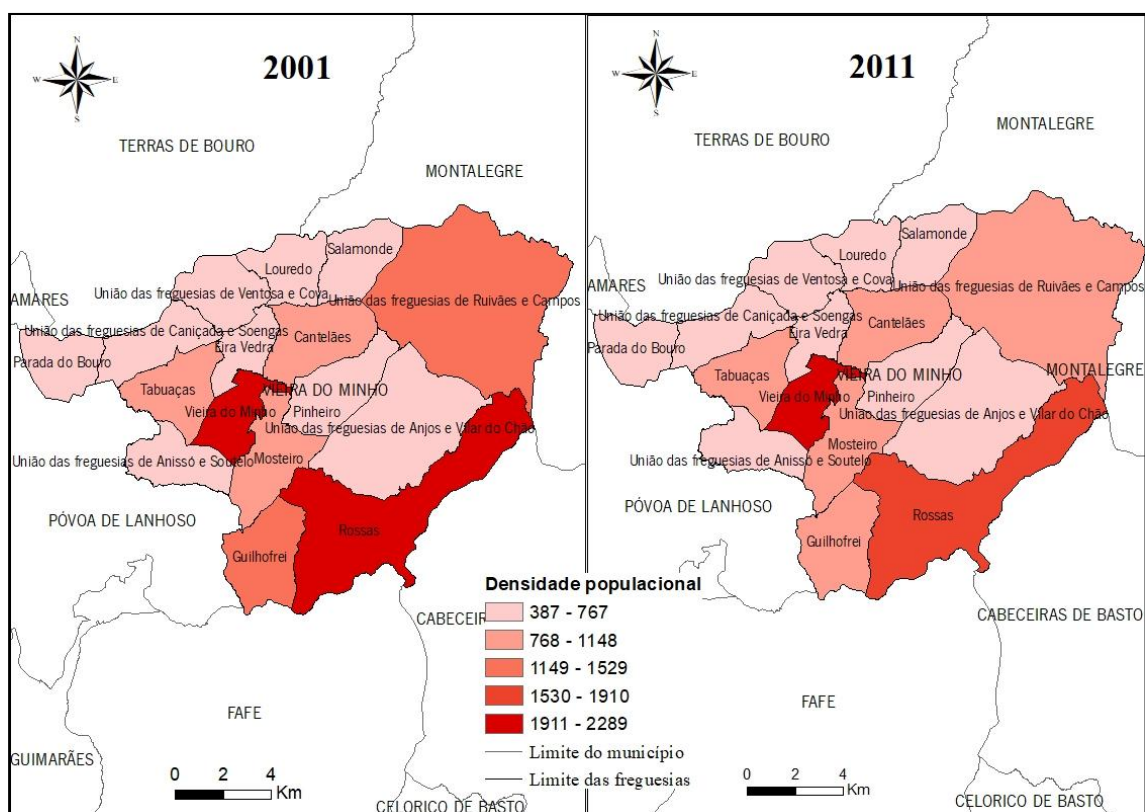
residência em “áreas predominantemente urbanas é 19 vezes superior” (INE, 2017) a das áreas rurais, e como o município em estudo é na maioria APR (Área Predominantemente Rural), e sofre perda de população, não seguindo a tendência da sub-região do Ave.

Verifica-se que o município de Vieira do Minho teve uma variação de densidade populacional de menos 8,0 hab./Km² (Quadro 4 e Figura 10), o que contraria a tendência portuguesa, a NUTS II Norte e a NUTS III Ave (Quadro 4).

A densidade populacional exprime a intensidade da população através da relação entre “o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território”, e é expressa em habitantes por quilómetro quadrado (hab./ km²) (PDM, 2011).

Entre 2001 e 2011, a junção de freguesias de Ruivães e Campos, seguindo a tendência do município, teve uma variação negativa da população residente (-26,9%), apresentando a mais elevada taxa de variação negativa do município. Esta variação também se refletiu na diminuição da densidade populacional (Quadro 4 e Figura 14).

Figura 14. Densidade populacional (hab./km²) nas freguesias do município de Vieira do Minho em 2001 e 2011



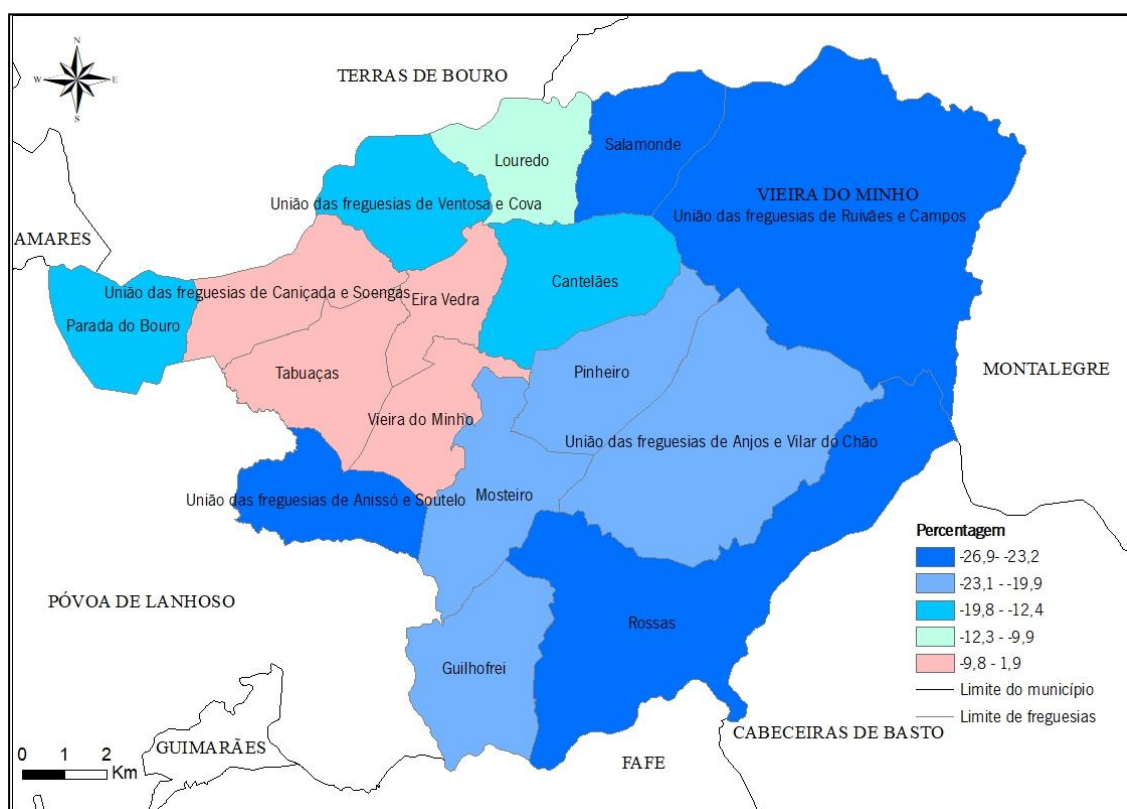
Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e o Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2013.

A maioria das freguesias do município de Vieira do Minho perdeu população, excetuando a freguesias de Tabuaças que teve uma taxa de variação populacional positiva 2,0% (Figura 15).

O concelho de Vieira do Minho em 2001 tinha uma “densidade populacional de 67 hab./km² descendo para 66 hab./km² em 2002. Uma vez mais, foram as freguesias situadas na faixa oeste que registaram os valores mais elevados (Guilhofrei: 103 hab./km², Eira Vedra: 126 hab./km² e Vieira do Minho: 318 hab./km²)” (PDM, 2011, p. 99).

Como refere o PDM (2011) cerca de metade das freguesias do concelho não atingiam o valor da densidade populacional concelhia, nem mesmo em 2011 conseguiram atingir como se pode ver na Figura 14.

Figura 15. Taxa de variação populacional das freguesias do município de Vieira do Minho em 2001 e 2011



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e o Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2012.

Em 2001, já havia diminuição da população relativamente a anos anteriores, mas no ano 2001 destacam-se, ainda, “as freguesias localizadas na franja norte do concelho que fazem

fronteira com o de Terras de Bouro por registarem, naquele período, uma perda populacional na ordem dos 18,0%” (PDM, 2011, p. 86).

Em 2011, as freguesias que apresentavam um maior volume populacional eram a de Vieira do Minho, onde se localiza a sede de município, e na freguesia de Rossas, que se localiza nas proximidades da sede do município. A freguesia de Rossas tem recebido vários prémios, devido à Aldeia de Agra, que, entre outros títulos, adquiriu o de “Aldeia de Portugal”, em 2005. Este facto pode ter feito que a população se instale neste município, devido a Agra ser uma referência em termos de turismo rural. O seu desenvolvimento turístico resulta “de uma intervenção integrada, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconómico, e consistiu na reconversão de vários edifícios de traça tradicional em alojamento turístico, na instalação de um restaurante e de uma oficina de artesanato com posto de venda” (SOL DO AVE, s.d., p.47). Agra proporciona aos seus visitantes “um legado social e patrimonial considerável, digno de uma viagem ao tempo dos antepassados minhotos” (https://www.geocaching.com/geocache/GC1WEF5_aldeias-de-portugal-iii-agra-vieira-do-minho, consultado em 4/04/2017). A aldeia de Agra fornece tradições seculares, tem um vasto património cultural paisagístico e monumental. Foi uma aldeia recuperada que manteve o traçado das casas que estavam em ruína, tendo-se preservado a arquitetura e a população aproveitou a recuperação das casas para torna-las em unidades de turismo rural (SOL DO AVE, s.d.).

Já as freguesias menos populosas são Salamonde, Anissó e Soutelo e Louredo, com 287, 388 e 436 habitantes, respetivamente (Figura 14). O município de Vieira do Minho ao longo dos anos foi perdendo população, passando de 12.582, para 12.441 e para 12.292, nos anos de 2013, de 2014 e de 2015 (INE, 2016).

5.4.2. Estimativas da população residente

As estimativas da população residente são estimativas da população avançadas pelo I.N.E. O I.N.E. estima a população para várias entidades territoriais, mas não arrisca descer à escala de freguesia, pelo que existem estimativas para a sub-região do Ave e para o município de Vieira do Minho, verificando-se que continuam com a tendência de perda de população (Quadro 5).

As estimativas para o ano de 2017 revelam uma diminuição de população em Portugal juntamente com as regiões autónomas, tal como em Portugal Continental (NUTS I) e na região

Norte (NUTS II). As estimativas apontam para a continuação da retração da população residente, acentuando-se o envelhecimento demográfico, com a diminuição da população jovem, o aumento da população idosa e a diminuição e envelhecimento da população em idade ativa. Podemos concluir que Portugal está a perder população devido à diminuição da natalidade e à diminuição da população jovem, tendo parte dela emigrado (INE, 2014).

É previsível ainda que haja um aumento da esperança média de vida bem com a manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações. Existe ainda a possibilidade de ocorrência de saldos migratórios positivos e que a longevidade feminina continue a ser mais elevada, em detrimento da população masculina (PDM, 2011).

As previsões da evolução da população residente para o município de Vieira do Minho, também são de perda de população seguindo a tendência nacional. No PDM (2011) admite-se que o ritmo de crescimento se possa manter constante, fazendo uma projeção da população, para a qual se utilizaram três métodos: o ritmo de crescimento contínuo, o ritmo de crescimento aritmético e o ritmo de crescimento geométrico.

Segundo cálculos efetuados (PDM, 2011), espera-se que em 2021 depois de se terem analisado os três processos, as freguesias mais povoadas continuem a ser Guilhofrei, a vila de Rossas e naturalmente a sede de concelho, ou seja, Vieira do Minho. Também surgem as freguesias de Anissó, Campos, Soutelo e Soengas, como as freguesias menos povoadas, que são freguesias de perfil mais rural, mais afastadas da vila, e são as que possuem menos população jovem e adulta como se vai verificar no Quadro 7.

Quadro 5. Estimativas da população para Portugal, Continente, NUTS II Norte, NUTS III Ave e para o município de Vieira do Minho para os anos de 2015, 2017, 2020, 2030, 2040, 2050, 2060, 2070 e 2080

Entidade Territorial	2015	2017	2020	2030	2040	2050	2060	2070	2080
Portugal	10.341.330	10.759.447	10.644.070	10.170.441	9.563.877	8.767.226	7.831.136	6.869.228	6.032.515
Continente	9.839.140	10.262.992	10.155.416	9.709.765	9.138.795	8.388.608	7.505.110	6.595.045	5.803.217
Norte	3.603.778	3.564.468	3.515.946	3.328.002	3.076.696	2.737.413	2.353.730	1.982.785	1.665.833
Ave	418.411	-	-	-	-	-	-	-	-
Vieira do Minho	12.292	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Estimativas da população, Lisboa, 2017.

Espera-se que tanto o Continente como o Norte venham a perder bastante população, até 2080. Tal ocorrerá devido ao saldo migratório e ao saldo natural, que apresentaram até ao ano de 2015, valores negativos e que fazem com que haja uma diminuição da população e um acentuado envelhecimento da população nas áreas rurais de todo o continente, o que leva a um aumento da mortalidade (INE, 2016).

5.4.3. Estrutura etária da população residente

No sentido de analisarmos a estrutura etária da população optámos por dividir a mesma em três grupos funcionais: jovens (dos 0 aos 14 anos), população adulta (dos 15 aos 64 anos) e os idosos (com 65 ou mais anos).

O Quadro 6 permite-nos concluir que a população entre os grupos etários dos 25 aos 64 anos é a que predomina em Portugal. Podemos ainda afirmar que estamos numa sociedade que continua a envelhecer e onde a renovação de gerações está comprometida (PDM, 2011).

A população portuguesa tem registado um progressivo envelhecimento que não traduz somente alterações na distribuição e configuração piramidal da população, mas tem um impacto negativo na renovação da população (INE, 2017b).

Quadro 6. População residente (%) por grupos etários em Portugal, no Continente, na NUTS II Norte, na NUTS III Ave e no município de Vieira do Minho, em 2001 e 2011

Entidade territorial	2001				2011			
	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65
Portugal	16,0	14,3	53,4	16,4	14,9	10,9	55,2	19,0
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3
Norte	17,5	15,1	53,4	14,0	15,1	11,5	56,2	17,1
Ave	18,9	15,9	53,8	11,4	15,5	12,3	57,5	14,8
Vieira do Minho	17,2	16,2	47,7	18,9	13,7	11,9	51,6	22,8

Nota: Devido aos arredondamentos feitos até as décimas nos valores patentes no Quadros 5, umas vezes remetemos para um total de 99,9% e, outras vezes, para 100,1%.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2012.

Registou-se um aumento da população que compreende o grupo etário dos 65 e mais anos e uma diminuição da população que compreende os grupos etários dos 0 aos 14 e dos 15 aos 24 anos, entre 2001 e 2011, o que evidencia que Portugal e o município de Vieira do Minho mantêm “a tendência de envelhecimento demográfico, em resultado da queda da natalidade, do aumento da longevidade e do aumento da emigração” (INE, 2015, p. 24).

O envelhecimento da população também se pode verificar se observarmos a idade modal, ou seja, a idade que é mais frequente na população, e podemos dizer que em 1991 se situava nos 15 anos, “em 2001 nos 25 anos e em 2016 situava-se nos 41 anos (40 para o sexo feminino e 41 anos para o sexo masculino)” (INE, 2017b). Daí haver menos população no grupo etário dos 15 aos 24 e mais no dos 65 e mais anos.

O município de Vieira do Minho, tem uma percentagem mais elevada no grupo etário dos 15 aos 24 anos, em relação a Portugal (10,9%) e a NUTS I Continente (10,7%), sendo que no município apresenta 11,9%. Mas também tem uma percentagem mais elevada de população no grupo etário de 65 e mais anos no ano 2011 (Quadro 6). Tal resulta de um duplo envelhecimento, que é o aumento de idosos e a diminuição de nados-vivos. O concelho de Vieira do Minho “denuncia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida da população” (PDM, 2011, p. 94).

Quadro 7. População residente (%) por grupos etários nas freguesias de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011

Entidade territorial	2001				2011			
	0-14	15-24	25-64	≥65	0-14	15-24	25-64	≥65
Anissó e Soutelo	18,0	15,3	47,1	19,7	12,4	11,9	48,7	27,1
Anjos e Vilar do Chão	16,4	13,7	47,7	22,1	10,4	11,9	52,5	25,3
Ruivães e Campos	12,6	12,9	44,5	30,1	9,2	9,5	44,7	36,5
Caniçada e Soengas	17,6	16,5	48,1	17,8	14,8	13,1	50,2	21,9
Cantelães	18,6	14,6	49,2	17,6	11,7	15,5	51,2	21,6
Ventosa e Cova	15,8	16,6	43,6	24,0	15,0	10,9	47,8	26,3
Eira Vedra	17,4	14,4	49,4	18,7	14,1	12,3	53,3	20,4
Guilhofrei	20,0	14,3	50,3	15,3	14,4	12,5	50,6	22,6
Louredo	13,2	17,7	49,1	20,0	13,5	9,2	50,5	26,8
Mosteiro	16,2	16,5	49,0	18,3	14,5	11,8	55,0	18,7
Parada do Bouro	16,1	14,4	49,1	20,4	12,8	10,7	51,8	24,7
Pinheiro	16,4	20,2	43,9	19,5	13,4	10,5	52,8	23,3
Rossas	15,5	18,6	45,1	20,9	13,0	11,2	51,1	24,7
Salamonde	12,4	17,6	48,6	21,5	7,2	9,8	55,6	27,4
Tabuaças	18,8	18,8	49,5	13,0	16,4	11,6	56,4	15,6
Vieira do Minho	21,4	16,5	49,3	12,8	16,7	13,3	52,7	17,2

Nota: Devido aos arredondamentos feitos até as décimas nos valores patentes no Quadros 5, umas vezes remetemos para um total de 99,9% e, outras vezes, para 100,1%.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2012.

Entre os anos 1991 e 2001, “em termos de variação percentual intercensitária podem evidenciar-se duas situações comuns a todas as freguesias: por um lado a forte perda populacional sentida na população com idades até aos 24 anos, por outro, o incremento dos residentes com idades superiores a 65 anos” (PDM, 2011, p. 94).

Em relação aos grupos etários das freguesias que constituem o município de Vieira do Minho, a freguesia de Vieira do Minho e a de Guilhofrei, no ano de 2001, eram as que tinham maior percentagem de população no grupo etário dos 0 aos 14 anos, com 21,4% e 20,0%, respetivamente. Já no ano de 2011, as freguesias que tinham maior percentagem de população no grupo etário dos 0 aos 14 anos eram a de Vieira do Minho e de Tabuaças com 16,7% e 16,4%, respetivamente (Quadro 7).

Em 2011 a freguesia de Ruivães e Campos, é a que regista uma maior percentagem de população com 65 e mais anos, destacando-se das demais freguesias, com 36,5% da população. E a maioria da população concentra-se no grupo etário dos 25 aos 64 anos, com 44,7% (Quadro 7).

Em suma, podemos concluir que tanto nos períodos 1991-2001 e 2001-2011, houve perda de população jovem e incremento de população idosa, o que leva a crer que a população cada vez diminui mais em termos de efetivos e cada vez está mais envelhecida. As aldeias têm vindo a perder população ou assiste-se mesmo a um despovoamento, com abandono das casas, que por sua vez leva à deterioração dos imóveis que acabam por desabar. Ao perder população já não se investe nos equipamentos e no património que existe em certos lugares, o que leva à sua deterioração, e isto é prejudicial para o turismo, já que o turismo vive dos equipamentos e do património.

5.4.4. Índice de envelhecimento

O índice de envelhecimento corresponde ao número de idosos (população com 65 e mais anos) por cada 100 jovens (população dos 0 aos 14 anos) (INE, 2013).

Em Portugal o índice de envelhecimento é cada vez mais elevado, devido à baixa natalidade, que faz com que haja mais idosos por cada 100 jovens, e entre “2009 e 2014 observou-se o aumento de este índice em todas as regiões” (INE, 2014, p. 6).

O índice de envelhecimento “no início da década de 90 correspondia a 68 idosos por cada 100 jovens, na viragem do milénio consumou-se a sua transição simbólica para um valor

acima de 100, isto é uma população com mais idosos do que jovens, e, em 2016, era já de 151 idosos por cada 100 jovens. Em duas décadas e meia a média nacional aumentou, assim, para mais do dobro” (INE, 2017, p. 94), acontecendo tanto no município de Vieira do Minho como nas suas freguesias.

No ano de 2001 e em Portugal, tínhamos um índice de envelhecimento de 60, o que significa que por cada 100 jovens havia 60 idosos, sendo que no ano de 2011, se agravou e tínhamos por cada 100 jovens 128 idosos. No caso da NUTS III Ave, em 2011, ocorria um índice de 95 idosos por cada 100 jovens. Este cenário não ocorria no município em estudo, porque em 2011, registou 167 idosos por cada 100 jovens (Quadro 8).

Quadro 8. Índice de envelhecimento (%) no ano 2001 e 2011

Entidade territorial	2001	2011
Portugal	59,5	127,8
Continente	60,7	130,6
Norte	46,8	113,3
Ave	35,1	95,1
Vieira do Minho	60,6	166,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2013.

“Nos anos mais recentes, o envelhecimento manteve uma tendência crescente em todas as regiões do país e, em particular nas regiões Norte, Centro, Alentejo e na Região Autónoma da Madeira” (INE, 2017, p. 94).

O índice de envelhecimento (IE) aumentou drasticamente no período de 10 anos, o que prejudica o nosso país, quer em termos sociais, quer em termos económicos.

Os valores de 2011 seguem a tendência de um maior IE nas freguesias localizadas no sector este do concelho e na área montanhosa do mesmo (acima dos 82,1%) em oposição a algumas freguesias localizadas no centro-oeste do concelho com os valores mais baixos: Tabuaças, Vieira do Minho e Mosteiro (PDM, 2011).

Na maioria das freguesias do município de Vieira do Minho (Quadro 9), já no ano 2001 o índice de envelhecimento apresentava valores elevados, os quais em 2011 aumentaram, seguindo a tendência de Portugal, Portugal Continental (NUTS I), Norte (NUTS II) e Ave (NUTS III).

Quadro 9. Índice de envelhecimento (%) das freguesias que constituem o município de Viera do Minho no ano 2011 e 2011

Entidade territorial	2001	2011
	%	%
Anissó e Soutelo	64,0	218,8
Anjos e Vilar do Chão	75,0	244,3
Ruivães e Campos	129,3	396,5
Caniçada e Soengas	53,3	148,3
Cantelães	55,2	184,5
Ventosa e Cova	82,1	174,7
Eira Vedra	57,7	144,4
Guilhofrei	41,6	157,2
Louredo	79,4	198,3
Mosteiro	63,6	129,5
Parada do Bouro	65,9	193,3
Pinheiro	66,3	173,3
Rossas	73,8	190,8
Salamonde	93,3	378,6
Tabuaças	37,3	94,7
Vieira do Minho	34,4	102,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2013.

5.4.5. Índice de dependência da população

O índice de dependência total mostra qual é o número de população inativa, que depende da população potencialmente ativa.

Neste *item* calculou-se o índice de dependência total, que é a relação da população jovem (de 0 aos 14 anos) e idosa (com 65 e mais anos) que dependem da população potencialmente ativa (15 os 64 anos) e tendo esta última que os suportar em termos económicos; o índice de dependência de jovens, que é o total de população jovem (de 0 aos 14 anos) e relacionando-a com a população potencialmente ativa (dos 15 aos 64 anos) e, por último, o índice de dependência dos idosos, que é o total de população com 65 e mais e a sua relação com o grupo etário dos 15 aos 64 anos.

Relativamente ao índice de dependência total, a sub-região do Ave NUTS III apresentava um índice de dependência total inferior ao de Portugal e Continente NUTS I (Quadro 10). Em Portugal e no Continente, existe uma maior dependência dos idosos do que dos jovens, já no Norte NUTS II e no Ave NUTS III, existe mais dependência dos idosos do que dos jovens e para o ano de 2011.

Quadro 10. Índice de dependência total, índice de dependência dos jovens e índice de dependência dos idosos (%) em Portugal, Continente, NUTS II Norte, NUTS III Ave, município de Vieira do Minho e suas freguesias no ano 2011

Entidade territorial	Índice de dependência total	Índice de dependência dos jovens	Índice de dependência dos idosos
	%	%	%
Portugal	47,8	23,7	24,2
Continente	47,7	23,3	24,4
Norte	45,9	25,5	20,4
Ave	43,5	27,1	16,4
Vieira do Minho	56,5	26,9	29,6
Anissó e Soutelo	60,4	28,9	31,5
Anjos e Vilar do Chão	62,7	26,7	35,9
Ruivães e Campos	74,3	21,9	52,4
Caniçada e Soengas	54,9	27,3	27,6
Cantelães	56,8	29,2	27,6
Ventosa e Cova	66,1	26,2	39,9
Eira Vedra	70,6	34,1	36,6
Guilhofrei	54,7	34,1	36,6
Louredo	49,7	19,7	30,0
Mosteiro	52,6	24,8	27,9
Parada do Bouro	57,4	24,3	32,1
Pinheiro	55,9	25,5	30,4
Rossas	57,1	24,3	33,9
Salamonde	51,3	18,8	32,5
Tabuaças	46,5	27,5	19,0
Vieira do Minho	52,0	32,5	19,5

Nota: Devido aos arredondamentos feitos até as décimas nos valores patentes no Quadros 5, umas vezes remetem-nos para um total de 99,9% e, outras vezes, para 100,1%.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2013.

O município de Vieira do Minho tem um índice de dependência total elevado, comparativamente ao da região Ave, tendo 56,5% e 43,5%, respetivamente (Quadro 10). Em quase todas as freguesias do município de Vieira do Minho registou-se uma maior taxa de dependência dos idosos, excetuando a freguesia de Vieira do Minho, Tabuaças e Cantelães, onde existe uma maior taxa de dependência dos jovens.

De todas as freguesias do município, a que tem uma maior taxa de dependência total é a junção de freguesias de Ruivães e Campos (Quadro 10), freguesias alvo desta investigação.

Em suma as freguesias de Tabuaças, Louredo, Vieira do Minho e Mosteiro, são as que têm um índice de dependência total mais baixo do município, ainda que as freguesias de

Tabuaças e Louredo tenham um índice de dependência total abaixo dos 50%, o que indica que são as únicas freguesias que têm mais população potencialmente ativa do que inativa.

5.4.6. Saldo natural

A taxa de crescimento natural é a diferença entre a taxa de natalidade (TN) e a taxa de mortalidade (TM) de uma dada população num determinado período de tempo. Estas taxas são representadas em permilagem.

Quadro 11. Taxa de natalidade, de mortalidade e taxa de crescimento natural (‰) de Portugal, Continente (NUTS I), Norte (NUTS II), Ave (NUTS III) e no município de Vieira do Minho no ano 2011

Entidade territorial	Taxa de natalidade (‰)	Taxa de mortalidade (‰)	Taxa de crescimento natural (‰)
Portugal	9,2	9,7	-0,5
Continente	9,1	9,7	-0,6
Norte	8,5	8,6	-0,1
Ave	7,2	6,3	0,9
Vieira do Minho	7,5	13,5	-6,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2017.

A TN é mais baixa do que a TM tanto em Portugal, Continente (NUTS I) e Norte (NUTS II), assim como no município de Vieira do Minho, ainda que o município de Vieira do Minho tenha uma taxa mais elevada do que a sub-região do Ave (NUTS III) (Quadro 11).

A TN tem diminuído a nível regional, já que os anos mais recentes confirmam que o número médio de filhos por mulher em idade fértil se manteve abaixo do limiar que assegura a substituição das gerações em todas as regiões do país. Mas em 2016 destacavam-se os valores mais baixos nas duas regiões autónomas e nas regiões Norte e Centro, com um índice sintético de fecundidade inferior a 1,3 e abaixo da média nacional (INE, 2017).

A diminuição da TN tem a ver com a diminuição do número de mulheres em idade fértil, mas também devido à entrada da mulher no mercado de trabalho e também porque cada vez mais se adia o projeto de ter filhos para mais tarde com as consequências que daí advêm (INE, 2017).

Mas no que diz respeito à TM, os valores são mais elevados, excetuando a sub-região do Ave (NUTS III), que tem o valor mais baixo das cinco entidades territoriais estudadas.

No município de Vieira do Minho temos uma TN de 7,5‰, o que quer dizer que nasceram cerca de 8 crianças por cada mil habitantes, e uma TM de 13,5‰, que quer dizer que por cada mil habitantes morreram cerca de 14 pessoas, o que resulta num saldo natural/crescimento vegetativo negativo (Quadro 11).

5.4.7. Saldo migratório

O saldo migratório é a diferença entre a emigração e a imigração de uma dada população e num determinado período de tempo. O saldo migratório que, desde o início da década de 1990 contribuía para o crescimento da população, a partir de 2011 passou a contribuir negativamente para a evolução da população (INE, 2017).

“De acordo com os dados do Eurostat sobre as migrações nos países da UE e EFTA, Portugal integra o grupo de países europeus com saldos migratórios mais negativos tanto em termos absolutos como relativos” (ESPÍRITO-SANTO e PIRES, 2016, p. 8).

No ano 2011, o saldo migratório de Portugal foi negativo no Continente (NUTS I), Norte (NUTS II) e Ave (NUTS III). Também o município de Vieira do Minho denotou um saldo migratório negativo, com -0,1‰. Foram mais notórios os saldos migratórios de Portugal e do Continente com -24,3‰ e -20,7‰, respetivamente (Quadro 12).

Quadro 12. Saldo migratório (‰) de Portugal, do Continente NUTS I, do Norte NUTSII, do Ave NUTS III e do município de Viera do Minho no ano 2011

Entidade territorial	Saldo migratório
	‰
Portugal	-24,3
Continente	-20,7
Norte	-6,3
Ave	-0,5
Vieira do Minho	-0,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2017.

Uma das razões para Portugal ter um saldo migratório tão negativo, deve-se ao fato de ter uma emigração de volume médio alto e não ter compensação na imigração. Outra razão é que os dados brutos sobre a imigração incluem quer as entradas de estrangeiros em Portugal, quer as entradas de portugueses que regressam ao país, mas os fluxos de retorno são residuais

(ESPÍRITO-SANTO e PIRES, 2016). Por isso, os que saem são contabilizados como emigrantes mas se voltam para o país não são contabilizados como imigrantes.

O município de Vieira do Minho tem um saldo migratório negativo, significando que saem mais pessoas do município do que aquelas que entram, porque as pessoas que vêm para Portugal tendem a ir para os municípios circundantes e para as grandes cidades, onde existe uma maior oferta de emprego. Como refere o INE (2014) houve uma desaceleração do crescimento migratório, que passou para valores negativos a partir de 2011, tendo-se a população deslocado para as cidades que se localizam mais no litoral onde o clima é mais ameno (INE, 2004, 2007, 2014).

Pode-se ainda afirmar que mais recentemente, em 2012 atingimos o pico de perdas por via migratória (-37.352 habitantes), mas este valor diminuiu para -8.348 habitantes em 2016 (INE, 2017).

5.4.8. Formação e nível de instrução da população

A formação é o nível de escolaridade obtido pelos residentes no ano em estudo. O nível de instrução da população tem evoluído lado a lado com o grau de desenvolvimento de determinada região. Como indicador social que é, o nível de instrução reflete o acesso a empregos mais qualificados e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida. Já o analfabetismo, total ou funcional, não é mais do que um constrangimento que impede o livre acesso a certas funções. O não acesso a estas diminui a qualidade de vida da população (PDM, 2011).

Portugal nas últimas décadas tem feito um enorme esforço em termos de qualificação escolar da população, esforço que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido a convergência com os atuais padrões da União Europeia. Alguns dos problemas são os níveis de insucesso e de abandono escolares e o défice de qualificações da população ativa (Ministério da Educação, 2007).

Em Portugal, o nível de escolaridade com maior percentagem no ano 2011 foi a conclusão do 1.º ciclo, tendo Portugal 18,9% da sua população analfabeta. No Continente (NUTS I), no Norte (NUTS II) e no Ave (NUTS III) verificou-se a mesma tendência (Quadro 13).

Quadro 13. População residente segundo o nível de instrução (%) em Portugal, no Continente, no Norte NUTS II, no Ave NUTS III, no município de Vieira do Minho e nas suas freguesias 2011

Entidade Territorial	Nenhum	Básico			Secundário	Pós-secundário	Superior	Total
		1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo				
Portugal	18,9	25,5	13,4	16,3	13,4	0,8	11,8	100,1
Continente	18,8	25,4	13,2	16,3	13,5	0,8	11,9	99,9
Norte	18,7	27,6	15,3	15,7	11,9	0,7	10,2	100,1
Ave	18,1	29,1	17,3	16,2	11,0	0,7	7,6	100
Vieira do Minho	22,7	30,8	16,9	13,4	10,3	0,6	5,4	100,1
Anissó e Soutelo	23,5	36,3	19,1	12,1	6,4	0	2,6	100
Anjos e Vilar do Chão	20,4	43,8	12,2	8,7	9,7	0,5	4,8	100,1
Ruivães e Campos	28,5	34,0	13,4	9,8	8,9	0,2	5,2	100
Caniçada e Soengas	24,5	29,7	21,9	13,3	7,0	0,8	2,8	100
Cantelães	21,9	27,1	15,2	18,0	13,2	0,1	4,6	100,1
Ventosa e Cova	28,4	26,3	21,1	11,4	7,9	1,2	3,8	100,1
Eira Vedra	17,2	29,1	14,0	16,7	12,4	0,3	10,4	100,1
Guilhofrei	26,2	32,4	18,5	10,7	7,7	0,3	4,2	100
Louredo	22,9	35,8	19,5	7,8	9,2	0,2	4,6	100
Mosteiro	19,9	32,7	19,5	12,0	10,2	0,6	5,0	99,9
Parada do Bouro	25,4	30,3	18,8	9,8	9,4	0,6	5,8	100,1
Pinheiro	17,7	41,8	17,4	12,1	8,5	0,4	2,0	99,9
Rossas	25,5	31,0	18,1	12,0	8,0	0,5	4,8	99,9
Salamonde	20,2	32,0	16,8	15,8	11,9	0,3	3,1	100,1
Tabuaças	21,2	28,5	13,8	15,8	13,2	0,5	7,0	100
Vieira do Minho	19,4	24,8	16,0	17,6	13,6	1,0	7,6	100

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2014.

Vieira do Minho, no ano de 2001 registou a mais elevada percentagem de população sem nível de ensino (36,8%) (PDM, 2011). Em 2011, a maioria da população concluiu o 1.º ciclo, mas manteve uma percentagem de 22,7% da sua população que não sabia ler nem escrever, o que mostra que o município melhorou a qualificação da sua população, mas mesmo assim, apresentava a maior percentagem de analfabetos das entidades estudadas (Quadro 13).

Em 2001, o panorama do município de Vieira do Minho era ainda mais negativo do que o de Portugal, o da NUTS I Continente, da NUTS II Norte e da NUTS III Ave, já que só 4,8% da população tinha o nível de ensino superior e 9,2% tinha o ensino secundário. À escala de freguesia a população das freguesias de Parada de Bouro, Campos, Soutelo e Caniçada tinham 20,6% da população residente que não tinha qualquer nível de ensino. Por seu turno, nas

freguesias dos Anjos, Pinheiro e Tabuaças este valor não ultrapassava os 11,0% (PDM, 2001, p. 101). Este facto continuou-se a verificar em 2011, ainda que o estudo seja de 16 freguesias e não de 21 como até ali, devido à reorganização administrativa do território de que falamos anteriormente. A junção de freguesias de Ruivães e Campos é a que apresenta uma maior percentagem de população analfabeta, seguida da junção de freguesias de Ventosa e Cova e da freguesia de Guilhofrei com 28,5%, 28,4% e 26,2%, respetivamente (Quadro 13).

A freguesia de Eira Vedra é a freguesia que tem mais população que finalizou o ensino superior, apresentando 10,4% da sua população que concluiu o ensino superior (Quadro 13).

Verifica-se que, no geral, a população de Viera do Minho conclui o 1º, 2º e 3º ciclo do básico em 2011. Comparativamente com outros municípios do Vale do Ave, a taxa de analfabetismo do município de Vieira do Minho é das mais elevadas (Câmara Municipal de Vieira do Minho, 2017).

5.4.9. Setor da atividade que emprega mais pessoas e o comércio

A estrutura profissional portuguesa tem vindo a alterar-se, já que em inícios do século XX, o setor predominante em Portugal era o primário. Mas desde então tem-se vindo a assistir a um aumento das atividades do setor terciário, fenómeno que se designa de terciarização. Deve-se a vários fatores, tais como: a diminuição de mão-de-obra ativa no setor primário; a emigração; ao êxodo rural; aos avanços tecnológicos (mecanização) (ALVES *et al.*, 2009).

Em Portugal o setor da atividade que predominava em 2001 e predominou em 2011 foi o setor terciário, seguindo a tendência da globalização, já que é o setor que engloba os serviços e o comércio de produtos. Pode-se afirmar que o setor terciário caracteriza-se por ser um setor que produz bens económicos imateriais para satisfazer algumas necessidades ou carências de um serviço a favor de alguém (ALVES *et al.*, 2009; PDM, 2011).

A população empregada diminuiu de 2001 para o ano 2011, tanto em Portugal, como no Continente, na NUTS II Norte, na NUTS III Ave e até no município de Viera do Minho. Verifica-se que 41,3% da população de Portugal estava empregada no ano de 2011 (Quadro 14).

O setor terciário registou um aumento de população empregada, sendo que o município de Vieira do Minho tinha 33,0% da população empregada, dos quais 19,2% estava empregada no setor terciário (Quadro 14). Mas mesmo assim como é mencionado no PDM (2011), o concelho apresenta uma reduzida capacidade de oferta de serviços especializados, nomeadamente

bancários, seguradoras e hoteleiros, daí não ter um maior volume de população empregada neste setor e também por ser um município ruralizado.

Quadro 14. População empregada (%) por setor de atividade em Portugal, no Continente, na NUTS II Norte, na NUTS III Ave e no município de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011

Entidade territorial	2001				2011			
	População empregada	Setor primário	Setor Secundário	Setor terciário	População empregada	Setor primário	Setor Secundário	Setor terciário
Portugal	44,9	2,2	15,8	26,9	41,3	1,3	10,9	29,1
Continente	45,1	2,1	16,0	26,9	41,3	1,2	11,1	29,0
Norte	44,9	2,1	20,6	22,2	40,7	1,2	14,5	25,1
Ave	48,9	1,0	31,0	16,9	42,5	0,5	21,3	20,7
Viera do Minho	33,0	2,5	15,1	15,3	30,7	1,5	10,0	19,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2007 e 2012.

Entre 2001 e 2011, tanto no setor primário como no secundário, ocorreram perdas, sendo o setor secundário o que mais população perdeu, isto tanto em Portugal, como no Continente, como no Norte, na sub-região do Ave e inclusive no município de Viera do Minho (Quadro 14).

Mais recentemente, no ano 2016, a proporção de população residente em idade ativa era superior à média nacional (64,9%) nas regiões autónomas e num conjunto de sub-regiões da região Norte – Tâmega e Sousa, Ave, Cávado, Área Metropolitana do Porto – e ainda a Região de Leiria. Mas não é o caso do município em estudo, já que mesmo localizando-se na sub-região do Ave, é um município rural e existem assimetrias entre áreas rurais e urbanas, já que são as áreas urbanas as que detêm mais população e população ativa (INE, 2017).

No ano 2001, nenhuma das freguesias tinha metade da sua população empregada. Só a freguesia de Pinheiro é que se destacava com 43,4% da sua população, tinha emprego. Já no ano 2011, a população empregada sofreu uma diminuição significativa, devido a que nenhuma freguesia tinha mais de 39% da população empregada. Só a freguesia de Eira Vedra é que tinha 38,3% da população empregada, registando o valor mais alto (Quadro 15).

No caso da população empregada nas freguesias, em algumas registou-se um aumento de população empregada no setor primário, como é o caso da junção de freguesias de Anissó e Soutelo e Anjos e Vilar do Chão. Uma manteve a percentagem e nas restantes aconteceu o

mesmo do que em Portugal, no Continente, no Norte e no Ave, ou seja, diminuiu a população empregada nesse setor (Quadro 15).

Quadro 15. População empregada (%) por setores da atividade nas freguesias que constituem o município de Viera do Minho, nos anos 2001 e 2011

Entidade territorial	2001				2011			
	População empregada	Setor primário	Setor Secundário	Setor terciário	População empregada	Setor primário	Setor Secundário	Setor terciário
Anissó e Soutelo	35,6	4,0	20,1	11,5	32,2	4,9	12,9	14,4
Anjos e Vilar do Chão	22,7	1,7	11,6	9,3	25,3	3,1	8,0	14,3
Ruivães e Campos	23,8	1,8	10,0	12,0	25,6	1,8	8,3	15,4
Caniçada e Soengas	30,0	2,5	11,2	16,3	31,2	1,8	9,1	20,2
Cantelães	32,6	1,6	13,1	17,9	32,2	1,3	8,0	22,9
Ventosa e Cova	30,1	3,0	13,0	14,2	27,6	1,2	9,0	17,5
Eira Vedra	32,6	1,1	12,0	19,4	38,3	1,9	9,3	27,2
Guilhofrei	32,6	3,9	19,4	9,3	29,0	2,6	13,5	12,9
Louredo	24,0	1,9	11,9	10,2	24,3	0,7	9,9	13,8
Mosteiro	36,6	3,4	20,1	13,1	31,3	1,0	12,8	17,4
Parada do Bouro	26,7	1,1	14,2	11,3	24,3	0,6	8,7	14,9
Pinheiro	43,4	11,6	19,1	12,7	27,1	0,9	12,5	13,6
Rossas	33,9	3,0	18,6	12,3	27,5	2,1	10,6	14,8
Salamonde	31,2	1,4	18,6	11,2	33,9	0,3	15,2	18,3
Tabuaças	39,2	1,4	12,7	25,1	36,0	1,0	10,7	24,4
Viera do Minho	39,1	1,0	14,2	23,8	35,2	0,5	7,9	26,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Recenseamentos Gerais da População (Censos), Lisboa, 2012.

O setor secundário perdeu população empregada em todas as freguesias do município, e o terciário registou um aumento, excetuando a freguesia de Tabuaças.

A junção de freguesias de Ruivães e Campos é das que menos população empregada tem, sendo que a população que trabalhava no setor primário manteve-se, a do setor secundário diminuiu e a do terciário manifestou um aumento (Quadro 15).

Dos poucos serviços especializados que oferece o município de Viera do Minho, o município apresenta um maior número de empresas no setor da restauração e de alojamento em casas de turismo rural, sobressaindo também a construção civil, os projetos agrícolas, os minimercados ou mercearias e os elementos que têm a ver com a imagem pessoal (cabeleireiros, esteticistas, etc.). Daí haver mais postos de trabalho no setor terciário com 19,2% da população empregada e 10% no secundário (Quadro 15), já que com o aumento do turismo rural, criaram-se postos de trabalho para oferecer serviços aos visitantes, dando importância ao

setor terciário. E como o município carece de postos de trabalho muitas pessoas investiram na criação de projetos agrícolas, contando com 45 projetos agrícolas no município, das 598 empresas existentes no município no ano 2016 (Câmara Municipal de Vieira do Minho, 2017).

O município carece de hotéis de grande dimensão e que alberguem um maior número de turistas, contando somente com um hotel de pequena dimensão no centro da vila. Em contrapartida tem muitas casas de turismo rural, distribuídas pelas várias freguesias do município.

5.5. Notas conclusivas

O município de Vieira do Minho é na grande maioria rural, tendo duas freguesias consideradas semiurbanas, Eira Vedra e Vieira do Minho, sendo as restantes rurais, porque não têm, entre outros aspetos, uma densidade populacional superior a 100 habitantes por km² e inferior ou igual a 500 habitantes por km² e não têm uma população residente igual ou superior a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes.

Após caracterizarmos a população podemos afirmar que a taxa de variação da população, de 2001 para o ano 2011, foi positiva em Portugal, no Continente (NUTS I), no Norte (NUTS II) e no Ave (NUTS III). No município de Viera do Minho foi negativa (-13,3%), acontecendo o mesmo na junção de freguesias de Ruivães e Campos, que é das freguesias que têm a taxa de variação populacional mais negativa (-26,9%) (Quadro 4).

Verifica-se que o saldo natural tem contribuído bastante para o cenário encontrado, já que tanto em Portugal, no Continente NUTS I, no Norte NUTS II, no Ave NUTS III e no município a maioria da população localiza-se nos grupos etários dos 25 aos 64 anos e nos 65 e mais anos, o que indica que a população está a ficar envelhecida e não há renovação de gerações.

No que diz respeito ao nível de instrução da população podemos afirmar que o município apresenta ainda uma taxa de analfabetismo com significado.

Em suma, e tendo em conta as características da população do município de Viera do Minho que foram estudadas ao longo do capítulo podemos afirmar que se o município continua a ter uma população envelhecida e uma população com tão poucos estudos, a atividade turística encontrará dificuldades em prosperar.

O turismo tem subjacente a oferta de serviços e se não há população não há quem ofereça serviços aos turistas. Se não há população com estudos não há serviços qualificados, e

muitos turistas procuram atividades turísticas específicas que necessitam de guias especializados para oferecer um serviço específico ao turista.

Contudo, o Banco de Portugal acredita que em 2017 a economia portuguesa vai crescer 2,5% (<http://www.imf.org/en/Countries/PRT>, consultado a 2/01/2018). Espera-se que a economia portuguesa evolua a um ritmo superior àquele que se antecipou para a zona Euro, devido ao dinamismo das exportações. Também se registou um aumento do emprego de 1,6% em 2016 e acredita-se que o emprego deverá aumentar 2,4% em 2017 (<http://www.imf.org/en/Countries/PRT>, consultado a 2/01/2018).

CAPÍTULO 6 - O turismo em Portugal, na região Norte, na NUTS II Ave e no município de Vieira do Minho

Neste sexto capítulo é realizada uma análise de dados de fontes secundárias, nomeadamente, de dados estatísticos de Portugal, Portugal Continental, da região Norte, da sub-região do Ave e do município de Vieira do Minho sobre o setor do turismo, tendo por base os Anuários Estatísticos de Portugal e os da região Norte. Também se fez uma análise ao nível dos dados da Entidade regional de Turismo do Porto e Norte e com base em dados recolhidos no posto de turismo de Vieira do Minho.

6.1. Evolução de alguns indicadores do turismo

Começando pelo número de estabelecimentos, o Quadro 16 apresenta este indicador para os anos de 1999, 2005, 2010 e 2015 e reportando-se a Portugal, Portugal Continental, à região Norte, à sub-região do Ave e ao município de Vieira do Minho. Existe informação da maioria dos indicadores selecionados, para todos os anos escolhidos, sendo que no caso de Portugal Continental o ano de 1999 revela ausência de dados para alguns indicadores.

Quadro 16. Estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015

Estabelecimentos	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	1.772	1.561	395	25	3
2005	2.012	1.738	450	31	4
2010	2.011	1.741	441	30	3
2015	4.339	3.615	1.098	107	29

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000, 2006, 2011 e 2016.

A região Norte apresentava 22,3% dos estabelecimentos de Portugal e representava 25,3% dos estabelecimentos do Continente NUTS I. Já o Ave NUTS III, representava 6,3% dos estabelecimentos da região Norte e o município de Viera do Minho representava 12% dos estabelecimentos da sub-região do Ave, no ano de 1999 (Quadro 16).

Já no ano 2015, o Norte contribuía com 25,3% dos estabelecimentos de Portugal e 30,4% dos estabelecimentos do Continente NUTS I. Por seu turno, o Ave NUTS III, representava

9,7% dos estabelecimentos da região Norte e o município de Viera do Minho 27,1% dos estabelecimentos da sub-região do Ave.

No geral, podemos afirmar que as cinco entidades territoriais estudadas registaram um aumento do número de estabelecimentos hoteleiros, verificando-se um maior aumento do ano 2010 para o ano 2015, devido à alteração que existiu em 2008 do Regime Jurídico da instalação, exploração funcionamento dos empreendimentos turísticos (VILELA, 2017). Verifica-se ainda que a região Norte aumentou a sua percentagem em termos de número de estabelecimentos hoteleiros, assim como a sub-região do Ave. No que se refere ao município de Viera do Minho este aumentou a sua percentagem em relação ao Ave consideravelmente, passando de 12% para 27,1%, dos estabelecimentos da sub-região do Ave.

O Quadro 17 permite-nos saber o número de quartos existentes nas cinco entidades territoriais, devendo destacar-se que só existem dados para o ano de 1999, já que nos Anuários Estatísticos da Região Norte referentes aos anos 2005, 2010 e 2015, os dados são referentes somente aos estabelecimentos em espaço rural, ou seja, não fazem referência a hotéis ou residenciais.

Verifica-se que no ano de 1999, era Portugal Continental que tinha um maior número de quartos, localizando-se uma pequena percentagem na região Norte de Portugal. No município de Vieira do Minho registavam-se 62 quartos (Quadro 17).

Quadro 17. Número de quartos em estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, no ano 1999

Quartos	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	95.401	83.567	13.764	838	62

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000.

No PENT (Horizonte 2013-2015 – Governo de Portugal) assume-se uma alteração do perfil do consumidor, já que o consumidor devido à crise económica teve de gerir o seu consumo, dando atenção à relação quantidade/preço. Daí haver descidas pontuais em alguns indicadores, já que há menos procura turística em época de crise económica. Mas este fator faz com que os estabelecimentos compitam e ofereçam aos turistas preços mais diversos (VILELA, 2017).

O Quadro 18 mostra a capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros nas cinco entidades territoriais, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015. Verifica-se que do ano 1999

para o ano 2005, houve um aumento da capacidade de alojamento em todas as entidades territoriais, comparativamente com os restantes anos. No município de Vieira do Minho registou-se uma diminuição da capacidade de alojamento do ano 2005 para o ano 2010, devido à crise económica, que deverá ter levado ao encerramento de alojamentos. No ano 2015 houve um aumento acentuado da capacidade de alojamento, tanto no município como nas outras quatro entidades territoriais, devido à melhoria do setor económico, deixando de recorrer à ajuda externa.

Quadro 18. Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015

Capacidade de alojamento	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	216.828	192.773	28.485	1.709	124
2005	263.814	227.283	34.631	2.208	153
2010	279.506	241.941	38.386	2.452	119
2015	362.005	317.912	56.053	3.663	502

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000, 2006, 2011 e 2016.

Nos Quadros 19 e 20, podemos quantificar o número de dormidas e o número de hóspedes, respetivamente, que se registaram em 1999, 2005, 2010 e 2015 nas cinco entidades territoriais. Verificou-se um aumento tanto de dormidas como do número de hóspedes no decorrer dos anos. Ocorreu um aumento maior no passar do ano 2010 para o ano 2015, devido à melhoria da situação económica do país.

O município de Vieira do Minho duplicou o número de dormidas entre 1999 e 2015 e quase que duplicou também o número de hóspedes, mas ainda é um número aquém do desejado. A entidade Sol do Ave tem estado a intervir como agente de desenvolvimento ativo e participativo no processo de mudança e de modernização do território, tendo contribuído para a evolução que correu. Esta entidade visa contribuir para a promoção do desenvolvimento integrado do Vale do Ave “adotando práticas de trabalho em rede e de relacionamentos de proximidade, promovendo iniciativas mais inovadoras, inclusivas e de reforço da coesão territorial, materializando uma postura de responsabilidade social” (http://www.soldoave.pt/jupgrade/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=305, consultado a 2/01/2018).

Quadro 19. Dormidas em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015

Dormidas	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	32.728.061	27.441.027	2.994.353	209.623	12.528
2005	35.520.631	28.746.617	3.438.518	236.804	13.875
2010	37.391.291	31.362.735	4.437.756	282.823	14.564
2015	53.074.176	44.709.708	7.001.899	346.323	30.100

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000, 2006, 2011 e 2016.

Quadro 20. Hóspedes em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Vieira do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015

Hóspedes	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	9.182.603	8.993.641	1.674.471	116.168	7.495
2005	11.469.314	10.140.406	1.925.667	134.993	7.759
2010	13.537.040	12.212.779	2.545.911	183.925	8.411
2015	19.161.180	17.421.868	3.882.255	209.538	14.169

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000, 2006, 2011 e 2016.

Pode-se afirmar que o número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros não teve um aumento maior, porque o “alojamento gratuito de familiares ou amigos consolidou-se como tipo de alojamento preferido dos residentes, cabendo-lhe 37,3 milhões de dormidas, o correspondente a 45,6% do total (44,9% em 2015)” (INE, 2017, p. 6).

Tanto o Quadro 19 como o 20 fornecem-nos a evolução do número de dormidas e de hóspedes nos anos em estudo. De uma forma global, e não divergindo dos quadros anteriores e mesmo dos que se seguem, o número tem vindo a aumentar.

Em Portugal, os resultados obtidos para o ano de 2016 confirmam que o turismo é a maior atividade económica do país: atendendo a todos os meios de alojamento turístico (hotelaria, alojamento local, turismo em espaço rural e turismo de habitação), “o número de hóspedes totalizou 21,3 milhões e as dormidas 59,1 milhões, com as dormidas dos não residentes e dos residentes a apresentaram face ao ano anterior uma evolução positiva” (INE, 2017, p. 16).

A leitura do Quadro 21 permite-nos saber o número médio de noites que os turistas passaram nos estabelecimentos hoteleiros nos anos de 1999, 2005, 2010 e 2015. A tendência geral de Portugal foi de uma diminuição de noites, pois em 1999 a tendência era de pernoitar quase 4 noites e em 2015 era de 3 noites. Já no caso de Portugal Continental, região Norte, sub-região do Ave e no município de Vieira do Minho, houve uma diminuição de noites em 2010

seguida de um aumento em 2015, devido à crise orçamental de que se falou anteriormente. Ainda assim, as pessoas só passam um máximo de duas noites nos estabelecimentos hoteleiros.

Quadro 21. Estada média (número de noites) em alojamentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Vieira do Minho, nos anos 1999, 2005, 2010 e 2015

Estada média	Portugal	Continente	Norte	Ave	Vieira do Minho
1999	3,6	-	1,8	1,8	1,7
2005	3,1	2,8	1,8	1,8	1,8
2010	2,8	2,6	1,7	1,5	1,7
2015	3,3	3	2,1	1,9	2,4

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000, 2006, 2011 e 2016.

Como referem as Estatísticas do Turismo 2016 (INE, 2017), as dormidas aumentaram em todas as regiões de forma significativa. E de acordo com o “Inquérito às Deslocações dos Residentes, 4,54 milhões de residentes em Portugal efetuaram, pelo menos, uma deslocação com dormida fora da sua residência habitual em 2016, o equivalente a 44,1% da população residente (43,3% em 2015)” (INE, 2017, p. 5).

O Banco de Portugal divulgou recentemente informação sobre a Balança de pagamentos, onde se salienta que houve um “aumento de 12,7% do saldo da rubrica Viagens e Turismo em 2016, acima da variação de +10,8% em 2015” (INE, 2017, p. 25), o que indica que Portugal está a ser competitivo no setor turístico.

As dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual de 1999, 2005, 2010 e 2015 permite-nos conhecer as origens dos turistas que visitam anualmente o nosso país, a região norte, a sub-região do Ave e o município de Vieira do Minho. Esta análise vai variando, principalmente ao analisar os países da União Europeia, já que se tem que ter em consideração que o número de países pertencentes foi aumentando ao longo dos anos. Ainda neste aspeto podemos reter o facto de no início se fazer uma abordagem apenas à União Europeia e aos Estados Unidos da América, mas posteriormente alargou-se esta análise à África, à América (onde se englobaram os EUA), à Ásia e à Oceânia. Daí no Quadro 20, faltar informação de alguns países.

Por último, usámos os mesmos quatro períodos em termos de análise - 1999, 2005, 2010 e 2015 (Quadros 22, 23, 24 e 25).

Quadro 22. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Vieira do Minho, segundo o país de residência, no ano 1999

1999	Alguns países da União Europeia							E.U.A.
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	4.272.041	810.340	720.817	370.914	339.529	258.101	925.728	294.549
Continente	-	-	-	-	-	-	-	-
Norte	1.125.095	58.462	144.547	63.969	53.378	25.146	51.609	23.246
Ave	82.415	3.893	8.456	3.848	2.718	1.698	3.647	2.509
Vieira do Minho	5.571	322	159	72	43	326	321	196

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2000.

No ano 1999, e de acordo com os dados do Quadro 22, a maioria de dormidas nas cinco entidades territoriais foram realizadas por portugueses, sendo que os Britânicos e os Alemães também procuraram muito o nosso país. Já a sub-região do Ave foi procurada por espanhóis e o município de Vieira do Minho por turistas dos Países Baixos e Alemanha.

Quadro 23. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Vieira do Minho, segundo o país de residência no ano 2005

2005	Alguns países da União Europeia							E.U.A.
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	11.647.747	3.898.469	2.726.015	1.111.643	723.353	1.679.343	7.378.185	578.826
Continente	10.361.693	2.503.728	2.467.055	862.359	678.806	1.487.764	5.756.127	516.646
Norte	2.159.037	101.843	394.981	124.111	84.118	47.067	149.296	37.889
Ave	159.010	6.471	22.746	10.655	5.856	2.158	6.455	2.820
Vieira do Minho	11.477	397	302	172	9	290	465	104

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2006.

No ano 2005, Portugal e Portugal Continental registaram mais dormidas de portugueses mas também de turistas do Reino Unido, Alemanha e Espanha. Já a região do Norte foi visitada por espanhóis e britânicos, e a sub-região do Ave por espanhóis e franceses, e o município de Vieira do Minho por britânicos e alemães (Quadro 23).

No Quadro 24, referente ao ano 2010, verificamos que os britânicos são os que dormiam em maior número em Portugal e em Portugal Continental, seguidos dos alemães e

espanhóis. Por seu turno, na região Norte e sub-região do Ave são os espanhóis e franceses, e no município de Vieira do Minho os que residem em Espanha e nos Países Baixos.

Quadro 24. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Vieira do Minho, segundo o país de residência, no ano 2010

2010	Alguns países da União Europeia							E.U.A.
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	13.783.084	3.279.012	3.277.782	1.619.416	869.313	1.843.369	5.494.953	576.819
Continente	12.406.731	2.103.587	3.097.300	1.284.166	797.365	1.596.490	4.308.516	528.297
Norte	2.511.052	139.611	566.311	233.348	121.675	76.634	123.680	54.975
Ave	189.610	8.106	27.106	12.373	6.556	3.879	3.978	2.592
Vieira do Minho	11.448	392	779	316	9	514	280	133

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2011.

No ano 2015, Quadro 25, temos a falta de dados de alguns países, devido ao referido no início da análise do Quadro 20, tendo em consideração que o número de países pertencentes à UE foi aumentando ao longo dos anos. Mas podemos ver que em Portugal existe um maior número de dormidas de portugueses, seguida dos britânicos. Em contrapartida em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região do Ave e no município de Vieira do Minho temos mais dormidas de portugueses, seguidos dos espanhóis.

Quadro 25. Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros em Portugal, Continente NUTS I, Norte NUTS II, Ave NUTS III e no município de Viera do Minho, segundo o país de residência, no ano 2015

2015	Alguns países da União Europeia							E.U.A.
	Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	8.092.533	1.224.983	1.660.594	1.270.607	-	-	1.796.545	-
Continente	7.622.627	911.054	1.601.067	1.108.870	-	-	1.513.164	-
Norte	2.116.279	144.076	443.132	269.831	-	-	100.677	-
Ave	136.501	4.437	21.419	11.807	-	-	3.635	-
Vieira do Minho	10.073	491	790	493	-	-	378	-

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte, INE, Porto, 2016.

Os motivos do viajar dos portugueses são os seguintes: no ano 2016, o “lazer, recreio ou férias continuou a motivar o maior número de residentes a realizar viagens turísticas (3,2

milhões), o equivalente a 31,5% da população residente (30,1% em 2015). A visita a familiares ou amigos foi o segundo motivo mais determinante, justificando a deslocação de 2,2 milhões de indivíduos, ou seja, 21,4% da população residente (tal como em 2015). Ainda em 2016, viajaram 539,2 mil indivíduos por motivos profissionais ou de negócios, o que representou 5,2% do total da população residente (5,1% em 2015)” (INE, 2017, p. 31).

6.2. O que oferece o Norte de Portugal e quais as características dos turistas do Porto e Norte

Um ponto importante de que falaremos neste sub-*item* é o alojamento turístico que oferece o Norte de Portugal Continental, e pode dizer-se que a região Norte aposta quase metade do seu território no mercado de turismo, na reabilitação de edificado já existente, não criando novos edifícios, mas utilizando o já existente, isto no período 2011-2016 (INE, 2017).

O Norte tem um grande potencial para desenvolver a Estratégia para o Turismo 2027, já que possui duas prioridades: a valorização do território e o impulsionamento da economia, através da potenciação económica do património natural e rural e da qualificação da oferta (INE, 2017).

A região Norte “mantinha em 2016 a maior oferta de alojamentos turísticos e registou no período 2013-2016 uma taxa de crescimento médio anual de 9,9%” (INE, 2017, p. 31).

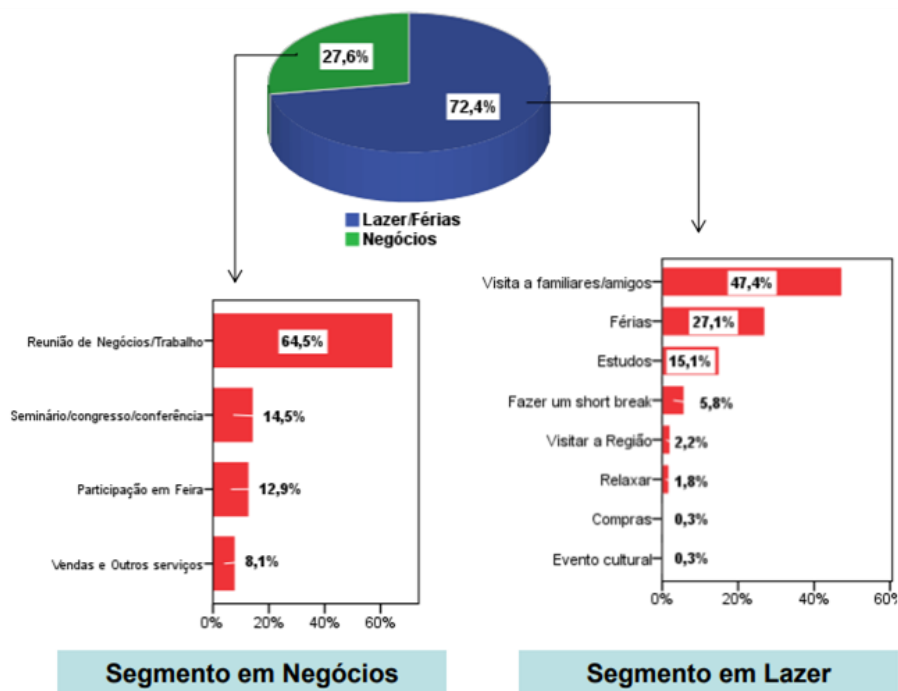
No período 2013-2016, o ritmo de crescimento da capacidade de alojamento turístico em áreas predominantemente rurais foi quase três vezes superior ao que se verificou em áreas predominantemente urbanas (INE, 2017). Neste período também houve um aumento de dormidas no Norte e Alentejo, sendo que o Norte registou uma subida de 25,7% de dormidas, em estabelecimentos de turismo no espaço rural e turismo de habitação (INE, 2017).

Atendendo à localização do nosso município no Norte de Portugal e que está próximo do Porto, torna-se pertinente consultar a Entidade Regional de “Turismo do Porto e Norte de Portugal”, que surgiu no âmbito do novo regime jurídico (Lei n.º33/2013, de 16 de Maio). Esta entidade tem como fim promover e gerir a atividade turística do Porto e do Norte de Portugal Continental (<http://www.portoenorte.pt/>, consultado a 13/07/2017).

Os turistas que visitam o Porto e o Norte de Portugal têm, na maioria das vezes, como motivo da sua visita o lazer ou as férias, sendo que há uma pequena percentagem que refere motivos de negócios (<http://www.portoenorte.pt/>, consultado a 13/07/2017).

Verifica-se que no 4º trimestre de 2012, os turistas do segmento de lazer, têm como motivo da sua visita, na grande maioria, a visita a familiares e amigos, enquanto que, no segmento dos negócios, o seu motivo é de reuniões de negócios e trabalho (Figura 16).

Figura 16. Motivos dos turistas que visitam o Porto e Norte (4º trimestre 2012)



Fonte: Perfil dos turistas do Porto e Norte de Portugal, 4º Trimestre de 2012, p. 3.

Os motivos para escolher o Porto e o Norte de Portugal são a beleza natural, a gastronomia, o património, o alojamento, o clima, a cultura, o preço e a localização entre outros, o que nos mostra que o Norte tem diversos motivos para ser desenvolvido turisticamente (<http://www.portoenorte.pt/client/files/0000000001/1951.pdf>, consultado a 13/07/2017).

Os turistas, na sua maioria, dormem no Porto, mas também se deslocam para os municípios circundantes como Braga, Viana do Castelo e Guimarães. Verifica-se que os turistas que dormem no Porto, dormem maioritariamente em hotéis e casas de amigos, enquanto que aqueles que se deslocam para outros municípios do Norte, dormem na grande maioria em casas de amigos ou familiares. Os visitantes também costumam viajar acompanhados, em grupos de duas ou três pessoas.

Os turistas costumam utilizar a internet para organizar as férias, utilizando cada vez menos as agências de viagem, sendo que a sua antecedência de reserva é de entre 2 a 3

semanas. Os visitantes gastam, no máximo, nas suas visitas 700 euros, e para se deslocarem, o meio de transporte que mais utilizam é a pé ou em carros de familiares ou de amigos.

Os turistas, na sua maioria, vêm dos países vizinhos como França e Espanha, havendo alguns casos de turistas provenientes de Inglaterra, Alemanha, Holanda e Itália. Também ficam satisfeitos de forma a recomendar a amigos, que visitem o Norte de Portugal.

Os turistas têm, na sua maioria, entre 19 e 25 anos, sendo que também há turistas no grupo etário dos 31 aos 40 anos e dos 26 a 30 anos (<http://www.portoenorte.pt/client/files/0000000001/1951.pdf>, consultado a 13/07/2017).

6.3. O turismo no município de Vieira do Minho

O turismo no município de Vieira do Minho tem de ser visto como uma oportunidade de potencializar um conjunto de recursos endógenos associados a fatores como o clima, a qualidade ambiental, paisagística e cultural, as condições de segurança, e a acessibilidade e prestação de um conjunto de serviços de qualidade (PDM, 2011).

Em termos de enquadramento do plano sectorial para o turismo, o Plano Estratégico Nacional do Turismo definiu, em meados dos anos de 2000, dez tipologias de produtos: Sol e Mar, Touring Cultural e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-Estar, Golfe, Resorts Integrados e Turismo Residencial, Gastronomia e Vinhos, sobre as quais deve recair a aposta estratégica do turismo nacional. Destas dez tipologias destacamos o Turismo de Natureza, *Tours* de Vinho e Gastronomia e *Touring* cultural e paisagístico, como tendo possibilidades de desenvolvimento no contexto do concelho de Vieira do Minho (PDM, 2011 e Turismo de Portugal, 2008).

Após definir a tipologia de produtos que pode oferecer Vieira do Minho, e depois de anteriormente se ter feito um estudo de vários indicadores de turismo, a nível de Portugal, Continente, NUTS II Ave e o município em estudo considerou-se ser apropriado comparar o município de Vieira do Minho com os outros municípios que pertencem à sub-região do Ave.

No Quadro 25, temos a capacidade de alojamento na sub-região do Ave e nos municípios que constituem esta região. O Ave foi aumentado a sua capacidade ao longo dos anos, as aconteceu o mesmo nos municípios que o constituem.

O município de Guimarães é aquele que revelou ter uma maior capacidade de alojamento, e o município em estudo, o de Vieira do Minho, aparece a seguir como sendo um dos municípios do Ave, que tem mais capacidade de alojamento (Quadro 26).

Quadro 26. Capacidade de alojamento da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015

NUTS e Concelhos	2013	2014	2015
Ave	...	3 230	3 663
Cabeceiras de Basto	69	...	88
Fafe	262	267	378
Guimarães	1 707	1 824	1 983
Mondim de Basto
Póvoa de Lanhoso	148	168	211
Vieira do Minho	352	437	502
Vila Nova de Famalicão	339	370	372
Vizela	0	0	...

Nota: Inclui estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local. Não há informação para alguns municípios e para alguns anos.

Fonte: Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, ano 2015.

No Quadro 26, temos o número de dormidas na NUTS II Ave e nos municípios que a constituem, sendo que o município de Guimarães é o que mais se destaca, totalizando quase o número de dormidas da sub-região do Ave, e aparece o município de Vieira do Minho, em segundo lugar em termos de dormidas.

Quadro 27. Dormidas da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015

NUTS e Concelhos	2013	2014	2015
Ave	...	310 808	346 323
Cabeceiras de Basto	1 528	...	4 284
Fafe	14 038	19 020	29 150
Guimarães	178 429	208 987	222 534
Mondim de Basto
Póvoa de Lanhoso	9 304	10 491	11 924
Vieira do Minho	22 645	26 408	30 100
Vila Nova de Famalicão	13 129	15 315	18 655
Vizela	192

Nota: Inclui estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local. Para alguns municípios ou para alguns anos não há informação.

Fonte: Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, ano 2015.

O município em estudo tem mais dormidas do que o município de Vila Nova de Famalicão e o de Fafe e quase que duplica o número de dormidas de cada um dos municípios (Quadro 27).

Quadro 28. Número de hóspedes da NUTS II Ave e de os municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015

NUTS e Concelhos	2013	2014	2015
Ave	...	186 443	209 538
Cabeceiras de Basto	638	...	1 923
Fafe	8 861	11 876	16 617
Guimarães	110 558	129 441	141 946
Mondim de Basto
Póvoa de Lanhoso	4 924	6 284	7 064
Vieira do Minho	12 209	13 003	14 169
Vila Nova de Famalicão	6 569	8 221	10 266
Vizela	18

Nota: Inclui estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local. Para alguns municípios ou para alguns anos não há informação.

Fonte: Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, ano 2015.

O número de hóspedes também aumentou ao longo dos anos, tanto na sub-região do Ave como nos municípios que a constituem. O número de hóspedes também foi mais elevado no município de Guimarães, totalizando mais da metade dos da NUTS II Ave, no ano 2015. Já o município de Vieira do Minho encontra-se em terceiro lugar no número de hóspedes ficando atrás de Guimarães e de Fafe (Quadro 28).

Quadro 29. Estadia média (nº de noites) da NUTS II Ave e dos municípios que a constituem, no ano 2013, 2014 e 2015

NUTS e Concelhos	2013	2014	2015
Ave	...	1,7	1,7
Cabeceiras de Basto	2,4	...	2,2
Fafe	1,6	1,6	1,8
Guimarães	1,6	1,6	1,6
Mondim de Basto
Póvoa de Lanhoso	1,9	1,7	1,7
Vieira do Minho	1,9	2,0	2,1
Vila Nova de Famalicão	2,0	1,9	1,8
Vizela	10,7

Nota: Inclui estabelecimentos hoteleiros, turismo no espaço rural e novas unidades de alojamento local. Para alguns municípios ou para alguns anos não há informação.

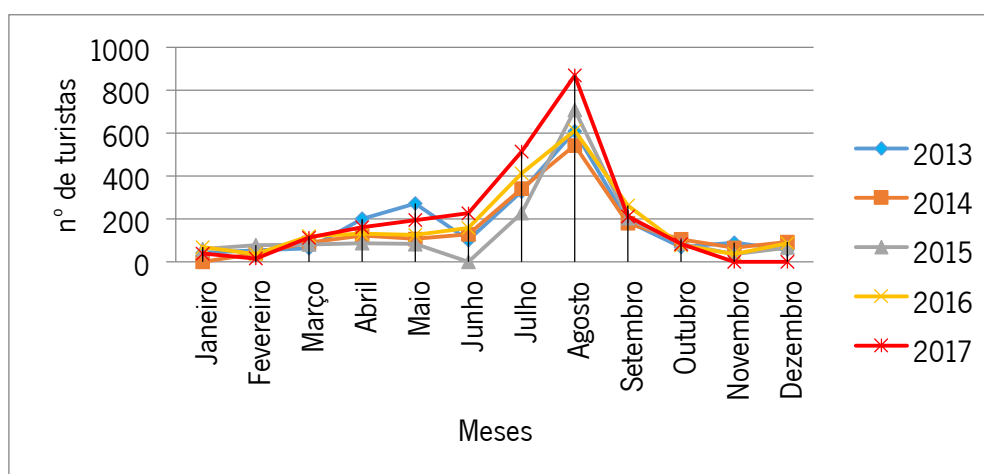
Fonte: Anual - INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria, ano 2015.

No Quadro 29, temos a estadia média dos turistas nos 8 municípios que constituem a sub-região do Ave, e temos que na sub-região do Ave o número de dias que permaneceram foi de 1,7 tanto em 2014 como em 2015. Já no município de Guimarães foi de 1,6 nos três anos em estudo, mas no município de Vieira do Minho os turistas ao longo dos três anos em estudo, têm aumentado progressivamente a sua estadia média.

No ano 2015, o município de Vieira do Minho revelou uma estadia média de 2,1 dias, valor que só foi superado pelo município de Cabeceiras de Basto, que no ano 2015, revelou uma estadia média de 2,2, mas neste município a média diminuiu ao longo dos anos (Quadro 29).

Para o município de Vieira do Minho, além dos dados publicados no Anuário Estatístico da Região Norte e no INE, não se encontraram dados publicados sobre a atividade turística, recolhidos anualmente por parte do Posto de Turismo ou pela Câmara Municipal de Vieira do Minho.

Figura 17. Número de turistas que visitaram o posto de turismo nos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 por mês



Nota: Na Figura 10 no mês de Junho do ano de 2015, não foram registadas visitas de turistas, porque o posto de turismo esteve encerrado. Não há dados dos meses de Novembro e Dezembro do ano de 2017.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos pelo Posto de Turismo de Vieira do Minho entre 2013 e 2017.

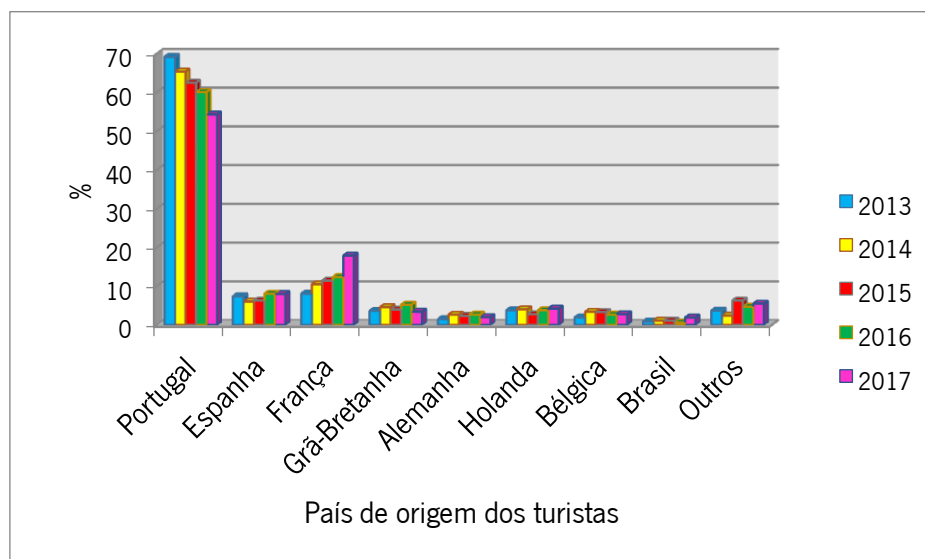
Não obstante, após algumas visitas ao Posto de Turismo de Vieira do Minho para aferir que estudos realizavam no âmbito do turismo no município, ficámos a saber que é realizado um levantamento do número de visitantes e do seu país de origem.

Os dados estudados a seguir foram cedidos pelo Posto de Turismo, e podemos verificar que recebe turistas durante todo o ano, sendo os meses de Julho, Agosto e Setembro os que

têm uma maior presença de visitantes, sendo o mês de Agosto o que se destaca (Figura 17). Este facto deve-se ao clima, já que interfere em diversos aspetos da vida humana (PDM, 2011).

A maioria dos turistas que visitam o Posto de Turismo de Vieira do Minho são residentes em Portugal, sobressaindo a França e a Espanha a seguir à proveniência de Portugal.

Figura 18. Percentagem de turistas que visitou o posto de turismo, perante o país de origem nos anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017



Nota: Na Figura 9, onde temos o grupo residual “outros” como país de origem referimo-nos à Itália, Suíça, Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, EUA, Canadá, Japão, Áustria, Irlanda e Luxemburgo.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos pelo Posto de Turismo de Vieira do Minho entre 2013 e 2017.

O município recebe turistas de diferentes países, mas os que mais se destacam são os de origem francesa e espanhola. Também se pode constatar que tem um número de visitas elevado de turistas residentes na Grã-Bretanha, na Alemanha, na Holanda e na Bélgica (Figura 18).

Em suma, o nosso país recebe turistas de várias partes do mundo e o município de Vieira do Minho é procurado sobretudo por franceses, espanhóis, ingleses, holandeses, brasileiros, italianos, gregos, estado-unidenses, canadianos, japoneses, chineses, dinamarqueses e finlandeses, embora ainda tenham muito pouca expressão. E destacam-se os meses de verão, como os meses com um maior número de turistas, fator que acontece também a nível nacional, já que no ano 2016, em 40 municípios portugueses, mais de metade das dormidas ocorreram entre julho e setembro. A nível nacional 37,9% das dormidas registaram-se nestes meses (INE, 2017b).

6.4. Notas conclusivas

No presente capítulo fez-se a análise dos dados recolhidos a partir de fontes secundárias, mediante os quais estudamos as diferentes entidades territoriais de Portugal a nível nacional, regional, sub-regional e do município de Vieira do Minho. Após a seleção dos dados fez-se uma análise a nível de municípios da sub-região do Ave e finalmente uma análises do município, sendo que para analisar o município de Vieira do Minho, teve-se em conta os dados fornecidos pelo posto de turismo.

Ao longo do capítulo observou-se que entre o ano 2010 e o de 2015 houve um aumento significativo do número de estabelecimentos hoteleiros, tanto a nível do país, da região, da sub-região e do município (Quadro 15). A partir deste facto também ocorreu um aumento da capacidade dos alojamentos, do número de dormidas, do número de hóspedes e da estadia média de noites, sendo que a do município foi a mais significativa, (Quadro 17, 18, 19 e 20). Este fato deve-se à passagem da crise financeira e ao aumento do turismo um pouco por todo o território.

Verificou-se que tanto em Portugal como no município, segundo dados do Anuário Estatístico da Região Norte e do posto de turismo de Vieira do Minho, o número de turistas portugueses é mais significativo do que o número de turistas estrangeiros, ainda que recebem muitos turistas ingleses, alemães e espanhóis. Isto significa que se deve encontrar uma estratégia que promova mais o município fora de Portugal.

Verificou-se que o concelho de Vieira do Minho é um dos concelhos da sub-região do Ave que tem uma maior capacidade de alojamento, de dormidas e de número de hóspedes. Já ao nível de estadia média, o município de Guimarães apresenta 1,6 noites, valor mais baixo que o do concelho de Cabeceiras de Basto com 2,2 e até mesmo que o do concelho de Vieira do Minho com 2,1, no ano 2015 (Quadro 28), o que indica que os turistas ficam mais tempo em Cabeceiras de Basto e Viera do Minho, do que em Guimarães.

Os turistas procuram o Norte de Portugal porque possui paisagens de elevada beleza natural, pelos produtos gastronómicos, pelo clima ameno e pela cultura. O Norte tem um grande potencial para desenvolver a estratégia para o Turismo 2027, porque tem e valoriza o património natural e rural e qualifica a sua oferta. Também é o Norte a região que tem uma maior oferta de alojamentos turísticos e aumentou a capacidade dos alojamentos.

CAPÍTULO 7 - Análise de conteúdo das entrevistas

Neste capítulo são analisados os dados recolhidos através de entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas aos agentes municipais e locais do município em estudo. Além de agentes municipais, como o presidente da câmara e o vereador da economia temos os presidentes de junta de freguesia de Ruivães e Campos, Louredo e Rossas, e ainda se realizaram entrevistas a membros de oito associações do município. As associações escolhidas representam a defesa das raças autóctones e a promoção da cultura.

7.1. Análise de conteúdo

A análise de conteúdo prende-se com o “interesse pela compreensão através das palavras, das imagens, dos textos e dos discursos: descrever e interpretar opiniões, estereótipos, representações, mecanismos de influência, evoluções individuais e sociais” (BARDIN, 1977, p. 7).

Trata-se de uma técnica que é necessária quando se usam dados de cariz qualitativo e que se enquadra nas doze entrevistas que foram realizadas aos agentes locais e municipais.

Existem dois tipos de entrevistas: as entrevistas “não diretivas de uma ou duas horas, que necessitam de uma prática psicológica confirmada, ou entrevistas semidirectivas (também chamadas com plano, com guia, com grelha, focalizadas, semiestruturadas), mais curtas e mais fáceis” (BARDIN, 1977, p. 89). O tipo de entrevista que foi utilizada neste estudo foi a semidirectiva, porque foi utilizado um guião flexível e adaptável às eventualidades da linguagem produzida em situação de inquérito (MOTA, 2014).

As entrevistas realizadas foram registadas em registo áudio, foram transcritas integralmente e analisadas. A análise de conteúdo foi realizada com o recurso ao método lógico-dedutivo, que é diferente a análise da pesquisa compreensiva, mas é mais fácil para a criação de textos escritos e curtos (GUERRA, 2006). E como as entrevistas que temos são curtas, a análise mais adequada do nosso ponto de vista é a análise de conteúdo lógico-dedutivo.

Tendo por base a perspectiva de GUERRA (2006), o guião de entrevista foi impresso e deixou-se espaço na margem esquerda e direita para fazer anotações das mesmas. “Na margem esquerda regista-se uma pequena análise da narrativa (análise temática) e na margem direita a

relação mais conceptual com o modelo da análise (análise problemática)” (GUERRA, 2006, p. 70).

7.2. Análise das entrevistas aos agentes municipais e locais

O inquérito por entrevista semiestruturada ou semidirectiva realizada aos agentes municipais e locais do município de Vieira do Minho, realizou-se no início do mês de Janeiro de 2018. Os principais objetivos das entrevistas eram saber qual a perspectiva dos agentes municipais e locais sobre o património tangível e o património intangível existente nas freguesias do município de Vieira do Minho e como estes recursos podem ser transformados em produtos turísticos.

Elaborou-se uma listagem das entidades a ser entrevistadas e escolheram-se 8 associações das 65 existentes no município, mas só obtivemos resposta de 7, que foram seleccionadas porque detinham como objetivo preservar raças autóctones e porque querem preservar a cultura e as tradições. O guião de entrevista foi o mesmo para todas as entidades. O presidente da CJUCA (Clube Juvenil do Cávado ao Ave), nunca se mostrou disponível para realizar a entrevista em causa.

A duração média das entrevistas foi de 15 minutos, e a entrevistadora apresentou-se como estudante da Universidade do Minho que estava a elaborar a sua dissertação de Mestrado em Geografia – Planeamento e Gestão do Território.

O guião serviu como orientador das entrevistas e foi dada liberdade ao entrevistado para falar livremente, sem limitação de tempo, podendo assim exprimir as suas ideias, perceções e sentimentos. Para ser mais fácil de identificar os autores das narrativas, utilizou-se a seguinte forma:

Presidente da Câmara para o presidente da câmara municipal de Vieira do Minho; Vereador da economia para o vereador da economia da câmara municipal; Presidente de Louredo para o presidente da junta de freguesia de Louredo; Presidente de Ruivães e Campos para o presidente da junta de freguesia de Ruivães e Campos; Presidente de Rossas para o presidente da junta de freguesia de Rossas; Veterinária da ACERG para a veterinária da Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana; Presidente da ADIR para o presidente da Associação Defensores dos Interesses de Rossas; Presidente da ACRPB para o presidente da Associação Cultural e Recreativa de Parada de Bouro; Presidente da ADLL para o presidente da

Associação para Desenvolvimento Local de Lamalonga; Sócio da CAVA para o sócio do Club Amigos de Vieira; Vice-presidente da Pedalar Vieira para o vice-presidente da Associação Pedalar Vieira e por último Presidente da APIFC para o presidente da Associação de Preservação da Identidade da Freguesia de Campos.

7.2.1. Principais recursos naturais, físicos, patrimoniais, arqueológicos ou financeiros que existem no município de Vieira do Minho

Começou-se por perguntar aos nossos entrevistados Questão a) - “Que recursos naturais, físicos, patrimoniais, arqueológicos ou financeiros considera que existem no município de Vieira do Minho? E quais são os mais importantes do seu ponto de vista e que podem ser transformados em produtos turísticos?”.

A maioria considerou mais importantes os recursos naturais, já que todos eles mencionaram a Serra da Cabreira e as quatro barragens ou também mencionadas “espelhos de água” como mencionou o presidente da APIFC. O presidente da câmara considerou que o município tem um vasto património geológico na Serra da Cabreira e que não está a ser explorado, e que “(...) o património geológico é da idade da pedra” o que poderia vir a ser um património histórico. Também deu ênfase à “(...) atividade ligada a exploração de volfrâmio, já que muitos residentes do limite do município, como é o caso da junção de freguesias de Ruivães e Campos”, deslocavam-se para as Minas da Borralha para explorar este recurso. O presidente da ADLL, também mencionou a procura das minas por parte dos turistas.

Dos entrevistados alguns identificaram a gastronomia como produto turístico tendo o sócio da CAVA mencionado que o município tem uma “(...) gastronomia maravilhosa de produtos locais como o gado Barrosão, ou as couves tronchas ainda produzidas nos lameiros das aldeias” como um recurso turístico importante para o município, já que defendem que muitos turistas visitam o município pelas suas paisagens mas também pela gastronomia. Outras entidades mencionaram os canastos/espigueiros, moinhos e fornos comunitários, como é o caso do presidente da APIFC, a qual foi criada com esta finalidade, onde dão extrema importância ao ciclo do pão. Importa ainda referir que esta associação localiza-se na União de Freguesias de Ruivães e Campos, e que o agente em questão defende os bens patrimoniais da mesma freguesia.

O património religioso, os castros, as pontes romanas que são mencionados pelo presidente de Rossas, pelo presidente da ADIR, pelo vereador da economia e pelo presidente da ACRPB, devido a que em cada aldeia existe uma capela, uma igreja, alminhas ou um cruzeiro.

O município tem pontes que são reconhecidas, como é o caso da ponte da Misarela, do Saltadouro e da Lage, as quais só são mencionadas pelo presidente da APIFC, destacando que são muito visitadas porque têm uma história e lendas associadas.

Também se perguntou aos entrevistados, Questão b) – “Que produtos endógenos estão a ser utilizados como produtos turísticos?”. Esta pergunta que também obteve inúmeras respostas, sendo que alguns referiram o fumeiro, como é o caso do presidente de Ruivães e Campos, o presidente de Rossas, o presidente da ADLL e o sócio da CAVA.

Deste último retemos a seguinte narrativa: “(...) temos os produtos essencialmente agrícolas desenvolvidos em agricultura tradicional sustentável e a carne barrosã, o fumeiro, o leitão bísaro, o cozido com couves tronchas e o feijão amarelo”, dando assim ênfase aos produtos da região.

Nesta pergunta grande parte dos entrevistados respondeu que as aldeias que são consideradas Aldeias de Portugal também são um produto endógeno, o qual é muito procurado, tendo o vereador da economia referido “(...) as aldeias, as aldeias de Agra, de Louredo, Campos, Lamalonga e Espindo, que são as Aldeias de Portugal, e portanto também são outros pontos de interesse de quem nos visita” e o mesmo também refere “(...) a natureza, pois quem vem a Vieira do Minho, vem para descansar, e procura as casas de turismo precisamente para isso”.

O presidente da APIFC deu ênfase aos moinhos, canastros e fornos comunitários, e mencionou que “(...) temos um moinho, que é da junta de freguesia em Campos e temos outro que faz parte da junta de freguesia que é o que está em Ruivães no Poço das Traves”, ou seja que podem ser utilizados como produto turístico, porque não são privados e também que têm trilhos pedestres e as minas de volfrâmio na área da quebrada.

O presidente de Louredo referiu que “(...) a barragem da Caniçada é muito aproveitada” e a proximidade ao Parque Nacional da Peneda-Gerês e em contrapartida o vice-presidente da Pedalar Vieira referiu as barragens “(...) que estão a ser muito mal aproveitadas” e que se devia investir mais nestas. Alguns dos entrevistados também enfatizaram o artesanato, como é o caso do presidente de Rossas e o presidente da ACRPB o qual mencionou “(...) o cobre para aqueles que fazem alambiques, e aqui na freguesia de Parada de Bouro já existiu o artesanato que é a cestaria e que os mais novos não conseguem fazer”.

7.2.2 Perceção sobre o desenvolvimento do município de Vieira do Minho

Perguntou-se aos entrevistados Questão c) – “Do seu ponto de vista, como vê o desenvolvimento económico e social da última década, do município de Vieira do Minho?”.

Para esta pergunta obtivemos 9 respostas positivas e 3 negativas. Como respostas positivas tivemos a do presidente da câmara que considerou que a nível social houve um desenvolvimento considerável no município, enquanto em termos “(...) económicos o desenvolvimento foi mais lento, ainda que nos últimos quatro anos se tenha notado uma melhoria, que é fruto dos novos investimentos, que criaram mais atividades: atividade agrícola, florestal e turística”, porque, como refere o vereador da economia, é no turismo, na agricultura e na floresta que se deve investir, por causa da localização do concelho, que é interior. “Temos estruturas para isso” e não se aposta na indústria, devido à localização do município.

O presidente de Louredo referiu que não estava informado o suficiente sobre esta questão, mas ressaltou que a dívida do município está a diminuir o que indica que as coisas não estão mal. Por seu turno, o presidente de Rossas também afirmou que o município está no bom caminho, porque se tem desenvolvido, tanto a nível económico como a nível social e que “(...) têm sido aplicadas medidas para haver uma evolução positiva”.

No caso do presidente de Ruivães e Campos embora tenha denunciado dificuldade em responder à questão, recordou que a economia está a melhorar tendo no seu território alguns apicultores e alguns empreendedores que desenvolvem a pastorícia e a agricultura.

O presidente da ADLL mencionou que em termos sociais a população está a diminuir mas em termos económicos “estamos a melhorar, devido a uma maior oferta de trabalho e a um aumento do investimento do setor económico”, sendo a veterinária da ACERG da mesma opinião.

O sócio da CAVA recordou que o município acompanhou o desenvolvimento do país, ou seja, “(...) estamos a restabelecer a economia”.

Por seu turno, o presidente da ACRPB referiu que se melhorou tanto em termos económicos, com o investimento nas casas de turismo, como em termos sociais tem havido melhorias “(...) nomeadamente agora, nos últimos anos com a criação dos *call-center* em Vieira do Minho que trouxeram muita população para o município”.

Já o presidente da APIFC que gere um território no limite do município recordou que “(...) na última década foi a desertificação humana e penso que se tem feito muito pouco para

manter cá a população. Tem-se concentrado muito o emprego só em Vieira do Minho, na vila” e “lentamente estamos a morrer”.

O presidente da ADIR referiu que “(...) o concelho tem adormecido e que por mais vontade política que haja por parte dos diferentes presidentes da câmara e das juntas de freguesia, parece-me que nós relativamente a outros concelhos vizinhos, não temos caminhado tão bem ou de forma tão progressiva quanto, por exemplo, Cabeceiras de Basto ou Póvoa de Lanhoso, ou mesmo Fafe”.

O vice-presidente da Pedalar Vieira referiu que o município tem um desenvolvimento fraco já que “(...) a nível de turismo melhorou-se um pouco, mas podia-se ter desenvolvido muito mais”.

7.2.3. Identificação da atividade económica mais explorada do município

Perguntou-se aos entrevistados Questão d) – “Para o município ter um desenvolvimento mais sustentável, qual é a área que deve ser mais explorada no município (agricultura, artesanato, turismo, serviços, romarias,...)?”.

Esta pergunta obteve respostas que foram unânimes, já que todos os entrevistados consideraram que todas elas se devem complementar, mas como refere o presidente da câmara “(...) o motor deve ser o turismo, de forma a alavancar todo o desenvolvimento económico do concelho, sendo que ao desenvolver o turismo teremos de que o alavancar nas demais áreas, como na agricultura, na floresta e no artesanato, porque fazem parte dos nossos usos e costumes (...)”.

O presidente da APIFC considerou que o principal foco tem que ser o turismo, depois a agricultura e que também se podia desenvolver a indústria, mas criando cooperativas agrícolas, devido a que a mais próxima é a de Boticas e que seria fundamental ter serviços e até produção, mais precisamente no limite do município, porque como refere nem toda a população “(...) tem vocação para a agricultura, para o turismo (...)”.

O presidente de Ruivães e Campos ressaltou que a juventude deve apostar no turismo, em projetos agrícolas, porque “(...) os jovens devem apostar na agricultura (...)”.

Os três elementos fundamentais para um desenvolvimento mais sustentável na perspetiva do presidente de Louredo é a agricultura e o turismo e a indústria.

O presidente de Rossas destacou que o município não pode fugir à agricultura e ao turismo porque “(...) somos um concelho do interior”, daí o município dever apostar “essencialmente na agricultura, no artesanato e no turismo”.

O presidente da ADLL referiu o turismo mas não descurou as romarias, porque preservam os costumes e as tradições. Já o presidente da ADIR referiu as romarias como temporais, ou seja “efémeras”, e o município deve apostar em setores que sejam duradouros, como é o caso da agricultura, da pecuária e do turismo.

Por último o presidente da ACRPB referiu que são áreas nas quais o município está a apostar, porque em termos turísticos o município é muito procurado pela serra da Cabreira e pelas barragens, em termos agrícolas existe a feira Agro Vieira e na pecuária há muitos produtores de gado bobino de raça barrosa.

No seguimento da pergunta anterior, perguntou-se aos entrevistados o “Porquê? O que pode fazer a população para contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado? E o que pode fazer a autarquia e o setor privado?”

A pergunta foi difícil de responder para algumas entidades locais, Já as entidades municipais, como é o caso do presidente da câmara, referiu o esforço já feito pela população porque a mesma é “afável e acolhedora, e também é dinâmica”.

A autarquia tem ajudado as associações no apoio logístico e na afixação de população criando postos de emprego. O vereador da economia defendeu que a população deve criar novas empresas e referiu que a câmara ajudará sempre na “elaboração de candidaturas, no direcionamento de pessoas para candidaturas e para acesso a fundos comunitários” e também levando a cabo cursos de formação junto dos agricultores e empresas.

O presidente da APIFC defendeu que a população deve apoiar o turismo e criar estratégias de marketing e de divulgação, enquanto a ajuda autárquica deve direcionar-se para apoio financeiro a projetos (o município podia apoiar mais 20% para criar incentivos), como ao “nível da gastronomia, que podiam apoiar mais”. Também destacou que a autarquia devia ajudar a construir um restaurante na periferia do município, porque as pessoas têm que andar quilómetros e quilómetros para comer ou têm que deslocar-se a outro município.

O presidente de Ruivães e Campos considerou que os jovens devem apostar na agricultura e no turismo. Já a junta de freguesia pode ajudar cedendo baldios para completarem os projetos agrícolas.

O presidente de Louredo assumiu que a população pode ajudar, se continuar no município, e referiu que a autarquia pode ajudar em termos monetários. Por seu turno, o presidente de Rossas destacou que os jovens devem “(...) criar o seu próprio emprego, quer seja na agricultura, no turismo, e explorar as áreas que são mais importantes”. E em termos de setor privado, frisou que deviam apostar em criar comércio e serviços.

O presidente da ADLL, mencionou que a população ajuda se fizer eventos e a autarquia “(...) tem que ajudar na promoção dos eventos e ajudar financeiramente”.

Paralelamente, o presidente da ADIR defendeu que a população que vive do rendimento de reinserção social deveria trabalhar algumas horas para compensar o subsídio que recebe, defendendo ainda que “(...) todos somos seres humanos, temos direito à subsistência, mas também temos deveres, e considero que fazemos parte de um concelho no qual os direitos são muitos e os deveres são poucos”. E no que se refere ao setor privado não existe praticamente nada.

Também o sócio da CAVA se pronunciou dizendo que a população deve apostar no comércio de pequena dimensão e que a câmara teria que ajudar na constituição de empresas e na sua promoção.

A veterinária da ACERG defendeu que a população deve continuar a investir na pecuária e que a autarquia deve continuar a ajudar os jovens agricultores.

O vice-presidente da Pedalar Vieira afirmou que a “(...) população deve continuar a ser muito hospitaleira. Somos uma população que recebe bem os turistas” e defendeu que o município deve investir mais no turismo, investindo na difusão e que se deve explorar mais a floresta, definindo “percursos pedestres, de BTT e afins”.

Por último, o presidente da ACRPB defendeu que a população se devia associar, de forma a criar cooperativas, porque todos produzem e ninguém dá o seu produto a conhecer e em termos de autarquia defendeu que já faz o necessário e só se investe na vila ou no parque industrial de Pepim, porque nenhum privado se atreve a investir nas aldeias em redor.

7.2.4. Identificação do património do município com mais potencial turístico

Para identificar a perspetiva dos agentes municipais e locais do município de Vieira do Minho, considerou-se ser pertinente fazer a seguinte Questão e) – “No município existem produtos artesanais, património de arquitetura popular, arqueológico, civil e históricos. Qual

destes considera que tem mais potencial para um desenvolvimento sustentável turístico do município?" (consultar Quadro 30).

Quadro 30. Produtos que os agentes consideram que têm mais potencial para um desenvolvimento sustentável turístico no município de Viera do Minho

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	1
Vereador da economia	2
Presidente de Ruivães e Campos	3
Presidente de Louredo	4
Presidente de Rossas	1
Presidente da APIFC	1
Presidente da ADLL	3
Presidente da ADIR	5
Sócio da CAVA	1
Veterinária da ACERG	6
Vice-presidente da Pedalar Vieira	1
Presidente da ACRPB	1

Nota: Para efeitos de hierarquização do potencial dos produtos existentes no município, foi atribuída uma importância ao património perante as respostas dos agentes municipais e locais, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 - todos eles;

Categoria 2 - gastronomia e artesanato;

Categoria 3 – património histórico;

Categoria 4 – artesanato, cultura e património natural;

Categoria 5 – artesanato;

Categoria 6 – raças autóctones.

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

A maioria dos entrevistados mencionou que são todos os produtos, tanto os artesanais, como o património de arquitetura popular, arqueológico, civil e histórico, ou seja, todos eles são considerados com potencial para promover um desenvolvimento turístico sustentável. Existem alguns agentes municipais e locais que consideram importante a gastronomia como produto turístico sustentável e que pode ser aproveitado como complemento, já que os turistas podem visitar todas as variedades de produtos turísticos mas nas horas das refeições também gostam de aproveitar e provar os produtos da região e os pratos típicos.

O presidente de Ruivães e Campos mencionou que na união de freguesias existe um pelourinho, a ponte da Misarela, a ponte do Saltador e recentemente as minas de volfrâmio, aos quais dá muita importância, por ser património histórico. E a veterinária da ACERG considerou oportuno utilizar as raças autóctones, como é o caso dos Garranos e utilizá-los para realizar passeios pela serra da Cabreira.

7.2.5. Identificação das freguesias mais e menos visitadas

Os entrevistados foram confrontados com a Questão f) – “De todas as freguesias do município de Vieira do Minho, quais são as mais e as menos visitadas pelos turistas? Porquê?”, cuja informação obtida se sistematiza no Quadro 31.

Quadro 31. Freguesias que os agentes municipais e locais consideram que são mais visitadas pelos turistas

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	2
Vereador da economia	2
Presidente de Ruivães e Campos	3
Presidente de Louredo	4
Presidente de Rossas	4
Presidente da APIFC	1
Presidente da ADLL	1
Presidente da ADIR	1
Sócio da CAVA	1
Veterinária da ACERG	2
Vice-presidente da Pedalar Vieira	2
Presidente da ACRPB	4

Nota: Para efeitos de hierarquização das freguesias que são mais visitadas pelos turistas, foi atribuída uma importância às freguesias perante as respostas dos agentes municipais e locais, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 – aldeias de Portugal (Campos, Lamalonga, Espindo, Louredo e Agra);

Categoria 2 – aldeias de Portugal e o centro da vila;

Categoria 3 – aldeias de Portugal e as aldeias envolventes;

Categoria 4 – aldeias de Portugal e as barragens.

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

Como se pode verificar tendo por base o Quadro 31, todos os entrevistados falaram das Aldeias de Portugal como as mais procuradas pelos turistas, ainda que também tenham referido o centro da vila e as barragens.

O porquê de procurarem mais estes locais, como refere o presidente da câmara, é porque as aldeias turísticas de Campos, Lamalonga, Espindo, Louredo e Agra são as mais visitadas porque são as que “têm de fato um maior património arquitetónico”, porque “são as mais divulgadas e onde o património arquitetónico está mais preservado (...) e são aldeias mais antigas” como refere o vereador da economia. Também o presidente da ADIR mencionou “(...) o sossego e a paz”, que do seu ponto de vista é o que as pessoas procuram para descansar.

O vice-presidente da Pedalar Viera acredita que a vila é mais visitada por causa “(...) das romarias e das festas que são feitas anualmente”, já que acredita que a autarquia e a população só se foca nas festas.

Considerou-se ser oportuno perguntar, na sequência da questão anterior, qual é a visão que têm sobre os turistas, como por exemplo, a Questão f1) – “São portugueses ou estrangeiros? De onde vêm?”; Questão f2) – “Em que época do ano vêm? Que locais visitam? Quais são as suas principais motivações de visita e o que visitam?”; Questão f3) – “Considera que há infraestruturas de apoio aos visitantes? Quanto tempo permanecem?”; Questão f4) – “Que tipo de alojamento e meio de transporte utilizam?” e por último Questão f5) – “Qual é o gasto médio que fazem os visitantes?”.

Os entrevistados concordaram que eram mais portugueses, sendo que recentemente verificam um aumento de turistas estrangeiros e que são mais espanhóis, franceses, alemães e brasileiros. Todos concordaram que os turistas vêm mais no verão, mas também vêm nas épocas altas como no natal e na páscoa. Pode-se dizer que a informação dada pelos entrevistados vai de encontro aos dados extraídos do INE, como se pode verificar no Quadro 25, onde temos o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros no ano 2015 e verifica-se um maior número de dormidas de turistas vindos da Espanha.

No que diz respeito à pergunta dos recursos e elementos que visitam os turistas, as respostas foram muito diversificadas, predominando a categoria 1, que se refere às albufeiras e à natureza, seguindo-se a categoria 4, que corresponde ao sossego (Quadro 32).

Do ponto de vista do presidente da câmara, as albufeiras e a natureza poderão ser a principal razão devido “às condições climáticas, à topografia e à morfologia existentes”, bem como ao sossego.

Quadro 32. Motivações dos turistas que vêm visitar o município de Vieira do Minho na perspetiva dos agentes

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	1
Vereador da economia	2
Presidente de Ruivães e Campos	3
Presidente de Louredo	1
Presidente de Rossas	1
Presidente da APIFC	1
Presidente da ADLL	1
Presidente da ADIR	4
Sócio da CAVA	5
Veterinária da ACERG	4
Vice-presidente da Pedalar Vieira	4
Presidente da ACRPB	1

Nota: Para efeitos de hierarquização das motivações de visita o que visitam, foi atribuída uma importância as freguesias perante as respostas dos agentes municipais e locais, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 – Albufeiras e natureza;

Categoria 2 – Gastronomia e natureza;

Categoria 3 – Aldeias turísticas e a natureza;

Categoria 4 – Pelo sossego;

Categoria 5 – Cultura ancestral e gastronomia.

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

No que se refere à pergunta se os agentes consideram que há suficientes infraestruturas de apoio aos turistas e o tempo que estes permanecem no destino, a maioria dos entrevistados referiram que existem várias infraestruturas e suficientes, mas só se focaram nas casas de habitação, avançando com 160 casas de habitação para receção de turistas. O vice-presidente da Pedalar Viera destacou que no município não existem hotéis e que as casas de habitação são caras para as pessoas que viajam sozinhas.

No que se refere ao tempo que permanecem no município, a maioria é de opinião que os portugueses visitam o município aos fins-de-semana e que os outros permanecem mais tempo, podendo ir até uma semana. Já o gasto médio que fazem, parece ser uma incógnita, sendo que alguns referiram que é de aproximadamente 50 euros por pessoa e por dia (o presidente da câmara, o presidente de Rossas e o presidente da ACRPB). Outros foram mais

modestos no montante, como o sócio da CAVA, que acreditava que não excedia os 40 euros por pessoa e por dia. A dormida e a alimentação foram os elementos mais destacados em termos de gastos.

Os agentes locais concordaram que o automóvel é o meio de transporte utilizado pelos turistas, devido à falta de meios de transporte no município e à escassez de horários. Já o alojamento que utilizam é preferencialmente o alojamento local, o turismo de habitação e o parque de campismo.

7.2.6. Identificação dos territórios que concorrem com Vieira do Minho

Também foi pedido aos agentes municipais e locais para se pronunciarem sobre a sua perspetiva no âmbito da Questão g) – “Quais são os municípios/cidades/aldeias que diretamente concorrem com Vieira do Minho, a nível nacional e regional?”

A maioria dos entrevistados considerou os municípios limítrofes como concorrentes em termos de turismo com o município de Vieira do Minho (Quadro 33), porque são de opinião de que possuem paisagens similares, onde no “geral, a cultura é a mesma”, como referiu o presidente da APIFC. O vice-presidente insistiu que o município não é mais competitivo porque se investe pouco na divulgação, ao contrário dos municípios limítrofes, como é o caso do município de Terras de Bouro, com a freguesia de Vilar da Veiga e Campo do Gerês e o município de Cabeceiras de Basto.

O presidente da Câmara manifestou que o município não tem concorrentes a nível turístico, já que “o nosso turismo é muito específico. Temos uma região muito específica e as nossas características são específicas”. O presidente de Ruivães e Campos foi da opinião de que não há concorrência turística, porque só depende “do turista e dos seus interesses” e o presidente de Louredo defendeu que o município está muito desenvolvido em termos turísticos.

Neste ponto é importante referir que o município tem as aldeias consideradas “Aldeias de Portugal”, as quais concorrem diretamente com outras aldeias do município. As aldeias do município que têm o título de “Aldeias de Portugal” são Campos, Lamalonga, Espindo, Louredo e Agra, como foi mencionado anteriormente. Sendo que três destas aldeias se localizam na União de Freguesias de Ruivães e Campos, o que indica que a União de Freguesias de Ruivães e Campos, tem um potencial turístico devido as aldeias de Lamalonga, Campos e Espindo.

Quadro 33. Municípios, cidades e aldeias que concorrem diretamente com o município de Vieira do Minho na perspetiva dos agentes

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	1
Vereador da economia	2
Presidente de Ruivães e Campos	1
Presidente de Louredo	3
Presidente de Rossas	4
Presidente da APIFC	4
Presidente da ADLL	4
Presidente da ADIR	4
Sócio da CAVA	4
Veterinária da ACERG	2
Vice-presidente da Pedalar Vieira	4
Presidente da ACRPB	4

Nota: Para efeitos de hierarquização dos municípios, cidades e aldeias que concorrem com o município de Vieira do Minho, foi atribuída uma importância às freguesias perante as respostas dos agentes municipais e locais, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 – não tem concorrentes;

Categoria 2 – Gerês (Terras de Bouro);

Categoria 3 – Algarve;

Categoria 4 – municípios limítrofes (Pitões de Júnias, Póvoa de Lanhoso, Cabeceiras de Basto, Montalegre, Terras de Bouro, Braga e Guimarães).

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

Deve-se ainda referir que nenhum dos entrevistados achou relevante o facto de o município ter aldeias com título e reconhecidas como sendo aldeias concorrentes para as demais aldeias do município.

Para se perceber qual é o produto turístico predominante no município, perguntou-se aos entrevistados o seguinte: Questão h) – “Que produto turístico predominante oferece Vieira do Minho? Que outros produtos o podem complementar?”.

Sete dos doze entrevistados mencionaram que o município tem como produto turístico predominante a serra da Cabreira, com os percursos que nela existem, tanto a nível pedestre como de BTT e também as barragens, já que o município tem um teleski na barragem do Ermal e tem o barco Brancelhe na barragem da Caniçada. As barragens também são procuradas no

verão pelos turistas para usufruir de banhos refrescantes e para se bronzear num ambiente de montanha.

Quadro 34. Produtos que oferece o município de Vieira do Minho na perspetiva dos agentes municipais e locais

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	1
Vereador da economia	1
Presidente de Ruivães e Campos	2
Presidente de Louredo	1
Presidente de Rossas	3
Presidente da APIFC	1
Presidente da ADLL	4
Presidente da ADIR	4
Sócio da CAVA	4
Veterinária da ACERG	1
Vice-presidente da Pedalar Vieira	1
Presidente da ACRPB	1

Nota: Para efeitos de hierarquização dos produtos turísticos que oferece o município de Vieira do Minho, segundo a perceção dos agentes municipais e locais, foi atribuída uma importância aos produtos, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 – serra da Cabreira e as albufeiras;

Categoria 2 – espigueiros, fornos comunitários e os moinhos;

Categoria 3 – produtos artesanais como o cobre, cestaria e latoaria);

Categoria 4 – fumeiro (gastronomia).

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

Para complementar os produtos turísticos predominantes, os agentes locais consideraram que se pode complementar com as casas de turismo rural, com a visita de monumentos existentes nas diversas aldeias das diferentes freguesias e também com a visita das aldeias que estão inseridas no grupo das “Aldeias de Portugal”. A gastronomia também é importante como produto complementar, ainda que na entrevista o presidente da ADLL, o presidente da ADIR e o sócio da CAVA, acreditassem que é um produto turístico. No meu ponto de vista a gastronomia deve ser encarada como um complemento, sendo predominante o interesse pela cultura, pela paisagem e pelas tradições.

O presidente de Rossas acredita que, se os munícipes apostarem na criação de produtos locais formando, assim, uma marca própria, esta poderá atrair turistas, tal como acontece em outros locais, nomeadamente o Gerês.

No caso da União de Freguesias de Ruivães e Campos pode-se dizer que tem nas suas aldeias casas de turismo rural, o que é importante, porque como referem os agentes locais e municipais, as casas de turismo rural podem ser um complemento para o turismo. E também tem uma localização favorável, já que se localiza numa zona de fácil acesso ao Talefe, área mais alta da Serra da Cabreira, que é muito procurada, principalmente na altura do inverno quando tem neve.

Por último, questionaram-se os agentes municipais e locais sobre o futuro na Questão i) – “O que considera que pode ser desenvolvido nos próximos cinco anos em termos de produto turístico?” (Questão 35).

Como se pode observar no Quadro 35, a categoria que foi mais escolhida foi a de criação de percursos pedestres e de desportos radicais, porque os entrevistados acreditam que a maioria dos turistas procura percursos pedestres inseridos na natureza para usufruir do sossego e da vegetação que se pode encontrar na Serra da Cabreira. Também para os turistas que procuram desportos radicais, destacam-se os circuitos de BTT e a pista de canoagem.

Do meu ponto de vista a articulação dos agentes turísticos é importante, como defende o presidente da câmara, já que se os agentes turísticos se articularem podem levar a cabo a criação de restaurantes na periferia e também poderiam fazer uma melhor e maior divulgação dos pontos turísticos existentes no município e com isso criar os percursos pedestres que muitos defendem que se deveriam criar.

Neste ponto é importante referir que a União de Freguesias de Ruivães e Campos pode ser um ponto estratégico, se o município fizesse um acordo com o município vizinho nomeadamente, Montalegre, no âmbito de desenvolverem em conjunto, atividades turísticas com a finalidade de visitar as Minas da Borralha, que foram muito importantes para a população de Campos e Lamalonga, já que era o maior empregador da zona fora a agricultura.

Tendo em conta as propostas dos agentes municipais e locais, é importante referir, que seria do interesse do município ter um restaurante na união de freguesias em estudo, porque muitos dos turistas que visitam as aldeias de Espindo, Campos e Lamalonga, como não têm restaurantes perto, deslocam-se para o município de Montalegre, mais precisamente Salto.

Quadro 35. O que pode ser desenvolvido em termos de produto turístico na perspetiva dos agentes municipais e locais

Agentes municipais e locais	Categoria
Presidente da câmara	1
Vereador da economia	2
Presidente de Ruivães e Campos	3
Presidente de Louredo	4
Presidente de Rossas	1
Presidente da APIFC	3
Presidente da ADLL	1
Presidente da ADIR	5
Sócio da CAVA	3
Veterinária da ACERG	6
Vice-presidente da Pedalar Vieira	3
Presidente da ACRPB	2

Nota: Para efeitos de hierarquização do que pensão os agentes municipais e locais do que pode ser desenvolvido nos próximos cinco anos em termos de produto turístico, fez-se uso da escala seguinte:

Categoria 1 – articular os agentes turísticos;

Categoria 2 – circuitos de BTT e pista de canoagem;

Categoria 3 – percursos pedestres e desportos radicais;

Categoria 4 – criar restaurantes na periferia do município e circuitos de BTT;

Categoria 5 – dar importância ao Monte Castelo;

Categoria 6 – divulgar os pontos turísticos e sinalizar mais percursos pedestres.

Fonte: Elaboração própria com base no guião das entrevistas realizadas no mês de Janeiro de 2018.

7.3. Notas conclusivas

Tendo por base as entrevistas realizadas aos agentes municipais e locais estes revelaram conhecer bem o seu município e as freguesias com as quais têm mais ligação, já que identificaram, com facilidade, o património existente no município ou na freguesia onde residem.

Os objetivos da investigação realizada passaram por caracterizar o património tangível e intangível existente no município e na União de Freguesias de Ruivães e Campos, tendo a maioria dos entrevistados concedido mais valor à Serra da Cabreira e às barragens os quais pertencem ao património tangível e ao património material natural. A União de Freguesias de

Ruivães e Campos tem que apostar na Serra da Cabreira e no seu ponto mais alto, o Talefe, porque é a freguesia que se localiza mais próxima deste ponto.

Alguns dos entrevistados deram maior valor ao património móvel e outros ao património imóvel. O presidente da câmara acredita que existe um vasto património geológico na serra da Cabreira que devia ser explorado como recurso turístico, mas também deu destaque à história recente, já que menciona as Minas da Borralha, do concelho vizinho, Montalegre, onde muitos residentes da periferia do município trabalharam no período de funcionamento das minas.

Nalguns casos os entrevistados referiram a arquitetura popular como sendo um património que teria potencial para cativar os turistas, como referiu o presidente da APIFC, na antiga freguesia de Campos, que agora faz parte da união de freguesias de Ruivães e Campos, querem desenvolver um projeto denominado “Rota do Pão” para um público maior, onde vão dar relevância aos moinhos para moer o milho e aos fornos comunitários para elaborar as broas, como se fazia antigamente. Deste modo a União de Freguesias de Ruivães e Campos estará a promover uma atividade turística que pode abranger turistas de diferentes fchas etárias.

Podemos concluir que o município tem pontes com história, pontes romanas importantes, tem barragens muito procuradas por causa do teleski e do barco Brancelhe, tem produtos artesanais como é o caso da latoaria, cestaria ou o trabalho no cobre, ainda que se esteja a perder esta tradição, tem canastos/espigueiros, moinhos e na união de freguesias de Ruivães e Campos tem fornos comunitários. É verdade que a maioria dos moinhos e dos canastos são de propriedade privada, mas localizam-se em lugares que podem ser observados pelos turistas.

Em suma, se o município aumentar os seus produtos turísticos, se investir em desportos radicais, se dispersar os seus serviços para as áreas limítrofes do município, como é o caso da União de Freguesias de Ruivães e Campos, se aumentar os seus percursos pedestres no território da serra poderia ganhar outro tipo de capacidade de atração de turistas. Para tal, além do apoio da autarquia há que convocar o investimento privado.

Capítulo 8 - A importância dos recursos endógenos como potenciadores do turismo no município de Vieira do Minho

No presente capítulo damos ênfase aos principais recursos endógenos do município de Vieira do Minho e das freguesias que o constituem. A todos eles já lhes foi acrescentado valor, mas nem todos foram transformados em produtos turísticos. Após transformá-los em produtos turísticos, estaremos a valorizá-los, podendo contribuir para que os visitantes os queiram visitar.

Para tal fez-se o levantamento dos equipamentos nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018, com a aplicação MEO Drive.

8.1. Caracterização dos recursos endógenos consoante a freguesia que constitui o município de Vieira do Minho

Antes de mais devemos diferenciar sete modalidades turísticas que se podem encontrar no município de Vieira do Minho e nas freguesias que o constituem (Figura 19). Em todas as freguesias pode-se praticar o turismo religioso devido ao espólio existente em termos de igrejas ou capelas.

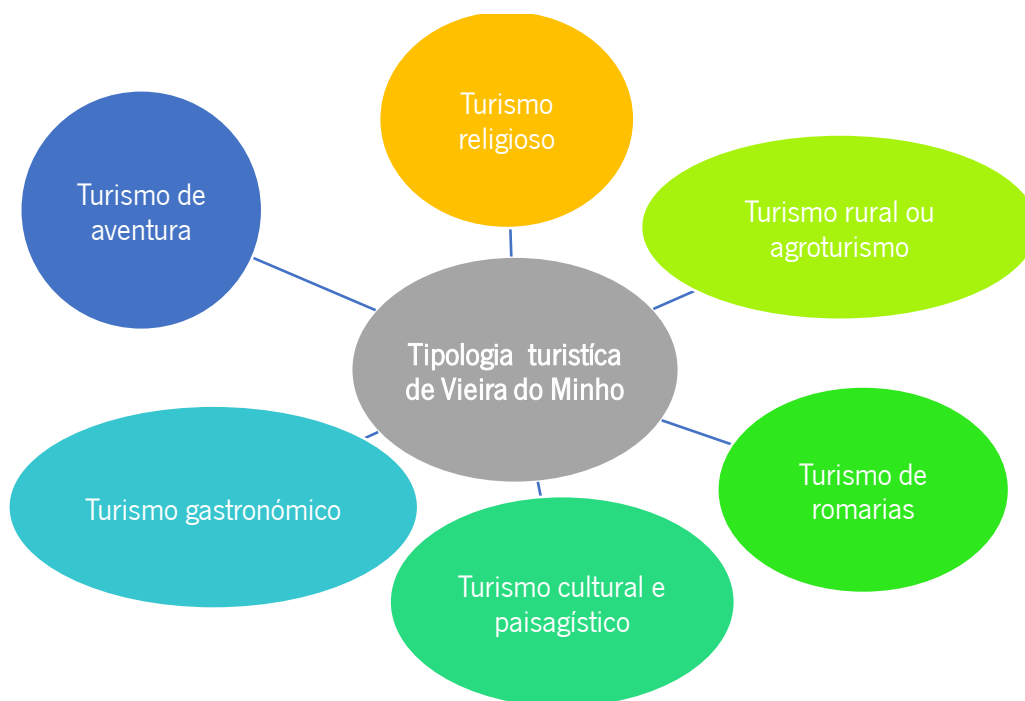
Todas as freguesias, com exceção de duas (Eira Vedra e Vieira do Minho), que são designadas por mediamente urbanas, podem por em prática o turismo rural ou agroturismo onde é possível um contacto mais genuíno com a natureza, com atividade agrícola e com as tradições locais, através da hospedagem em habitações rurais e familiares. Este tipo de turismo também pode encerrar a participação dos visitantes nas atividades agrícolas, com destaque para o cuidar dos animais e dos cultivos.

No turismo de romarias destacam-se as festividades, que na grande maioria se realizam no verão, com o intuito de louvar o santo padroeiro.

O turismo cultural e paisagístico também se pode realizar em todas as aldeias, já que todas elas têm edifícios e construções antigas, que eram utilizados no dia-a-dia dos habitantes como meio de subsistência.

Nas aldeias também se pode praticar o turismo de aventura, em específico, na freguesia da Caniçada, onde se localiza a albufeira do Ermal, e onde se pode praticar o teleski, o passeio de barco e a pesca. Nas demais freguesias também se pode praticar o BTT, os passeios pedestres inclusive passeios a cavalo.

Figura 19. Tipologia turística de Vieira do Minho



Fonte: Elaboração própria tendo por base o levantamento realizado.

Por último, e não menos importante temos o turismo gastronómico, porque todos os municípios têm um produto gastronómico particular da região. O vieirense tem por base os sabores rurais e serranos, de modo que aproveita os produtos endógenos que possibilitam a confeção de iguarias tentadoras. Uma das iguarias são as Couves com Feijões, cozidos juntamente com o presunto e enchidos. Outros pratos típicos são a vitela barrosã assada no forno, o cabrito, o anho, os barquinhos, as rabanadas, o leite-creme e o pudim.

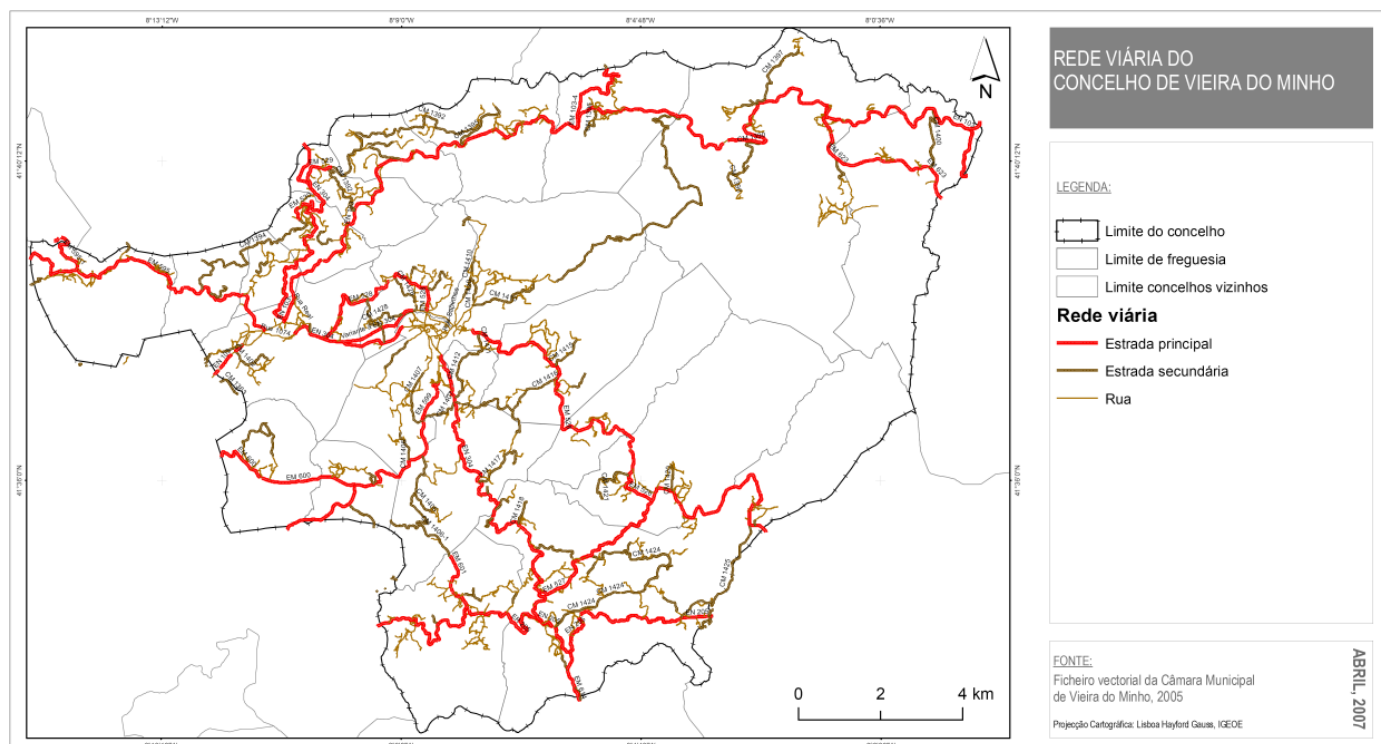
Na União de Freguesias de Ruivães e Campos pode-se usufruir do turismo religioso, já que tem igrejas, capelas, cruzeiros e alminhas, como se poderá verificar ao longo do capítulo. Mas também se pode usufruir de turismo rural ou agroturismo, devido a ter várias casas de turismo.

8.2. Levantamento dos recursos endógenos das freguesias que constituem o município de Vieira do Minho

Antes de mais temos que referir que o município de Vieira do Minho como mencionámos anteriormente é de transição, entre o litoral de forte cariz urbano como Braga e o interior, mais rural e de montanha como é o caso de Trás-os-Montes. O município tem problemas de acessibilidade e de mobilidade para a população, e para piorar esta situação possui uma topografia e tipologia de povoamento disperso que ainda acentua mais os problemas de acessibilidade (PDM, 2011).

É premente que o município tenha uma melhor rede de infraestruturas viárias, de forma a melhorar as ligações e a acessibilidade, as quais são fundamentais para revitalizar o tecido tanto social como económico. A rede viária é um dos fatores primordiais para a fixação dos munícipes e para o desenvolvimento local, e para tal tem que estar em bom estado de conservação para melhorar a mobilidade tanto no interior do concelho como com os seus concelhos vizinhos (PDM, 2011) (Figura 20).

Figura 20. Rede viária do município de Vieira do Minho em 2005



Fonte: Camara Municipal de Vieira do Minho (2011).

Na Figura 20, temos a rede viária do município com ligação aos municípios limítrofes. Este possui três ligações principais:

- **EN 103**, a “qual atravessa o concelho na sua parte setentrional, circundando parte do Vale do Cavado, estabelecendo as ligações com Braga para poente e com Montalegre e Chaves para nascente. É a principal via que atravessa o concelho;
- **EN 205** que se desenvolve na parte mais meridional do concelho, na direção poente e que estabelece a ligação com a Povoia de Lanhoso e Cabeceiras de Basto;
- **EN 304** que se desenvolve na direção sudeste-noroeste e através da qual fica estabelecida a ligação com Terras de Bouro, ao longo de um panorâmico percurso sobre a Albufeira da Caniçada” (PDM, 2011, p.168).

E tem outras vias que são de nível municipal e florestal, que têm uma importância notável tendo em atenção a sua extensão e os acessos que permitem, como se pode verificar na Figura 20.

O levantamento realizou-se no decorrer dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano 2018 e tentou-se cobrir todas as freguesias do município. Ao longo destes três meses realizou-se o levantamento de 1.216 equipamentos patrimoniais.

Diagnosticámos, na freguesia de Louredo, um empreendimento turístico que está a ser construído e que foi inserido no mapa como “bairro” (Figura 21).

Como se irá verificar ao longo do capítulo, a maioria dos equipamentos que foram levantados geograficamente são equipamentos de arquitetura popular, que por sua vez, fazem parte do património cultural imóvel.

O município tem uma forte presença de canastros/espigueiros, fontanários e equipamentos religiosos, como por exemplo, alminhas, cruzeiros, capelas e igrejas, devido a que todas as freguesias possuem uma igreja e no caso das uniões de freguesia, estas passaram a ter duas igrejas.

Realizou-se o levantamento dos bebedoiros, porque tendo em causa que o município só possui duas freguesias denominadas de áreas mediantemente urbanas, é importante referenciar os bebedoiros, já que são utilizados pelos animais para beber água e são feitos na grande maioria com pedra típica da região.

Todas as freguesias possuem paisagens deslumbrantes, quer sejam, campos verdes ou aglomerados habitacionais rústicos.

Quadro 36. Levantamento dos equipamentos patrimoniais

Património	nº de equipamentos
Alambique	1
Alminhas	101
Auditório	1
Bairro	1
Barco brancelhe	1
Teleski	1
Bebedoiro	15
Caminho romano	8
Campo de campismo	1
Campo de jogo	2
Canastro/espigueiro	524
Capela	52
Carvalho centenário	1
Casa com brasão	1
Casa da força	1
Cascata	5
Chafariz	1
Cruzeiro	38
Escultura	4
Estádio municipal	1
Fontanário	181
Fonte	3
Forno	2
Igreja	24
Lagar de azeitona	3
Mina	1
Miradouro	3
Moinhos	68
Esculturas	3
Museu	2
Paisagem	1
Palanque da música	9
Parque de lazer	10
Parque de merendas	17
Pelourinho	4
Poça	3
Ponte da Misarela	1
Ponte romana	19
Praça	3
Praia fluvial	2
Santuário	3
Tanque	86

Fonte: Elaboração própria com base no levantamento realizado nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

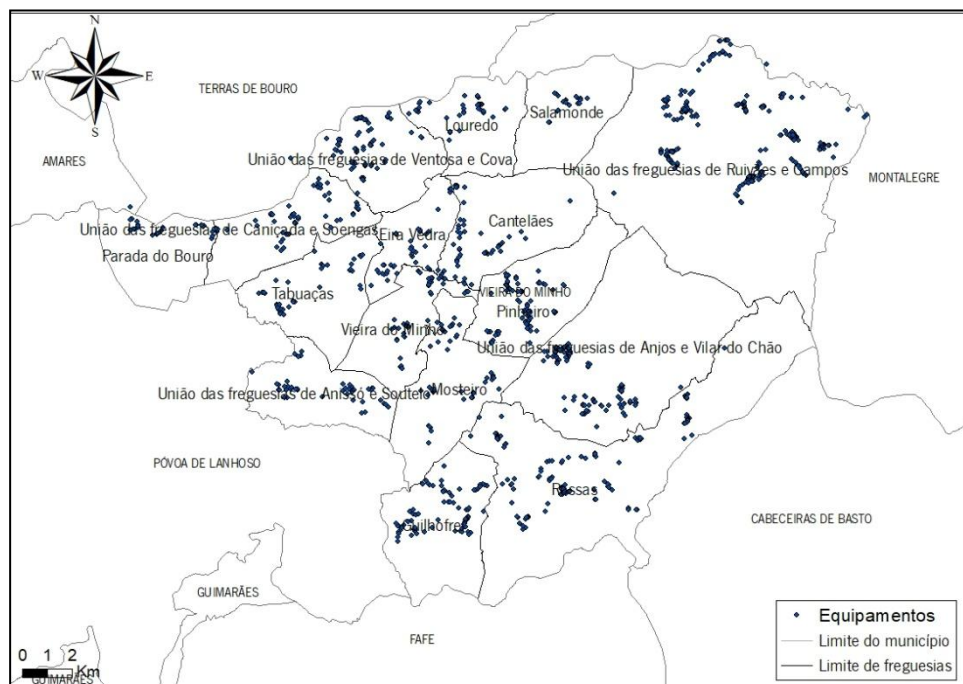
Figura 21. Empreendimento turístico em construção e paisagem, localizados na freguesia de Louredo



Fonte: Fotografias tiradas pela autora em 20/02/2018.

Na Figura 22 temos a localização de todos os equipamentos que foram georreferenciados com a aplicação “MEO Drive” no município de Vieira do Minho.

Figura 22. Localização dos equipamentos no município de Vieira do Minho



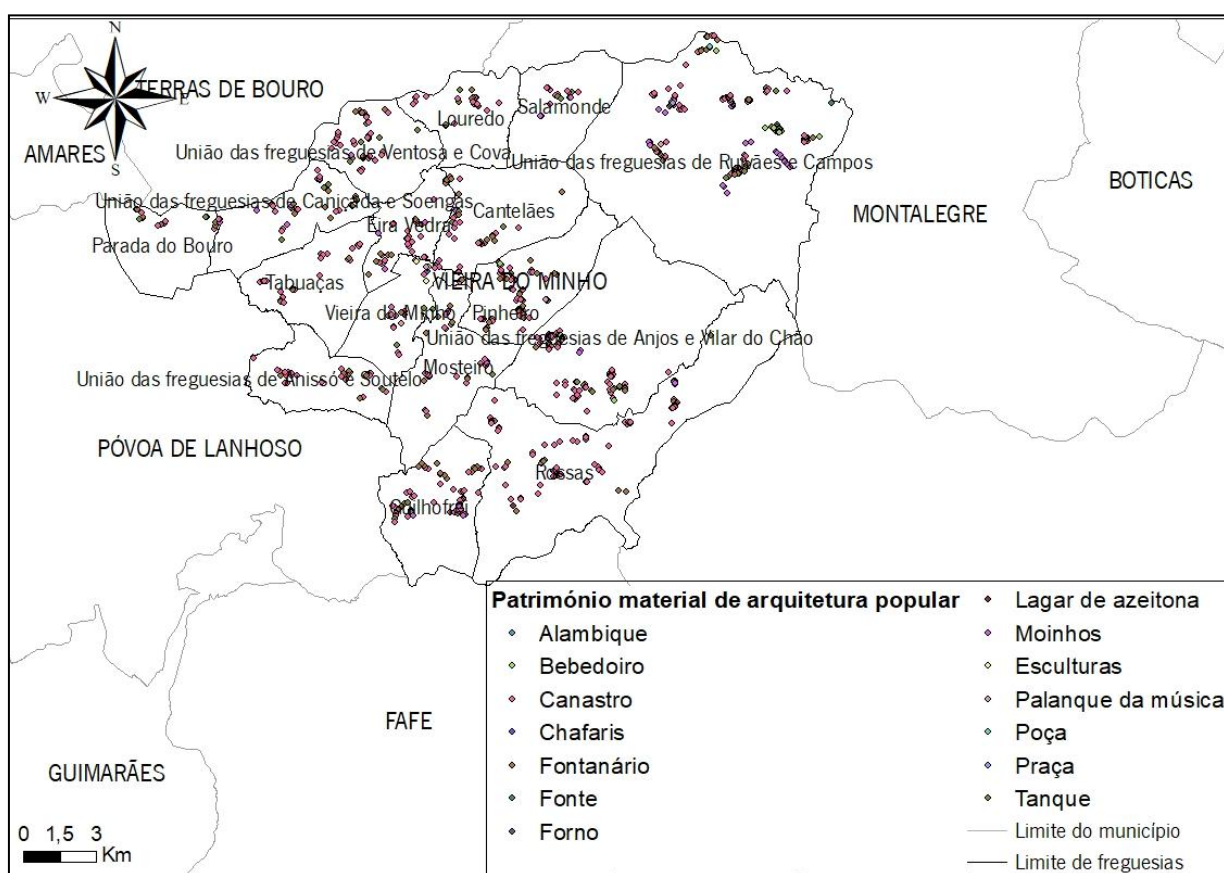
Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e no levantamento realizado nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

Verifica-se uma maior presença de equipamentos nas áreas próximas da freguesia de Vieira do Minho coincidindo com a sede de município.

Pode-se observar que na União de Freguesias de Ruivães e Campos se encontram vários equipamentos, os quais estão distribuídos na grande maioria nos centros das aldeias.

Na Figura 23 está representado o património de arquitetura popular, denotam-se uma grande concentração de canastos/espigueiros no total de 524 (Quadro 36), havendo em todas as aldeias, pelo menos, um equipamento deste tipo.

Figura 23. Localização dos equipamentos de arquitetura popular



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e no levantamento realizado nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

Na União de Freguesias de Ruivães e Campos existe uma concentração de equipamentos relacionados com arquitetura popular, podendo assim afirmar que a união de freguesias possui canastos/espigueiros, moinhos e fornos comunitários, sendo que é a única freguesia do município que conta com 2 fornos comunitários.

Também é frequente encontrar canastos construídos com diferentes materiais e de dimensões muito diferentes uns dos outros. O município tem canastos que têm pés e estrutura de pedra, revestidos de madeira e que têm telhado em telha. Outros que têm pés de pedra, e cuja estrutura é de cimento, bem como o telhado. Outros, ainda, têm pés de pedra mas têm a estrutura, o revestimento e o telhado em madeira (Figura 24).

Figura 24. Fotografias de canastos/espigueiros localizados no município de Vieira do Minho



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, durante o levantamento nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano

2018.

O município também possui diferentes tipos de fontanários (Figura 25). Temos alguns que são construídos em pedra e outros em cimento, estes nalguns casos têm uma pia pequena e outros têm uma grelha. Outros têm uma estrutura mais trabalhada e robusta e outros foram modificados (Figura 26).

Os fontanários encontram-se presentes em todas as aldeias, das 16 freguesias que constituem o município. Na União de Freguesias de Ruivães e Campos, podemos encontrar fontanários de diferentes tipos como os da Figura 25.

Figura 25. Fontanários que se localizam nas aldeias do município de Vieira do Minho, construídos em pedra



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, durante o levantamento nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano 2018.

E tem outros de cimento que se construíram com formas semelhantes aos enumerados anteriormente (Figura 25), que eram de pedra.

Figura 26. Fontanários que se localizam nas aldeias do município de Vieira do Minho, construídos em cimento



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, durante o levantamento nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano 2018.

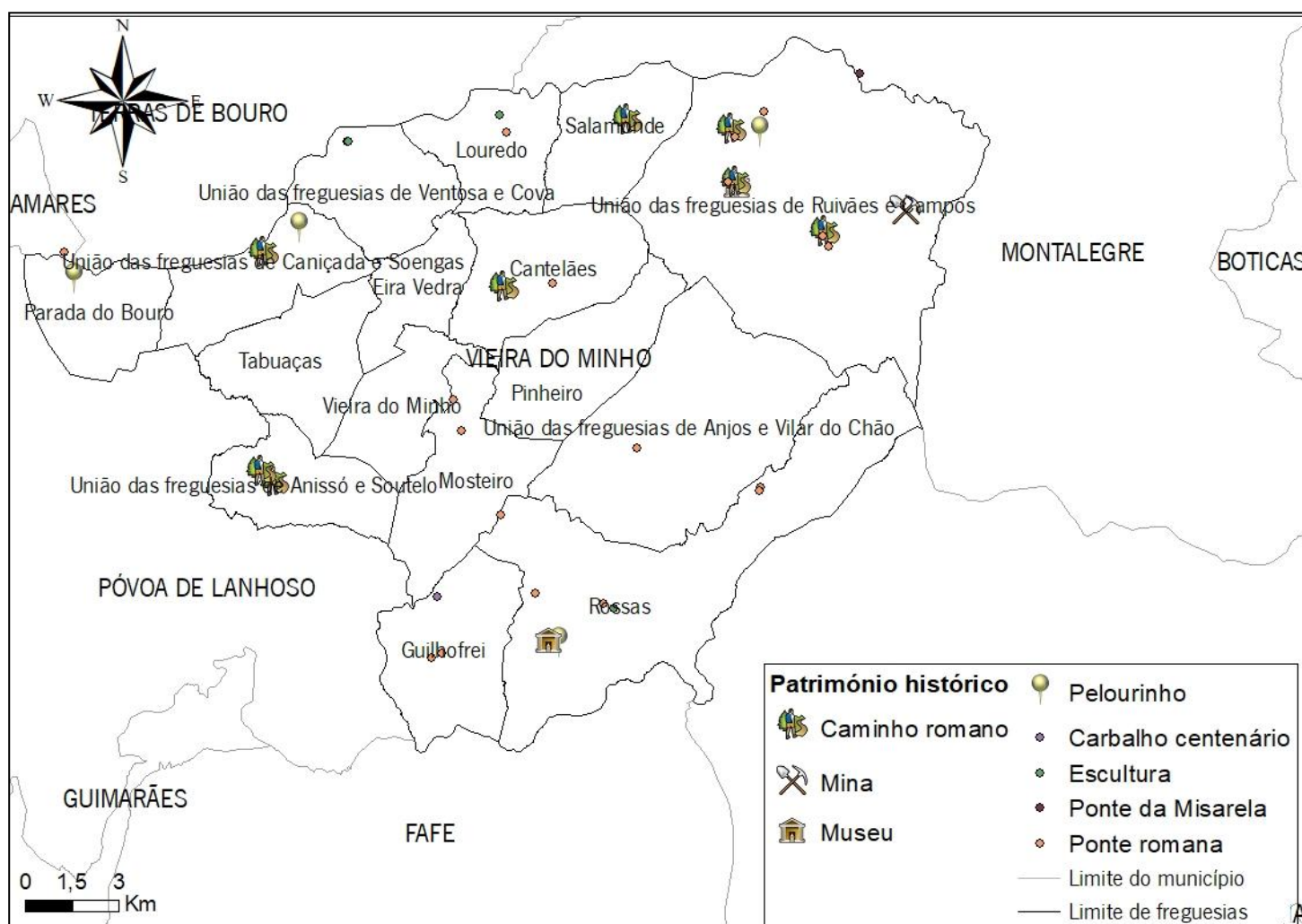
Figura 27. Equipamentos de arquitetura popular



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, durante o levantamento nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano 2018.

As fotografias da Figura 27 mostram um alambique que se encontra em Salamonde, um chafariz que se encontra na vila de Vieira do Minho, um palanque da música que se localiza junto ao santuário da Senhora da Fé, um tanque em Rosas, um bebedeiro de Cantelães e um moinho de Lamalonga.

Figura 28. Localização do património histórico no município de Vieira do Minho

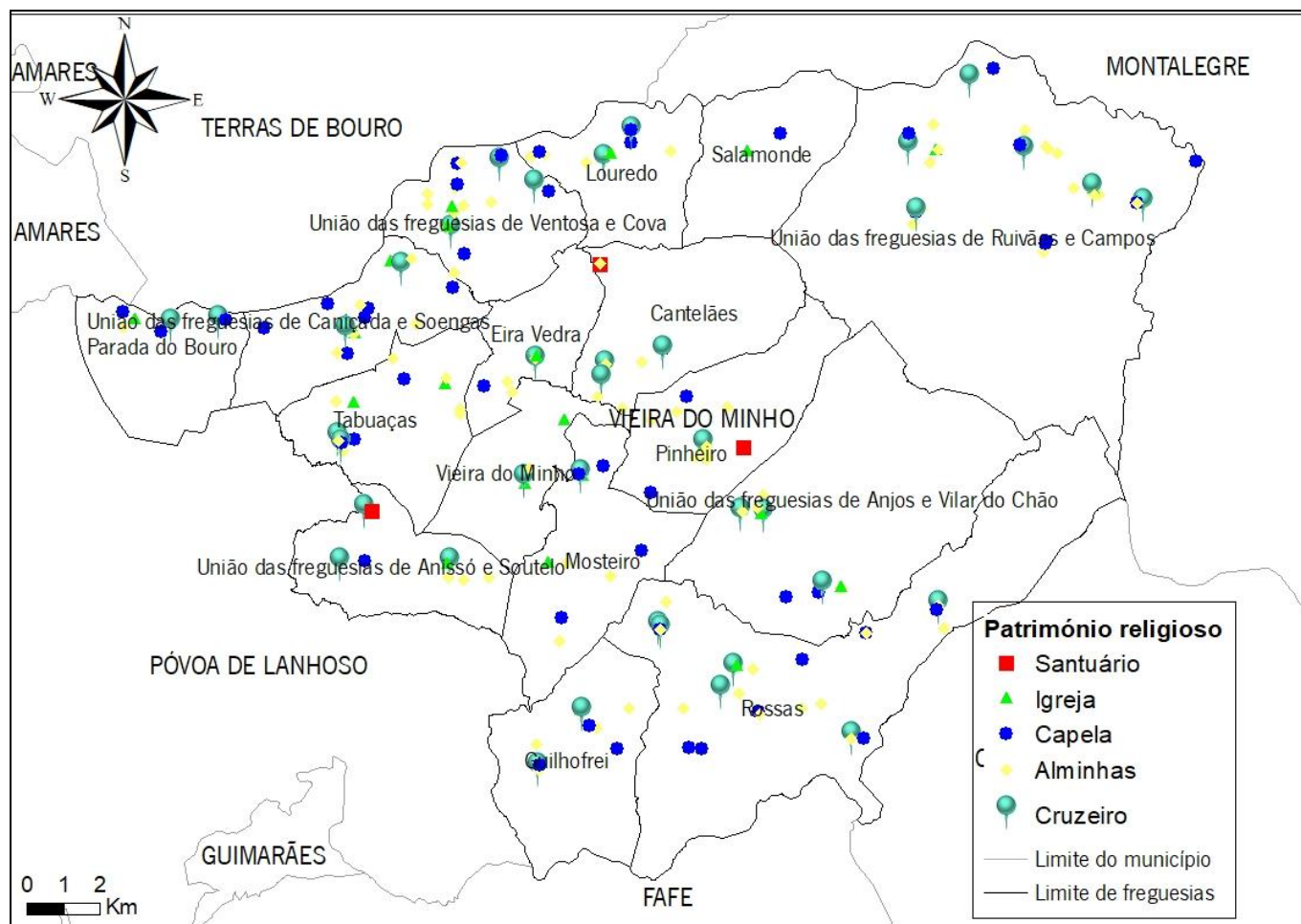


Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e no levantamento realizado nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

Na Figura 28, temos a localização dos equipamentos históricos, tendo entre eles troços de caminho romano, uma mina na aldeia de Campos de onde se extraiu volfrâmio em tempos passados, devido à proximidade às Minas da Borralha, aldeia que pertence ao concelho vizinho de Montalegre. Também se destaca o museu da Mota, que se localiza na freguesia de Rosas, os quatro pelourinhos existentes no município e que foram classificados como património

classificado [um em Ruivães, um em Celeiró (Rossas), outro em Parada de Bouro e outro na Caniçada). Outro equipamento que foi classificado como património foi a Ponte da Misarela (PDM, 2011).

Figura 29. Localização dos equipamentos religiosos do município de Vieira do Minho



Fonte: Elaboração própria com base na Carta Administrativa Oficial de Portugal – CAOP 2014 e o levantamento realizado nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2018.

Na Figura 29, podemos observar a localização dos santuários existentes no município, com destaque para as freguesias próximas de Vieira do Minho, ou seja, da sede de concelho. As freguesias de Pinheiro, Cantelães e Soutelo, são as localidades onde se podem encontrar os três santuários existentes no município, sendo eles o Santuário da Nossa Senhora da Orada, a Capela da Sra. da Fé ou Santa Cecília e Santuário da Nossa Senhora da Lapa, os quais se localizam nas localidades mencionadas, respetivamente (PDM, 2011).

Figura 30. Santuário da Nossa Senhora da Fé e Santuário da Nossa Senhora da Lapa



Fonte: Fotografias tiradas pela autora, durante o levantamento nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do ano 2018.

Na Figura 30 temos a Senhora da Fé (fotografia do lado esquerdo) e o Santuário da Nossa Senhora da Lapa (fotografia do lado direito). No santuário da Nossa Senhora da Lapa, temos um caminho que cruza várias penhas e que desemboca num miradouro, de onde se consegue observar algumas freguesias e se tem uma imagem deslumbrante para a Serra da Cabreira.

Para avaliar melhor o património usou-se uma grelha que contemplou diferentes variáveis, como é o caso do estado de conservação, o acesso, a capacidade para receber turistas, a manutenção, a sinalização para localizar o equipamento, se possui painéis informativos, se o equipamento se insere numa envolvente arquitetónica semelhante e se o equipamento é ou não utilizado (ver Anexo IIb).

De todos os monumentos mencionados no decorrer deste capítulo, podemos afirmar que 94,3% dos monumentos que foram analisados não tinham sinalética, 2,5% tinha uma má sinalização, 2,1% tinha uma sinalização razoável e só 2 equipamentos é que possuíam uma muito boa sinalização.

Em termos de estado de conservação 2,5% dos equipamentos estavam em muito mau estado, 6,7% em estado mau, 30,3% em estado razoável, 44% em estado bom e 16,5% em estado muito bom.

Os equipamentos religiosos, na sua maioria, fazem parte dos equipamentos em bom estado ou muito bom estado, ainda que o município apresente também muitos canastros/espigueiros em muito bom e bom estado. Os moinhos, na sua maioria, podem ser avaliados como estando em estado razoável, não sendo atualmente utilizados e alguns localizam-se distantes do centro das aldeias, conduzindo a um desinvestimento por parte da população.

O acesso aos equipamentos pode ser considerado muito bom, estando 32,7% dos equipamentos nesta categoria, 32,4% com bom acesso, 26,6% com acesso razoável, 7,6% com mau acesso e 0,7% com muito mau acesso. Muitos dos canastros/espigueiros que foram identificados, situavam-se em terrenos, jardins ou eiras privadas, daí classificar o seu acesso como razoável ou como mau acesso. No caso dos moinhos temos alguns em que o acesso era mau ou razoável, devido a que como os caminhos não estavam limpos estavam obstruídos com silvas, gestas e tojos.

Em termos de capacidade para receber turistas, 34% dos equipamentos têm uma boa capacidade para receber os turistas, 26,5% uma muito boa capacidade e 24,3% uma capacidade razoável. Os monumentos religiosos são os que representam a quase totalidade de uma muito boa e boa capacidade para receber turistas, enquanto os moinhos possuem sobretudo uma capacidade razoável ou boa, já que os que se mantêm em pé e em bom estado, têm a porta fechada e só se pode observar a estrutura por fora e ver se ainda têm o rodízio para fazer mover a pedra no interior do moinho.

Os caminhos romanos também apresentam uma boa capacidade para serem utilizados pelos turistas, ainda que estes não sejam contínuos e existam apenas troços.

Na grande maioria (89,3%) dos equipamentos que foram georreferenciados não existiam painéis informativos e os que existiam só especificavam a quem são dedicados e o ano de construção. Dos 524 canastros/espigueiros levantados 85,8% correspondem as características tradicionais, ou seja, são feitos em pedra e madeira. Sendo que os restantes foram construídos em materiais convencionais tais como blocos e cimento.

Podemos ainda concluir que a maioria dos equipamentos são visitáveis, representando 64,4%.

8.3. Notas conclusivas

Ao longo do capítulo podemos verificar que o município de Vieira do Minho tem um vasto número de equipamentos que podem ser transformados em produtos turísticos. A maioria dos equipamentos localiza-se no interior ou junto das aldeias, e a maioria dos equipamentos tem uma acessibilidade fácil ou muito fácil, já que o pavimento está em calceta, alcatrão e em pedra ou terra no caso de caminhos que vão para os campos de cultivo ou pastoreio.

O único património classificado é o Pelourinho de Rossas na aldeia de Celeiró, o Pelourinho de Ruivães, o Pelourinho de Parada de Bouro (Cruzeiro de Parada de Bouro), o Pelourinho de Caniçada na Ribeira na aldeia de Soaz, a Ponte da Misarela ou Ponte dos Frades (que se localiza no limite do município que pertença a Montalegre e a Vieira do Minho) e a Casa do Professor Carlos Teixeira, sendo que todos eles pertencem à categoria de arquitetura civil.

Na União de Freguesias de Ruivães e Campos podemos encontrar algum património histórico, como é o caso das duas pontes romanas, dos troços de caminhos romanos e inclusive o pelourinho que se localiza em Ruivães. A junta de freguesia em estudo tem apostado na requalificação dos seus espaços de lazer como é o caso do Poço das Traves.

O município possui muitos canastros/espigueiros, mas estes como são de propriedade privada não podem ser potencializados, o que não invalida que apareçam na paisagem e que possam ser observados pelos turistas. O mesmo acontece com os moinhos, ainda que os moinhos possam ser visitados, porque se localizarem perto do rio.

Já os tanques, fontanários, bebedoiros, equipamentos religiosos, equipamentos históricos e de lazer, pertencem ao município e podem ser visitados pelos turistas. No caso dos equipamentos religiosos, como estes têm de estar fechados para não serem alvos de vandalismo, deviam ter a possibilidade de serem observados interiormente.

No caso da Serra da Cabreira, esta é muito procurada pela sua flora e pelas espécies autóctones, como por exemplo o cavalo garrano e pelos desportos radicais que se podem levar a cabo na serra da Cabreira como é o caso dos percursos de BTT e pedestres. Estes desportos também são complementados com a escalada e a canoagem nas barragens.

Em suma, o município tem que investir no turismo e na promoção dos equipamentos que possui no seu território, para aumentar a procura turística, a preparação da sua população e a criação de postos de trabalho para que a população se estabeleça no município.

Capítulo 9 - Conclusões finais

A evidência empírica mostra que o turismo pode ser a principal atividade económico, social e cultural de uma região. Como o município estudado é na sua maioria ocupado por APR (Área Predominantemente Rural), tem que investir na modalidade turística denominada por Turismo Rural, a qual tem que se cingir ao património cultural da região e aos equipamentos que possui. O município de Vieira do Minho apresenta um razoável valor arquitetónico e uma paisagem rural marcada pelo ambiente serrano. Daí se ter investido, nas últimas décadas, na criação ou remodelação de habitações em ruínas, de tipologia arquitetónica específica, para criar casas de turismo rural, para albergar os turistas que visitam o município e oferecer uma estadia única num ambiente sossegado e de cariz rural.

O município oferece um legado patrimonial específico como é o caso da criação de artefactos feitos em cobre, linho, lã e vime para criar cestaria, mas que se está a perder, devido ao envelhecimento da população e ao desinteresse dos jovens em continuar com estes trabalhos artesanais. Também a forma tradicional de trabalhar as terras, de realizar as colheitas e as malhadas de forma manual e em comunidade se está a perder, porque hoje em dia as máquinas conseguem substituir o que o ser humanos fazia até há décadas atrás.

Na primeira parte da presente dissertação, optou-se por se dissecar o conceito de património e como o mesmo pode ser importante para o desenvolvimento dos territórios. Na segunda parte recorreu-se a vários indicadores para fazer um estudo de cariz demográfico, tendo constatado que a população é envelhecida, com um grau de instrução baixo, onde a maior concentração da população ocorre na sede do concelho, que é onde se localiza a maioria dos postos de trabalho, o que leva a que as freguesias limítrofes fiquem esquecidas, cada vez mais envelhecidas e despovoadas. Verifica-se que inclusive na sede do município, freguesia de Viera do Minho, se está a perder população porque tende sair para as grandes cidades, onde têm mais serviços e têm melhores acessibilidades.

Comprovou-se que a rede viária do município é escassa e que as vias que existem são longas e na maioria dos casos estão em mau estado em termos de pavimento. A este facto associa-se uma falta de transportes públicos, já que com a falta de população nas freguesias limítrofes, o município acaba por não investir nos transportes públicos porque não são viáveis economicamente.

No seguimento da pesquisa realizada e no sentido de se complementar o levantamento realizado nos primeiros meses de 2018, decidiu-se entrevistar alguns representantes de entidades municipais e locais, de forma a perceber, entre outros aspetos, o património que consideram que existe no município, tanto material como imaterial e a importância que lhe atribuem.

No trabalho de campo que foi realizado constatou-se que o município pode ser caracterizado por possuir canastos/espigueiros em todo o território municipal, mas também se encontram fontanários e nichos de alminhas que podem ser aproveitados como produto turístico.

Fez-se uma análise e concluiu-se que a grande maioria dos equipamentos estão em bom ou muito bom estado, que têm um acesso fácil ou muito fácil, mas verificou-se que a câmara municipal não aposta nem na sinalização nem nos painéis informativos.

Com a elaboração deste estudo e tendo em conta que os objetivos eram caracterizar os valores materiais e imateriais do município e da União de Freguesias de Ruivães e Campos, concluímos que o município subvaloriza os bens materiais apostando, assim, mais nos imateriais fazendo uma “super” divulgação através dos meios de comunicação local, nomeadamente, radio, Vieira TV e redes sociais, bem como apostando em placares e gigantescos cartazes.

9.1. Recomendações para futuros estudos

Recomenda-se, para futuras investigações, que conheça bem o território e que contacte com as pessoas locais, pois estas podem ajudar em muito. Pois são os residentes os que lhe podem dar o impulso para localizar os vários equipamentos, já que alguns estão em tão mau estado que nem se sabem identificar.

9.2. Propostas a serem implementadas

Depois do levantamento e tendo em conta os percursos pedestres e de BTT existentes no município, que só passam pelo espaço florestal, propõe-se que os percursos passem a abranger as localidades rurais mais próximas.

Por exemplo, no percurso pedestre de Campos, que começa na estrada municipal e se dirige para o caminho que vai dar aos terrenos, é conveniente que os turistas estacionem os veículos na Botica, no entroncamento da estrada nacional 103 com a municipal, e comecem aí o percurso, porque assim começam por ver a Capela da Senhora dos Remédios. Logo de seguida encontram na berma da estrada moinhos e um cruzeiro, e passam por baldios. A seguir encontram uma placa que referencia Campos como “Aldeias de Portugal”, vêm-se prados verdes de pequena dimensão, porque no município predominam os minifúndios, e depois podem ver canastros/espigueiros. Se passarem pelo centro da aldeia, além do casario podem encontrar os fontanários, os bebedoiros para os animais, o cruzeiro e a igreja, as casas de turismo rural e o forno comunitário. Este caso pode servir de exemplo para os demais percursos pedestres e de BTT, mencionados ao longo do estudo.

Outra proposta é na Serradela aproveitando a existência da ACERG (Associação de Criadores de Equinos de Raça Garrana), a qual já tem alguns percursos a cavalo aumentando os seus percursos para os percursos pedestres já existentes, ou até mesmo utilizando a estrada florestal que une a aldeia de Zebral à vila de Vieira do Minho para fazerem passeios a cavalo, podendo usufruir da Serra da Cabreira, de vistas para as diferentes aldeias do município e inclusive para a Serra do Gerês.

Uma proposta que serve tanto para o município vizinho, Montalegre, como para o município em estudo, é a criação de um percurso pedestre ou de BTT que englobasse as minas da Borralha, as quais estão a ser reformadas lentamente e onde existe um museu que pode ser visitado. De seguida, os turistas podiam deslocar-se pela estrada local para o Esporão, um parque de merendas que se localiza na aldeia de Lamalonga, onde podem fazer um piquenique e jogar a malha, e se for o caso de estar muito calor podem ir à praia fluvial que se localiza em Lamalonga percorrendo troços de caminho romano. Também podem ir para o “Poço das Traves” que se encontra na estrada nacional 103 e que tem placas de sinalização e que foi remodelado recentemente (há quase três anos).

Outro ponto importante a ser considerado é o “Polo Interpretativo de Espindo”, o qual não tem sinalização de acesso, mas tem uma placa informativa no recinto do mesmo. Este pode ser visitado se se marcar previamente com o responsável. A seguir, poderiam pernoitar nos bairros de casas de turismo rural que se localizam na freguesia de Louredo e devido à proximidade à albufeira da Caniçada, os turistas poderiam usufruir do sol e do “Barco

Brancelhe” que faz passeios turísticos pela albufeira, e de onde se pode observar a Serra do Gerês e as pontes de Rio Caldo.

Outra alternativa é com um guia turístico percorrendo o “Percurso dos moinhos do Ave”, que passa pela freguesia de Agra. Neste percurso passa-se também por pontes romanas que nos levam à aldeia turística de Agra onde houve uma relevante intervenção há algumas décadas atrás e que proporcionou um desenvolvimento do turismo. Esta intervenção foi crucial para a aldeia e para a remodelação de edifícios de traçado tradicional em alojamentos turísticos como é o caso de um restaurante e de uma oficina de artesanato, com posto de venda. Com a taxa a pagar pela visita, os turistas teriam direito a saborear as iguarias gastronómicas que oferece o restaurante de Agra e a usufruir *a posteriori* das instalações do teleski, que se encontra na ilha do Ermal.

Para melhorar a economia do município e para incentivar as pessoas para virem para as freguesias limítrofes do município devia-se formar uma cooperativa agrícola nestas freguesias, já que a mais próxima é em Boticas. No município e mais precisamente nas freguesias do nordeste do município há a produção de gado, tanto bovino como equino, e nas freguesias do noroeste a produção de citrinos e nas demais freguesias há pequenos agricultores que produzem batatas e cebolas, e recentemente com a realização de projetos agrícolas, há jovens agricultores que têm investido em frutos vermelhos para a criação de compotas que podem ser vendidas nesta cooperativa e desta forma criar uma marca própria que pode ganhar interesse a nível nacional. Com a criação desta cooperativa e com a venda de produtos municipais poderia a visita dos turistas ser complementada.

Em pequenas localidades o município poderia promover a visita a nichos de alminhas, associada à visita arquitetónica das aldeias e por sua vez a Serra da Cabreira, onde também se pode ver a espécie bovina de raça Barrosã e equinos de raça garrana que também são predominantes no município.

Propõe-se numa próxima investigação um estudo que abranja os percursos pedestres e de BTT existentes no município, juntamente com a localização dos equipamentos localizados neste estudo, de forma a poder criar-se novos percursos que estimulem os turistas a visitar património religioso e civil.

Depois de um trabalho árduo, concluímos que o município reúne todas as condições para ser um ponto turístico de referência. A União de Freguesias de Ruivães e Campos tem que associar-se a outras freguesias para poder promover uma atividade turística mais apelativa, já

que por si só, não tem as suficientes infraestruturas para se desenvolver individualmente. A curto prazo o município tem que começar a investir mais neste setor de atividade, interligando-o com as festas e romarias para cativar os turistas. Deste modo têm que apostar de uma forma afincada e apostar na comunicação, porque é esta área a mais apelativa para o turista, porque estes se guiam pelas redes sociais para organizar as suas férias.

Bibliografia

Livros, dissertações, teses e artigos

ALVES, Tales Picchi, ARMOND, Geraldo Henrique de Souza e NASCIMENTO, Cristina Reginato Hoffmann (2009), “O processo de terciarização da economia e seu impacto sobre o direito do trabalho: a experiência de Portugal”, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v.104, p. 641-661, São Paulo.

AMARO, Gonçalo de Carvalho (2014), “Quando o intangível se sobrepõe ao tangível, Centro del Património Cultural” – Pontificia Universidad Católica de Chile.

ANDRADE, Alexandre Carvalho de e VIEIRA, Mirna Lygia (2005), “O crescimento do turismo em uma localidade e a percepção de seus moradores”, Departamento de geociências, Laboratório de Pesquisas Urbanas e Regionais, Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, Homenageando Livia de Oliveira, pp. 1-11.

ASSIS, Francisco de e FERREIRA, José Carlos (2007), *Património de Vieira*, Empresa do Diário do Minho, Lda. Câmara Municipal de Vieira do Minho.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo e CACHO, Andréa do Nascimento Barbosa (2010), “O turismo no contexto da sociedade informacional”, RBTUR (Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo), v.4, n°2, pp.31-48.

BARDIN, Laurence (1977), *L'Analyse de Contenu*, Traducido por RETO, Luís Antero e PINHEIRO, Augusto (2016), *Análise de conteúdo*, Gráfica de Coimbra, DPS – Digital Printing Services, LDA, Lisboa – Portugal.

BARRAGÁN, Ariana Vázquez e GONZÁLEZ, Jessica Leticia Domínguez (2008), “¿Qué es la Cultura?”, Departamento de Relaciones Internacionales y Ciencias Políticas, Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidades, Universidad de las Américas, México.

- BATISTA, Paulo (1999), “A importância do Turismo”, *Revista da ESGHT/UAL*, nº5, pp. 22-28.
- BECKER, Lucy e FRAIN, Carol (2013), “Tourism Essentials, Helbling Languages - Chapter 1, pp-1-27 and chapter 7”, pp. 146-167.
- BONIFACE, P. e FOWLER, P.J (1993), “Heritage and Tourism in the global village”, Ed. Matthew Gibbons, Taylor & Francis Group/Books, 1993, London.
- BORRALHEIRO, Rogério e CAPELA, José Viriato (2004), *A feira da Ladra. Festas do Concelho de Vieira do Minho*, Câmara Municipal de Vieira do Minho.
- BRITO, Brígida Rocha (2000), “O turista e o viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável”, IV Congresso Português de Sociologia, pp. 1-17.
- CALVO, Lluís (1995), “L’etnologia a Catalunya, avui: eina de coneixement e desenvolupament”, pp. 882-884.
- CAMPOS, António e FONTES, Luís (1998), “Os fojos de lobo da Cabreira”, número 6, IIIª Série, Câmara Municipal de Vieira do Minho, pp. 73-94.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO (2011), *Estudos de caracterização e diagnóstico*, Volume II, revisão do PDM.
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO (2017), “Diagnóstico Social do Concelho de Vieira do Minho 2017), Rede Social – Vieira do Minho.
- CANEDO, Daniele (2009), “”Cultura é o que?” – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos”, V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em cultura, Brasil (Bahía), p.1-14.
- CARVALHO, Ricardo José Gója de Sousa Fontes (2015), “O perfil e as motivações do visitante gastronómico e do enoturista de Guimarães”, tese de mestrado de Geografia – Planeamento e Gestão do Território, da Universidade do Minho.

CARVALHO, Ricardo José Gôja de Sousa Fontes de, LOPES, Hélder Tiago da Silva, RAMOS, Luís Fernando, REMOALDO, Paula Cristina e RIBIEIRO, José Cadima (2017), “PóvoaPlus – Relatório de projeto – Novos rumos para o turismo no município da Póvoa de Varzim”, Lab2PT, NIPE, ISISE, Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, Março 2017.

CASTILLO, Abraham Broca (2002), “El impacto del turismo en el patrimonio cultural”, Patrimonio cultural y turismo, 14 cuadernos, pp. 101-110.

Consejo Nacional para la Cultura y las Artes (2013), “El ABC del patrimonio cultural y turismo”, CONACULTA (Coordinación Nacional de Patrimonio Cultural y Turismo),

Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), Capítulo I, artigos 1º, 2º e 3º.

COSTA, Carlos (2005), “Turismo e Cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990 - 2000)”, *Análise Social*, XL(175), pp. 279-295.

CUNHA, Licínio (2013), “Economia e política do turismo”, 3ª edição, LIDEL – Edições Técnicas, Lda., pp. 1-20.

Decreto-Lei nº 54/2002, “Ministério da Economia”, em Diário da República, I série – A, nº59, de 11 de Março de 2002, pp. 2068-2083.

Decreto-Lei nº 39/2008, “Presidência do conselho de ministros e ministérios da economia e da inovação e da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas – Portaria nº 937/2008”, em Diário da República, I série, nº 160, 20 de Agosto de 2008, pp. 5757-5761.

Decreto-Lei nº 39/2008, “Ministério da economia e da inovação – Portaria nº 358/2009”, em Diário da República, I série, nº 67, 6 de Abril de 2009, pp. 2132-2133.

Decreto-Lei nº 63/2015, “Ministério da economia”, em Diário da República, I série, nº79, 23 de Abril de 2015.

EAGLETON, Terry (2000), *The Idea of Culture or A ideia de Cultura*, traduzido por RODRIGUES, Sofia, Rolo & Filhos Artes Gráficas, 1ª edição, Março de 2003.

ESPÍRITO-SANTO, Inês e PIRES, Rui Pena (2016), “Saldos migratórios 2000-2013”, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), Lisboa, Portugal, Setembro de 2016.

FERREIRA, José (2004), *Minho em mil sugestões – Roteiro turístico*, edição Diretor – Comunicação, Estudos, Consultadoria e Divulgação regional, Lda., Impressão Rainho e Neves, Turismo do Porto e Norte de Portugal (portoente), pp. 202-209.

FERNÁNDEZ, Guillermina e RAMOS, Aldo G. (2010), “El patrimonio cultural como oferta complementaria al turismo de sol y playa. El caso del sudeste bonaerense. Argentina, PASOS (Revista de Turismo y Patrimonio Cultural), vol.8, nº 1, Argentina pp. 139-149.

FONTES, Luís e RORIZ, Ana (2007), *Património Arqueológico e Arquitetónico de Vieira do Minho*, Oficina São José – Braga, Município de Vieira do Minho.

FONTES, Luís e RORIZ, Ana (2007), “Património Arqueológico e Arquitetónico de Vieira do Minho. Roteiros”, Oficina São José – Braga, Município de Vieira do Minho.

FROELICH, José Marcos (2000), “Turismo rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local”, Bauru: EDUSC, Almeida.

FUNDACIÓN CAJA GRANADA (2004), “Turismo e Desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate – Conclusões da Reunião internacional de especialistas organizada pelo Programa Delnet CIF/OIT com o auspício de CajaGranada Fundación”, *Turim*. pp. 5-12.

GOMES, Mariana Elias (2008), “A Semana Santa em Mariana, MG: estudo da relação entre património imaterial e turismo”, Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar, nº15, Brasil, pp.166-177.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2015), “O mal-estar no património: identidade, tempo e destruição”, Texto de aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Bens Culturais da FGV, pp.211-228.

GOVERNO DE PORTUGAL (2012), “Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) – Horizonte 2013-2015”, Ministério da Economia e do Emprego.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006), Pesquisa qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso, Copyright, Estoril.

HENRIQUES, Eduardo Brito (2000), “O sector económico da cultura na Área Metropolitana de Lisboa – Aspectos locativos e implicações nas políticas urbanas”, Finisterra, XXXV, 69, pp.109-136.

INE (2000), Anuário Estatístico Região Norte 2000, Direção Regional do Norte, Núcleo de Projetos Estatísticos e Informáticos, Porto – Portugal, pp. 111-124.

INE (2001), Anuário Estatístico de Portugal 2000, SOARTES – Artes Gráficas, Lda., Lisboa – Portugal, pp.244-259.

INE (2005), Anuário Estatístico de Portugal 2005, vol. II, DFA – Departamento Financeiro e Administrativo, Lisboa – Portugal, pp.239-248.

INE (2006), Anuário Estatístico da Região Norte 2005, DDC – Departamento de Difusão e Clientes, DFA – Departamento Financeiro e Administrativo, Porto – Portugal, pp. 326-339.

INE (2009), “Sistema Integrado de Metainformação”, Modulo de conceitos, detalhe de conceito, 208 – População residente.

INE (2010), Anuário Estatístico de Portugal 2010, Instituto Nacional de Estatística, IP, Edição 2011, Lisboa – Portugal, pp. 517-534.

INE (2011), Anuário Estatístico da Região Norte 2010, Lisboa – Portugal, pp. 401-415.

INE (2013), “Censos 2011 – Preparação, Metodologia e Conceitos”, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa – Portugal.

INE (2014), “Projeções de população residente 2012-2060”, Destaque – Informação à comunicação social, 28 de março de 2014.

INE (2014), “Tipologia de áreas urbanas 2014”, Disponível em: file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/TIPAU_2014_Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico.pdf.

INE (2015), Anuário Estatístico da Região Norte 2015, Instituto Nacional de Estatística, IP, Edição de 2016, Lisboa – Portugal, pp. 361-374.

INE (2015), “Estatísticas demográficas 2014”, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa – Portugal.

INE (2016), “Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal”, Destaque – Informação à comunicação social, Anuários Estatísticos Regionais 2015.

INE (2017a), Estatísticas do Turismo 2016, Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa – Portugal.

INE (2017b), Retrato Territorial de Portugal, Lisboa - Portugal.

LEADER (1993), “LEADER e o turismo rural”, LEADER Magazine, nº4, p. 10-12.

LIMA, Sara Cristina Moreira (2012), “As perceções dos residentes do papel do turismo no desenvolvimento da ilha da Boavista”, Trabalho de projeto de Investigação do Mestrado em Economia Local, na especialidade de Economia Local.

MARQUES, Vitor, REMOALDO, Paula Cristina, RIBEIRO, José Cadima e VAREIRO, Laurentina Cruz (2011), “Residents’ perception of the benefits of cultural tourism: the case of Guimarães”, pp.3-18.

Ministério da educação (2007), “Educação e formação em Portugal”, Editorial do Ministério da Educação, Setembro de 2007.

NUNES, Adolfo Mesquita (2015), “Turismo 2020 cinco princípios para uma ambição – Tornar Portugal o destino turístico mais ágil e dinâmico da Europa”, secretário de estado do Turismo. OMT (Organização Mundial do Turismo), “Programa Nacional de Turismo 2001-2006, México, p.31.

PAKMAN, Elbio Troccoli (2014), “Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição a história do pensamento turístico”, XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Universidade do Estado do Ceará –EUCE, pp.1-21.

PDM (2011), Plano Diretor Municipal (versão final), Câmara Municipal de Vieira do Minho.

PDM (2013), Revisão do PDM, de Vieira do Minho - Proposta de Regulamento, Câmara Municipal de Vieira do Minho, Agosto de 2013.

PEREIRO, Xerardo (2006), “Património e cultura: o casamento entre património e cultura”, ADRA, Revista dos socios e socias do Museo do Pobo Galego, nº1, pp. 23-41.

PÉREZ, Xerardo Pereiro (2009), *Turismo cultural – Uma visão antropológica*, Colección Passos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, nº2.

REMOALDO, Paula Cristina, DUQUE, Eduardo e RIBEIRO, José Cadima (2015), “The environmental Impacts of Hosting the “2012 Guimarães European Capital of Culture” as Perceived by the Local Community”, *Ambiente e Desarrollo*, Bogotá (Colombia), vol. XIX, pp. 25-38.

REMOALDO, Paula Cristina and RIBEIRO, José Cadima (2011), “Chapter 8. Cultural heritage and tourism development policies – The case of a portuguese U.N.E.S.C.O world heritagr city”, Livro *Economía e Gestão do Turismo*, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Universidade Lusíada.

REMOALDO, Paula Cristina e RIBEIRO, José Cadima (2008), “Património cultural e estratégia de desenvolvimento turístico da cidade de Guimarães”, Caboverde (Redes e Desenvolvimento Regional), II Congresso Internacional, Arcos de Valdevez, pp. 1303-1334.

REMOALDO, Paula Cristina, RIBEIRO, José Cadima and VAREIRO, Laurentina (Abril de 2014), “Does gender affect visiting a world heritage site?”, *Visitor Studies*, Routledge, London, pp.88-106.

REMOALDO, Paula Cristina, RIBEIRO, José Cadima, SANTOS, José Freitas and VAREIRO, Laurentina (Junho de 2014), “Tourism and Hospitality Research – Tourists’ perceptions or world heritage destinations: The case of Guimarães (Portugal), vol. 14 (4), pp. 206-218.

REMOALDO, Paula Cristina, RIBEIRO, José Cadima and VAREIRO, Laurentina (2017), “Changes in the Guimarães visitors’ profile and the city attributes perceptions in the post hosting of the 2012 European Capital of Culture, *Tourism & Management Studies* (em edição).

REYES, Yolanda Borrega (2009), “El patrimonio y su relación con el turismo”, Instituto de Investigación Servicios y Consultoría Turística, Carrera de Turismo, U.M.S.A, Colombia, pp.1-9.

RICHARDS, Greg (2005), *Cultural tourism in Europe*, Electronic format by the Association for Tourism and Leisure Educations (ATLAS), CABI, Wallingford.

ROQUE, Andreia Maria (2001), “Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais”, Dissertação, Brasil (Minas Gerais).

RORIZ, Ana e FONTES, Luís (2007), *Património Arqueológico e arquitetónico de Vieira do Minho*, Município de Vieira do Minho.

RORIZ, Ana e RODRIGUES Clara (2007), *Património Arqueológico e Arquitetónico de Vieira do Minho. Roteiros*, Município de Vieira do Minho.

SANTOS, José Luíz dos (2009), *O que é a cultura*, Coleção primeiros 110 passos, 16ª edição, São Paulo, Editora Brasilense.

SILBERBERG (1995), “Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites”, *Tourism Management*, Buterworth Heinemann, vol. 16, no 5, pp. 361-365, Great Britain.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique (2006), “Cultura”, *Dicionário de Conceitos Históricos*, Ed. Contexto, São Paulo.

SILVA, Kely Cristina Mendes da (2004), “A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo”, Universidade federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, Departamento de Economia, Curso de Economia, Vitória.

SILVA, Luís (2007), “Os impactos do turismo em espaço rural”, *Antropologia Portuguesa* 22/23, pp. 295-317.

SILVA, Luiz Fernando (2012), “Cultura, políticas e UNESCO: Sobre a relação entre imperialismo e cultura no capitalismo contemporâneo”, O PTSU no VII Colóquio Internacional Marx e ENGELS, Brasil (Campinas), pp.1-10.

SOL DO AVE (s.d.), “Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave”, *Aldeias de Portugal*, pp. 45-65.

SOUSA, Lúcia Cardoso (2014), *Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever*, Tese de mestrado de Património e Turismo Cultural, da Universidade do Minho.

STEIN, Gabriella Veridiana e VIANNA, Silvio Luiz Gonçalves (2015), “Competitividade e a qualidade de vida dos residentes: percepções iniciais da destinação turística Jericoacoara, CE”,

Revista Rosa dos Ventos, Turismo e Hospitalidade, Dossiê – Competitividade das Destinações Turísticas, vol.7, nº4, pp. 474-488.

TORRALBA, Libertad Troitiño e VINUESA, Miguel Ángel Troitiño (2016), “Patrimonio y turismo: reflexión teórico-conceptual y una propuesta metodológica integradora aplicada al municipio de Carmona (Sevilla, España), Scripta Nova (Revista electrónica de geografía y ciencias sociales), vol. XX, nº543, pp. 1-45.

TravelBI (2016), “Turismo no espaço rural e turismo de habitação em Portugal”, pp.1-4.

Turismo de Portugal (2007), “Plano Estratégico Nacional do Turismo para o desenvolvimento do turismo em Portugal”, Lisboa.

Turismo de Portugal (2008), “Plano estratégico nacional do turismo para o desenvolvimento do Turismo em Portugal – Síntese”, Lisboa.

Turismo de Portugal IP. (2011), “Plano estratégico nacional de turismo, propostas para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0”, Lisgráfica, Impressão e Artes Gráficas, S.A, Lisboa.

UNESCO (2002), “Declaração Universal sobre a diversidade cultural”, CLT.2002/WS/9.

VALENTIM, Dolores Cipriano Rocha (2012), “A importância do Património Natural na Escolha de um Destino Turístico – O caso de Peniche”, Dissertação de mestrado, IPL (Escola superior de turismo e tecnologia do mar, instituto politécnico de Leiria.

VIEIRA, José Carlos Alves (2000), *Vieira do Minho Notícia Histórica e Descritiva*, Edição: “O jornal de Vieira”.

VILELA, Delfina Vivas (2017), “Das potencialidades às dinâmicas – estudo de caso da rota dos moinhos no município de Vila Verde”, Dissertação de mestrado Geografia – Planeamento e Gestão do Território, UM (Universidade do Minho).

Webgrafia

- <http://www.soldoave.pt/jupgrade/> (Consultado em Junho de 2016)
- <http://www.cim-ave.pt/index.php/quem-somos/municipios> (Consultado em Junho de 2016)
- <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imaterial/inventario-nacional-do-pci/> (Consultado em Junho de 2016)
- <https://www.cm-vminho.pt/> (Consultado em Junho de 2016)
- <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/Pages/Homepage.aspx> (Consultado em Junho de 2016)
- www.significados.com.br/turismo/ (Consultado em Junho de 2016)
- <http://conceito.de/patrimonio> (Consultado em Junho de 2016)
- <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/> (Consultado em Junho de 2016)
- <https://sites.google.com/site/turismoucpel2010/definicoes-dos-tipos-de-turismo> (Consultado em Junho de 2016)
- http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7952 (Consultado em Junho de 2016)
- <http://espacodeturismo.blogspot.pt/2011/05/diferencas-entre-viajante-visitante.html> (Consultado em 13/10/2016).
- <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/> (Consultado em 08/01/2017).
- <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/CooperacaoInternacional/Pages/OMT.aspx> (Consultado em 08/01/2017).
- <https://ajonu.org/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/> (Consultado em 08/01/2017).
- <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future> (Consultado em 08/01/2017).
- <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/ApoioaInvestimento/Pages/PlanoEstrat%C3%A9gicoNacionaldo.aspx> (Consultado em 10/01/2017).
- <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial> (Consultado em 15/01/2017).
- http://catarina.udlap.mx/u_dl_a/tales/documentos/lri/dominguez_g_jl/capitulo1.pdf (Consultado em 9/01/2017).

- <http://www.ccdr-n.pt/regiao-norte/apresentacao> (Consultado em 03/07/2017).
- <http://villasdaquinta.pt/blog/events/municipio-de-vieira-do-minho/> (Consultado em 03/07/2017).
- <https://www.cm-vminho.pt/2380> (Consultado 14/07/2017).
- <http://www.portoenorte.pt/> (Consultado a 13/07/2017).
- <http://vieiraminhoturismo.com/historial/> (Consultado a 20/09/2017).
- http://www.soldoave.pt/jupgrade/index.php?option=com_content&view=featured&Itemid=305 (Consultado a 2/01/2018).
- <http://www.imf.org/en/Countries/PRT> (Consultado a 2/01/2018).
- <http://vieiraminhoturismo.com/category/percursosroteiros/> (Consultado a 2/01/2018).
- https://www.geocaching.com/geocache/GC1WEF5_aldeias-de-portugal-iii-agra-vieira-do-minho (Consultado em 4/04/2017).

Anexos

Anexo I – Guião da entrevista aos agentes locais do município de Vieira do Minho

Guião da Entrevista aos agentes locais sobre o património tangível e intangível de Vieira do Minho

I – Introdução

a) Agradecimento

Bom dia/ boa tarde. Em primeiro lugar gostaria de expressar o meu agradecimento pela disponibilidade demonstrada para me conceder esta entrevista.

b) Apresentação e objetivos da Entrevista

Estou a contactá-lo(a) no sentido de me facultar uma entrevista para a realização da minha dissertação de Mestrado em Geografia – Planeamento e Gestão do Território, da Universidade do Minho. A dissertação tem o título de “**A cultura e o seu investimento na atividade turística na junção de freguesias de Ruivães e Campos do município de Vieira do Minho**”.

Os principais objetivos prendem-se com o aferir da sua perspetiva sobre o património tangível e o património intangível existente nas freguesias do município de Vieira do Minho e como estes recursos podem ser transformados em produtos turísticos.

II- Recolha dos dados – questões a considerar

a) Que recursos naturais, físicos, patrimoniais, arqueológicos ou financeiros considera que existem no município de Vieira do Minho? E quais são os mais importantes do seu ponto de vista e que podem ser transformados em produtos turísticos?

b) Que produtos endógenos estão a ser utilizados como produtos turísticos?

c) Do seu ponto de vista, como vê o desenvolvimento económico e social da última década, do município de Vieira do Minho?

d) Para o município ter um desenvolvimento mais sustentável, qual é a área que deve ser mais explorada no município (agricultura, artesanato, turismo, serviços, romarias,...)? Porquê? O que pode fazer a população para contribuir para um desenvolvimento mais equilibrado? E o que pode fazer a autarquia e o setor privado?

e) No município existem produtos artesanais, património de arquitetura popular, arqueológico, civil e históricos. Qual destes considera que tem mais potencial para um desenvolvimento sustentável turístico do município?

f) De todas as freguesias do município de Vieira do Minho, quais são as mais e as menos visitadas pelos turistas? Porquê?

f1) São portugueses ou estrangeiros? De onde vêm?

f2) Em que época do ano vêm? Que locais visitam? Quais são as suas principais motivações de visita e o que visitam?

f3) Considera que há infraestruturas de apoio aos visitantes? Quanto tempo permanecem?

f4) Que tipo de alojamento e meio de transporte utilizam?

f5) Qual é o gasto médio que fazem os visitantes?

g) Quais são os municípios/cidades/aldeias que diretamente concorrem com Vieira do Minho, a nível nacional e regional?

h) Que produto turístico predominante oferece Vieira do Minho? Que outros produtos o podem complementar?

i) O que considera que pode ser desenvolvido nos próximos cinco anos em termos de produto turístico?

III- Conclusões

a) Comentários do entrevistado (algum assunto que queira comentar).

IV- Agradecimento

Muito obrigada pela sua colaboração.

Anexo II – Grelhas para classificar os equipamentos do levantados

a) Classificação dos equipamentos

Quadro 37. Classificação dos equipamentos

Designação	Património material	Património cultural	Património imóvel	Arquitetura popular
				Equipamentos de lazer
				Património arqueológico
				Património civil
				Património histórico
			Património religioso	
	Património móvel	Artesanato		
	Património natural	Serra da Cabreira		
		Rios		
	Património imaterial	Património etnográfico e cultural	Associações	
			Festas	
			Romarias	
Eventos				
Património casificado				

Fonte: Elaboração própria com base na Figura 1.

b)Variáveis

Quadro 38. Variáveis para classificar os monumentos

Estado de conservação	Acesso	Capacidade para receber turistas	Manutenção	Possui sinais de localização	Possui painéis informativos	O equipamento insere-se na envolvente arquitetónica do local onde se encontra	É utilizado para o seu fim
Muito má	Muito má	Muito má	Muito má	Não tem	Não tem	Não	Não
Má	Má	Má	Má	Tem	Tem	Sim	Sim
Razoável	Razoável	Razoável	Razoável				
Boa	Boa	Boa	Boa				
Muito boa	Muito boa	Muito boa	Muito boa				

Fonte: Elaboração própria.